

Universidade Federal de Uberlândia
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PPGCS

**Produção acadêmica na pós-graduação brasileira em Ciências Sociais: uma
análise bibliométrica dos estudos sobre gêneros e sexualidades divergentes
e/ou dissidentes (2008-2023)**

Marcelo Sousa Alves

Uberlândia, 2025

Marcelo Sousa Alves

Produção acadêmica na pós-graduação brasileira em Ciências Sociais: uma análise bibliométrica dos estudos sobre gêneros e sexualidades divergentes e/ou dissidentes (2008-2023)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza - Universidade Federal Uberlândia (UFU)

Uberlândia, 2025

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

A474
2026 Alves, Marcelo Sousa, 1999-
 Produção acadêmica na pós-graduação brasileira em Ciências
 Sociais: uma análise bibliométrica dos estudos sobre gêneros e
 sexualidades divergentes e/ou dissidentes (2008-2023) [recurso
 eletrônico] / Marcelo Sousa Alves. - 2026.

 Orientador: Márcio Ferreira de Souza.
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
 Pós-graduação em Ciências Sociais.
 Modo de acesso: Internet.
 DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2025.617>
 Inclui bibliografia.

 1. Sociologia. I. Souza, Márcio Ferreira de, 1968-, (Orient.). II.
 Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Ciências
 Sociais. III. Título.

CDU: 316

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:

Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091

Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco H, Sala 37 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG,
CEP 38400-902

Telefone: (34) 3230-9435 - www.ppgcs.incis.ufu.br - ppgcs@incis.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Ciências Sociais				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado 1/2026 do PPGCS-UFU				
Data:	23 de fevereiro de 2026	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	16h
Matrícula do Discente:	12412CSC006				
Nome do Discente:	Marcelo Sousa Alves				
Título do Trabalho:	Produção acadêmica na pós-graduação brasileira em Ciências Sociais: uma análise bibliométrica dos estudos sobre gêneros e sexualidades divergentes e/ou dissidentes (2008-2023)				
Área de concentração:	Sociologia e Antropologia				
Linha de pesquisa:	Cultura, Identidades, Educação e Sociabilidade				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	A humilhação como fenômeno social: bases teóricas, epistemológicas e empíricas				

Reuniu-se por videoconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, assim composta: Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza - Orientador e Presidente da banca (PPGCS/INCIS/UFU), Profa. Dra. Camila Maria Risso Sales - Examinadora (PPGCS/INCIS/UFU) e Prof. Dr. Antônio Augusto Oliveira Gonçalves - Examinador (UEMG).

Iniciando os trabalhos, o presidente da mesa, Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença dos membros da banca, e concedeu ao discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir, o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores Profa. Dra. Camila Maria Risso Sales e Prof. Dr. Antônio Augusto Oliveira Gonçalves, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca Examinadora, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato: **APROVADO**.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Márcio Ferreira de Souza - Orientador e Presidente da banca
(PPGCS/INCIS/UFU)

Profa. Dra. Camila Maria Risso Sales - Examinadora (PPGCS/INCIS/UFU)

Prof. Dr. Antônio Augusto Oliveira Gonçalves - Examinador (UEMG)

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Ferreira de Souza, Presidente**, em 24/02/2026, às 14:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Augusto Oliveira Gonçalves, Usuário Externo**, em 24/02/2026, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Camila Maria Risso Sales, Professor(a) do Magistério Superior**, em 02/03/2026, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7082743** e o código CRC **3DAA3BF0**.

Resumo: Esta dissertação analisa a produção acadêmica brasileira em Ciências Sociais sobre gêneros e sexualidades divergentes e/ou dissidentes, de 2008 a 2023, a partir de levantamento bibliométrico de dissertações e teses no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. O objetivo foi identificar as características dessa produção (objetos de pesquisa, referenciais teóricos, grupos investigados, distribuição regional e financiamento), buscando compreender as dinâmicas do campo científico dos estudos de gênero e sexualidade no Brasil. Metodologicamente, trata-se de pesquisa descritiva e quantitativa, baseada em análise bibliométrica e de conteúdo, examinando 101 trabalhos de Ciências Sociais, Antropologia, Sociologia e Ciência Política. Os resultados mostram oscilações anuais ligadas a conjunturas políticas, econômicas e sanitárias, com picos em 2016 e 2020 e queda a partir de 2021, devido a cortes e hostilidade à ciência no governo Bolsonaro. A produção é majoritariamente composta por dissertações, refletindo a estrutura da pós-graduação. O Sudeste concentra o maior número de trabalhos, sobretudo em São Paulo e Rio de Janeiro, evidenciando desigualdades institucionais. Mais da metade das pesquisas (57%) não teve financiamento; entre as financiadas, predominam bolsas da CAPES e do CNPq. Os temas mais recorrentes são mobilização política (31) e direitos civis/políticas públicas (28) e os referenciais teóricos mais citados incluem Michel Foucault, Judith Butler, Regina Facchini, Pierre Bordieu e Edward MacRae, destacando a centralidade do pós-estruturalismo e a influência de autores estrangeiros.

Palavras-chave: gênero; sexualidade; bibliometria; Ciências Sociais; produção acadêmica.

Resumen: Esta disertación de maestría analiza la producción académica brasileña en Ciencias Sociales sobre géneros y sexualidades divergentes y/o disidentes, entre 2008 y 2023, a partir de un levantamiento bibliométrico de disertaciones y tesis registradas en el Catálogo de Tesis y Disertaciones de CAPES. El objetivo fue identificar las características de dicha producción (objetos de investigación, marcos teóricos, grupos estudiados, distribución regional y financiamiento), con el fin de comprender las dinámicas del campo científico de los estudios de género y sexualidad en Brasil. Metodológicamente, se trata de una investigación descriptiva y cuantitativa, basada en análisis bibliométrico y de contenido, que examinó 101 trabajos de Ciencias Sociales, Antropología, Sociología y Ciencia Política. Los resultados muestran fluctuaciones anuales vinculadas a coyunturas políticas, económicas y sanitarias, con picos en 2016 y 2020, y un descenso a partir de 2021, debido a recortes y a la hostilidad hacia la ciencia durante el gobierno de Bolsonaro. La producción está compuesta mayoritariamente por disertaciones, reflejando la estructura del posgrado. La región Sudeste concentra el mayor número de trabajos, especialmente en São Paulo y Río de Janeiro, evidenciando desigualdades institucionales. Más de la mitad de las investigaciones (52%) no contó con financiamiento; entre las financiadas, predominan las becas de CAPES y CNPq. Los temas más recurrentes son movilización política (31) y derechos civiles/políticas públicas (28), y los marcos teóricos más citados incluyen a Michel Foucault, Judith Butler, Regina Facchini, Pierre Bordieu y Edward MacRae, destacando la centralidad del pos-estructuralismo y la influencia de autores extranjeros.

Palabras clave: género; sexualidad; bibliometría; Ciencias Sociales; producción académica.

Marcelo Sousa Alves

Produção acadêmica na pós-graduação brasileira em Ciências Sociais: uma análise bibliométrica dos estudos sobre gêneros e sexualidades divergentes e/ou dissidentes (2008-2023)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como pré-requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Banca examinadora:

Dr. Márcio Ferreira de Souza (Orientador - INCIS/PPGCS/UFU)

Dra. Camila Maria Risso Sales (INCIS/PPGCS/UFU)

Dr. Antônio Augusto Oliveira Gonçalves (UEMG)

Uberlândia, 2025

À todas as pessoas negras e LGBTQIA+ que ousam sonhar, mesmo quando a realidade material oferece poucos sinais de que seus sonhos podem se concretizar. Não desistam, continuem firmes porque eles nunca conseguirão arrancar de nós aquilo que carregamos de mais poderoso: a força dos nossos ancestrais!

Agradecimentos

Terminar essa etapa da minha vida acadêmica significa celebrar a ocupação de um espaço que foi negado por muito tempo aos meus. Eu não me torno mestre sozinho porque se eu posso estar vivendo isso hoje é por conta da luta do meu povo. Eu sou porque nós somos e, assim sendo, seria injusto dizer que essa dissertação é apenas minha. Ela é resultado de trocas, inquietações e, principalmente, diálogos coletivos. Então, ao ler esse trabalho, saiba que não sou apenas eu falando, aqui ecoam as muitas vozes que me constituíram enquanto ser humano e me fizeram ver o mundo para além do que eu seria capaz de ver sozinho. Por outro lado, esse trabalho não se encerra nele mesmo. Pelo contrário, pode ser que ao encontrar você, o que eu escrevi aqui vire dúvida, crítica ou até mesmo silêncio. E tudo isso é válido porque a pesquisa apenas torna-se algo a partir do momento que constrói relação com o mundo.

Em primeiro lugar, agradeço à espiritualidade que me protege, me ensina e me cuida. Sem ela, eu não teria chegado até aqui. Que meus Guias continuem comigo, iluminando meus passos mesmo nos momentos de maior confusão. Que os Orixás nos auxiliem a atravessar, com sabedoria, as encruzilhadas da vida, nos conectando com aqueles que contribuirão com a nossa caminhada pelo ayê.

Não posso deixar de agradecer também à minha família carnal. Aos meus pais e aos meus irmãos, que, mesmo nem sempre compreendendo totalmente o meu trabalho, me fazem feliz ao demonstrarem o orgulho que sentem por mim.

Agradeço a Renata, minha psicóloga, por me proporcionar um espaço seguro e acolhedor para que eu possa refletir sobre mim mesmo. Com você, aprendi que não preciso buscar uma cura (até porque ela não existe), mas sim desenvolver ferramentas que me ajudem a viver de maneira mais alinhada aos meus valores. Obrigado por ser uma excelente profissional e, acima de tudo, por ser tão humana.

Não posso esquecer dos amores da minha vida, os que passaram e os que permanecem. Aqueles com quem tive relações afetivo-sexuais e aqueles com quem vivi um amor fraternal. Cada momento ao lado de vocês me mostrou que a vida só faz sentido quando é partilhada. Sou um mosaico feito de pedaços de cada um. E assim, eu vivo um pouco em vocês, como vocês vivem em mim.

Agradeço ao Dr. Márcio Ferreira de Souza pela orientação ao longo desses anos. Professor, espero um dia me tornar metade do pesquisador que o senhor é. Sem seus ensinamentos, paciência e empenho, eu não teria chegado até aqui. Muito obrigado por me humanizar durante todo esse processo.

Agradeço à banca por ter aceitado estar comigo tanto na qualificação quanto agora na defesa final. Muito obrigado Dra. Camila Maria Risso Sales, Dr. Antônio Augusto Oliveira Gonçalves, Dr. Moacir de Freitas Costa e Dra. Rafaela Cyrino Peralva Dias pela disponibilidade e pelas contribuições ao meu trabalho. Suas considerações, questionamentos e orientações foram fundamentais para o amadurecimento desta pesquisa

Agradeço também à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa de estudos. Esse suporte foi essencial para a realização e continuidade desta pesquisa, permitindo dedicação integral ao trabalho acadêmico.

Por fim, quero deixar registrado que a vida é algo profundamente precioso. Escrever e pesquisar foi, para mim, também um exercício de afirmar essa preciosidade: insistir na escuta do que costuma ser considerado menor e valorizar experiências tantas vezes invisibilizadas ou silenciadas. Esse exercício agora se conclui com o nascimento desta dissertação. Ela é do mundo, de quem nela encontrar sentido. É nossa. Te desejo uma boa leitura! :)

SUMÁRIO:

LISTA DE DIAGRAMAS, QUADROS E GRÁFICOS	13
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	14
Siglas únicas	14
Siglas conjuntas.....	14
INTRODUÇÃO	16
1. Sobre o tema, os objetivos e a justificativa	16
2. Estrutura da dissertação	19
DA METODOLOGIA UTILIZADA	21
1. Da abordagem, dos métodos e das técnicas	21
2. Da coleta de dados	24
3. Da extração e construção das categorias	25
4. Da etapa teste.....	29
5. Da pós etapa teste	30
CAPÍTULO I. A LEGITIMIDADE CIENTÍFICA: O QUE É CIÊNCIA, AFINAL?	31
1.1 A natureza do campo científico	31
1.2 As transformações do campo científico nas Ciências Sociais: a emergência de outro modelo de ciência	37
CAPÍTULO II. UM BREVE PANORAMA DOS ESTUDOS DE GÊNERO E DAS TEORIAS DAS IDENTIDADES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS	42
2.1 Teorias de gênero: surgimento, expansão e objetos de pesquisa	42
2.2 O que são identidades para as Ciências Sociais?	50
CAPÍTULO III. DOS DADOS BIBLIOMÉTRICOS LEVANTADOS	55
3.1 Distribuição das dissertações e teses por ano	56
3.2 Nível das pesquisas analisadas.....	61
3.3 Distribuição das dissertações e teses por região e unidade federativa ...	64
3.4 Contagem das dissertações e teses por área de concentração	66
3.5 Contagem de dissertações e teses financiadas e por quais órgãos de fomento	69
3.6 Contagem dos objetos de pesquisa analisados nas dissertações e teses	71
3.7 Contagem dos grupos analisados nas dissertações e teses.....	75
3.8 Autoras/res mais referenciados nas dissertações e teses	77

CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
APÊNDICE.....	95
1. Dissertações e teses analisadas	95
2. Dissertações e teses descartadas.....	105
2.1 Dissertações e teses cadastradas nos bancos de dados, mas sem o arquivo anexado	105
2.2 Dissertações e teses com acesso restrito.....	106

LISTA DE DIAGRAMAS, QUADROS E GRÁFICOS

Diagramas

Diagrama 1 p. 30

Quadros

Quadro 1 p. 25

Quadro 2 p. 56

Quadro 3 p. 77

Gráficos

Gráfico 1 p. 61

Gráfico 2 p. 64

Gráfico 3 p. 65

Gráfico 4 p. 66

Gráfico 5 p. 69

Gráfico 6 p. 70

Gráfico 7 p. 71

Gráfico 8 p. 75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Siglas únicas

ANPOCS – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CsF – Ciências sem Fronteiras

CTD – Catálogo de Teses e Dissertações

IEG – Instituto de estudos de Gênero da Universidade Federal de Santa Catarina

FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FAPERJ – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

FUNDASP – Fundação São Paulo

GLS – Gays, lésbicas e simpatizantes¹

LGBT – Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros (ou travestis e transexuais)

LGBTQIA+ – Lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros/travestis/transexuais, queer, intersexos, assexuais (ou arromânticos/agêneros) e o “+” para incluir outras identidades e orientações

PROSUP – Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

UCPel – Universidade Católica de Pelotas

Siglas conjuntas

¹ Simpatizantes eram aquelas pessoas que, mesmo sendo heterossexuais e cisgêneras, apoiavam o movimento LGBTQIA+ e suas reivindicações.

CAPES/FAPDF – Pesquisa financiada conjuntamente pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e FAPDF (Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal)

CAPES/CNPq – Pesquisa financiada conjuntamente pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

CAPES/FAPESP – Pesquisa financiada conjuntamente pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo)

CNPq/FAPERJ – Pesquisa financiada conjuntamente pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro)

CNPq/FAPESP – Pesquisa financiada conjuntamente pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo))

IBP/FAPESC – Pesquisa financiada conjuntamente pelo IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo) e FAPESC (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina)

INTRODUÇÃO

1. Sobre o tema, os objetivos e a justificativa

Inspirando-me na obra *Quem explica o Brasil*, de Manuel Palácios da Cunha e Melo (1999), que mapeia correntes teóricas, temas e autores que influenciaram as Ciências Sociais brasileiras entre 1989 e 1993, nesta dissertação realizo um levantamento bibliométrico das produções da pós-graduação nacional em Ciências Sociais entre 2008 e 2023. O objetivo geral foi identificar as principais características dessa produção acadêmica, com foco em gêneros e sexualidades divergentes e/ou dissidentes, considerando as correntes teóricas mobilizadas, autoras/res mais citadas/dos, objetos de estudo, regiões de concentração, grupos pesquisados e fontes de financiamento. Ressalto que a análise não buscou avaliar a concordância ou divergência das correntes teóricas nos trabalhos investigados, mas apontar quais têm exercido maior influência sobre os estudos de identidades de gênero e sexualidade divergentes e/ou dissidentes.

O recorte concentrou-se em dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil, em instituições públicas ou privadas, cadastradas no Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da CAPES, sem restrição quanto à nacionalidade das/dos autoras/res mencionados. Portanto, o contorno relativo à nacionalidade se refere exclusivamente às publicações. Posto isso, a questão central que orientou o meu trabalho foi a seguinte: quais são as principais características da produção acadêmica brasileira na pós-graduação em Ciências Sociais, entre 2008 e 2023, sobre gêneros e sexualidades divergentes e/ou dissidentes, considerando as correntes teóricas mobilizadas, as/os autoras/res mais referenciados, os temas abordados, as regiões de concentração, os grupos pesquisados e as fontes de financiamento?

Esclareço que optei por utilizar as expressões "gêneros e sexualidades divergentes e/ou dissidentes" porque considero ser importante diferenciar nuances na forma como identidades de gênero e orientações sexuais se relacionam com as normas sociais hegemônicas. Em minha visão, uma orientação sexual e/ou identidade de gênero divergente caracteriza-se por apresentar-se como distinta das orientações e identidades consideradas hegemônicas, sem necessariamente implicar um

posicionamento crítico oupositor às normas estabelecidas. Por outro lado, o termo dissidente refere-se a uma orientação ou identidade que, além de se diferenciar da norma, se constitui a partir de uma escolha consciente de se opor a essas normas e de desafiar os padrões socialmente legitimados, assumindo, assim, uma posição política ou crítica frente às convenções vigentes. Essa distinção permite compreender melhor os modos diversos pelos quais indivíduos e grupos articulam suas identidades em contextos sociais, possibilitando uma análise mais refinada das dinâmicas de poder, resistência e construção de subjetividades no campo das Ciências Sociais.

Os fins específicos deste estudo foram: a) discutir o caráter do campo científico, a fim de elucidar os aspectos que o diferenciam de outras formas de saber; b) resgatar o debate socioantropológico e político para compreender identidades sociais, de gênero e sexuais, bem como conceitos-chave e categorias de análise dessa subárea; c) realizar um mapeamento de dissertações e teses brasileiras defendidas em programas de pós-graduação em Ciências Sociais entre 2008 e 2023; d) mapear as referências bibliográficas mais recorrentes nos trabalhos analisados, identificando as/os autoras/es que aparecem com maior frequência nas listas de referências; e) expor as principais linhas analíticas mobilizadas nos trabalhos analisados; f) identificar as regiões de maior concentração das pesquisas sobre gêneros e sexualidades divergentes e/ou dissidentes; g) observar a presença de financiamento nos trabalhos investigados e h) traçar o perfil dos objetos de estudo mais comumente analisados, assim como os grupos dentro da comunidade LGBTQIA+ que recebem maior atenção nas pesquisas.

O levantamento dos trabalhos das/dos autoras/res mais citadas/dos permitiu situar as influências teóricas e metodológicas predominantes, evidenciando quais referências têm orientado o debate científico sobre gênero e sexualidade em território brasileiro. Compreender as linhas analíticas emergentes contribui para identificar as abordagens que configuram a produção atual, revelando a diversidade ou a ausência dela nas perspectivas adotadas. Além disso, inferir as regiões do país com maior concentração dessas pesquisas oferece um panorama geográfico das dinâmicas acadêmicas, possibilitando a identificação de possíveis desigualdades institucionais que impactam o desenvolvimento das investigações. A análise da presença de financiamento nos trabalhos é igualmente relevante, pois evidencia as condições

materiais e políticas que favorecem ou limitam a continuidade e a qualidade da pesquisa em gênero e sexualidade no contexto brasileiro. Por fim, traçar o perfil dos objetos de estudo mais recorrentes, assim como dos grupos da comunidade LGBTQIA+ que recebem maior atenção, é essencial para compreender as prioridades temáticas e identificar segmentos sub-representados na produção acadêmica.

Inicialmente, o recorte temporal para a análise das dissertações e teses abrangia vinte anos (2003–2023). No entanto, durante o levantamento de dados no banco de dissertações e teses da CAPES, constatei que o trabalho mais antigo disponível datava de 2008. Dessa forma, a pesquisa sofreu um pequeno ajuste no período analisado. A justificativa inicial para esse recorte baseava-se na constatação de que o surgimento e a consolidação dos espaços acadêmicos voltados ao debate sobre gêneros e sexualidades divergentes ocorreram entre as décadas de 1990 e 2000 (Simões; Carrara, 2014). Nesse contexto, observou-se a criação de grupos de trabalho sobre a temática na ANPOCS, como o seminário *Corpo, sexualidade e identidade*, realizado em 2004 (Simões; Carrara, 2014), bem como o desenvolvimento de espaços dedicados exclusivamente a essa subárea, como o *Seminário Fazendo Gênero*, cuja primeira edição ocorreu em 1994 na Universidade Federal de Santa Catarina e, a partir dos anos 2000, ganhou caráter internacional (IEG, 2021). Esses espaços não apenas impulsionaram o aumento dos estudos sobre gênero e sexualidade, mas também contribuíram para articular as pesquisas realizadas nos programas de pós-graduação brasileiros (Simões; Carrara, 2014).

Entretanto, ao longo da coleta de dados, pude perceber, como já dito anteriormente, que o trabalho mais antigo cadastrado no banco de dissertações e teses da CAPES data do ano de 2008. Investigando as resoluções e portarias, notei que a obrigatoriedade da publicação pelos programas de pós-graduação nesse banco de dados se deu em 2006 pela portaria nº 13, de 15 de fevereiro. No primeiro artigo, inciso 2º, lê-se “Os arquivos digitais disponibilizarão obrigatoriamente as teses e dissertações defendidas a partir de março de 2006” (Diário Oficial da União, 2006). Em decorrência disso, o recorte temporal analisado nessa dissertação passou a ser os anos entre 2008 e 2023. A análise se encerra em 2023, considerando que a pesquisa foi iniciada em 2024, ano em que ingressei no mestrado. Dessa forma, este

recorte temporal representa um primeiro limite da pesquisa, pois define os anos disponíveis para análise.

A justificativa para esta pesquisa está ancorada em dois pontos centrais. Primeiramente, no âmbito acadêmico, é fundamental mapear e compreender o estado da arte das pesquisas sobre a temática LGBTQIA+. Essa análise possibilita um diagnóstico do cenário atual das Ciências Sociais no Brasil, evidenciando avanços e identificando áreas que ainda necessitam de atenção. Em segundo lugar, no âmbito social, é essencial reconhecer as lacunas nos estudos sobre indivíduos com identidades e orientações de gênero e sexualidade diversas. A identificação dessas lacunas permite que a comunidade científica direcione seus esforços para questões ainda pouco exploradas, contribuindo para melhorias sociais e para uma maior inclusão dessa população.

Sendo assim, em síntese, os resultados desta pesquisa buscam proporcionar uma visão atualizada da produção científica sobre sexualidades e gêneros divergentes e/ou dissidentes, revelando tendências e identificando possíveis lacunas na área por meio do mapeamento das pesquisas sobre a comunidade LGBTQIA+ no contexto brasileiro.

2. Estrutura da dissertação

A dissertação está organizada em cinco seções. Antes da introdução, apresentei: a) uma lista de diagrama, quadros e gráficos e b) uma lista de siglas e abreviaturas, que têm o objetivo de facilitar a consulta do leitor. Em seguida, vem a introdução, seguida de três capítulos, e, por fim, as considerações finais. Na introdução, o tema é apresentado, contextualizando-se a problemática, a justificativa, os objetivos e a metodologia utilizada. O primeiro capítulo concentra-se na construção do debate sobre o campo científico, especialmente nas Ciências Sociais, explorando sua definição e delimitação, bem como as diferenças entre a ciência e outras formas de saberes. O segundo capítulo dedica-se a apresentar um panorama dos estudos de gênero e sexualidade nas Ciências Sociais, mobilizando conceitos-chave e teorias explicativas da subárea, além de refletir sobre as identidades sociais, de gênero e sexuais, ancorado em discussões socioantropológicas e políticas sobre a construção dessas identidades. O terceiro capítulo apresenta os dados bibliométricos, revelando

os resultados do levantamento das dissertações e teses. Por fim, nas considerações finais, são sintetizados os argumentos centrais da pesquisa, destacando as contribuições para o campo das Ciências Sociais e para os estudos de gênero, além de retomar as limitações da investigação e propor sugestões para pesquisas futuras. A dissertação inclui, ainda, um apêndice em que são listadas as teses e dissertações analisadas e descartadas.

DA METODOLOGIA UTILIZADA

1. Da abordagem, dos métodos e das técnicas

Esta dissertação consiste em uma investigação baseada em pesquisa bibliográfica que, adotando uma abordagem quantitativa, se configurou como um estudo descritivo. No que se refere à coleta e ao tratamento dos dados, foram utilizadas duas técnicas principais: a análise bibliométrica e a análise de conteúdo. A análise bibliométrica serviu como instrumento para a extração dos dados, enquanto a análise de conteúdo foi empregada para o tratamento das informações obtidas.

Os estudos bibliométricos têm como objetivo aplicar metodologias das áreas de estatística e matemática para sistematizar pesquisas de uma determinada área, permitindo identificar tendências ou possíveis lacunas no campo investigado (Chueke; Amatucci, 2015). Nesse sentido, a pesquisa bibliométrica busca compreender a recepção de determinadas teorias ou linhas analíticas. Na presente dissertação, isso se materializa na investigação das características dos estudos sobre sexualidades e gêneros divergentes e/ou dissidentes na pós-graduação brasileira em Ciências Sociais

Um aspecto central na análise da recepção de teorias diz respeito ao público que as acolhe. Torna-se, portanto, imprescindível examinar quem recebe essas ideias e de que maneira as interpreta. Nesse processo, a compreensão se configura como a construção e o compartilhamento de um sentido comum, constituindo um elemento decisivo para a adesão a determinada corrente teórica. Dessa forma, produção e recepção se interligam de maneira complementar, uma vez que o alcance e a efetividade do que se produz dependem, em grande medida, de como esse conteúdo é recebido. Não se trata apenas do conteúdo enunciado, mas também da forma como ele circula e se dissemina (Bouilloud, 2018).

Todavia, essa maneira de olhar a recepção de teorias não pode ser compreendida de forma neutra ou aplicada integralmente ao contexto de países colonizados, como o Brasil. A história brasileira, marcada por séculos de colonização, impactou profundamente não apenas a economia e a política, mas, sobretudo, a produção e circulação do conhecimento. Nesse sentido, a escolha por determinadas correntes teóricas ou autoras/res não decorre apenas de sua pertinência conceitual

ou da capacidade de explicar fenômenos sociais; muitas vezes, ela é moldada por um legado histórico que privilegia saberes importados e legitima práticas acadêmicas hegemônicas. Esse fenômeno evidencia como a circulação de ideias está atravessada por relações de poder que favorecem determinados discursos em detrimento de outros, questionando a noção de neutralidade e universalidade do conhecimento.

A ideia de “colonialidade do poder”, explicada por Quijano (2013), ajuda a entender como o colonialismo europeu deixou marcas que permanecem até hoje. Durante a colonização, foi definida uma ordem social: alguns grupos dominavam, outros eram dominados e trabalhavam, e certos saberes ou culturas eram mais valorizados do que outros. Essa ordem se sustentava em divisões étnico-raciais, de classe, de gênero e geográficas, que faziam parecer “natural” os privilégios de certos grupos sobre outros (em particular os de homens brancos, heterossexuais, proprietários e de ascendência europeia). Além disso, o conhecimento produzido na Europa passou a ser considerado o mais válido, criando uma visão de mundo eurocêntrica que justificou e reforçou desigualdades sociais. Isso afeta todas as áreas que constituem o tecido social e mostra que a modernidade não foi marcada pela neutralidade ou pela universalidade como determinado pelo princípio colonizador, mas é resultado de relações históricas de dominação.

Boaventura de Sousa Santos (2013) denomina o pensamento moderno ocidental de “abissal” porque ele cria uma divisão invisível entre o que é visto como válido, como a ciência, o direito e a filosofia, e o que é deixado de lado, como os saberes populares, indígenas e de povos colonizados. Para o autor, a ciência moderna não é neutra, pois coloca o pesquisador como quem detém o conhecimento e transforma os outros em objetos de estudo, mantendo privilégios para alguns grupos. Entretanto, esses outros saberes têm tanto valor quanto a ciência. Mais do que isso, eles podem dialogar com ela e produzir conhecimentos mais completos e eficazes, em uma espécie de “ecologia de saberes” que entende que nenhum saber é suficiente sozinho, todos precisam se combinar, valorizando a diversidade e superando exclusões históricas.

Por outro lado, a análise de conteúdo foi adotada como técnica de interpretação por articular, de forma equilibrada, objetividade e subjetividade, permitindo explorar

tanto as narrativas quanto os significados construídos nos trabalhos (Cappelle et al., 2003). Essa metodologia possibilita compreender o material em relação ao seu contexto social de maneira detalhada e sistemática (Bauer, 2007), com foco nas interpretações produzidas (Downe-Wamboldt, 1992). Seu objetivo central é a construção de categorias analíticas por meio de um processo de decodificação baseado em códigos específicos. Esses códigos funcionam como elementos de classificação, organizados em grupos temáticos que, posteriormente, dão origem às categorias (Sampaio; Lycarião, 2021). A aplicação dessa técnica segue etapas bem definidas, discutidas teoricamente a seguir e, no subitem 3.3, apresentadas em sua implementação nesta pesquisa.

Para fundamentar a descrição dessas etapas, recorri ao manual *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação* (Sampaio; Lycarião, 2021), que propõe fases principais, subdivididas em etapas menores. A primeira, denominada conceituação, envolve a identificação do problema e das questões norteadoras. Nesse momento, a formulação de perguntas-chave e a revisão crítica da literatura são fundamentais, pois permitem identificar achados e lacunas, situando o estado da arte do tema investigado. Trata-se, portanto, de uma etapa de pré-análise que não se limita a esta pesquisa, mas constitui procedimento essencial do exercício científico.

A segunda fase, denominada desenho, caracteriza-se como a mais complexa do processo de pesquisa. Nela, são definidas as unidades e subunidades analíticas, ou seja, o material que será examinado e a extensão dessa análise, bem como a elaboração das categorias e a determinação da amostragem. Essa etapa abrange ainda o teste da técnica escolhida e, posteriormente, a fase de decodificação dos dados. É fundamental que os códigos e categorias mantenham homogeneidade, de modo a evitar que se tornem excessivamente amplos ou restritivos, garantindo, assim, a consistência e a confiabilidade da análise (Sampaio; Lycarião, 2021).

Por fim, considerando que esta pesquisa adota um tratamento quantitativo, recorri à estatística descritiva como instrumento para a organização e a sistematização dos dados obtidos. Foram elaboradas distribuições de frequência, o que permitiu não apenas visualizar padrões gerais, mas também identificar concentrações e dispersões nos resultados. Esses procedimentos forneceram

subsídios para a construção de gráficos e tabelas que facilitaram a leitura comparativa dos achados e a comunicação dos dados de maneira acessível. Para a elaboração dos materiais visuais, utilizei o software Excel.

2. Da coleta de dados

A procura dos trabalhos foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Optei por usar esse banco nacional de dissertações e teses, pois ele concentra trabalhos realizados na pós-graduação brasileira, fornecendo, dessa forma, uma análise mais abrangente do cenário de pesquisas sobre gênero e sexualidade. Por outro lado, também fiz essa escolha, pois recorrer aos repositórios individuais das universidades poderia enviesar o levantamento, uma vez que seria difícil contemplar todas as instituições. Sendo assim, qualquer seleção pontual poderia comprometer a representatividade dos resultados.

No site, utilizei como termos de busca as expressões “GLS”, “LGBT” e “LGBTQIA+”, considerando as mudanças históricas da sigla ao longo do tempo (Bortoletto, 2019). Caso tivesse restringido a pesquisa apenas ao termo mais recente, haveria o risco de excluir trabalhos produzidos em períodos em que outras denominações eram utilizadas. A partir dos resultados fui colhendo aquelas pesquisas que foram realizadas dentro do recorte proposto. Para isso, no campo de filtros, selecionei apenas dissertação e teses na grande área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e nas áreas específicas de “antropologia”, “ciência política”, “sociologia” e “ciências sociais”. Realizei esse processo em todas as buscas que fiz.

Os registros recuperados não puderam ser exportados automaticamente devido às limitações do banco de dados. Assim, a coleta foi realizada manualmente e cada trabalho foi nomeado segundo o padrão: **DATA. AUTORIA. NÍVEL DA PESQUISA. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA (ESTADO)**. As referências apresentadas no Apêndice 1 também foram organizadas de forma manual. Em seguida, os arquivos foram armazenados em uma pasta on-line no OneDrive e compartilhados com o meu orientador.

Cabe destacar que nem todos os registros disponíveis no CTD continham os respectivos arquivos anexados. Nesses casos, utilizei os dados de catalogação para

localizar os trabalhos em outros repositórios institucionais. Ainda assim, todos os documentos recuperados externamente estavam devidamente cadastrados no CTD, garantindo a consistência do levantamento.

Foram inicialmente levantadas 115 dissertações e teses. Destas, 13 foram descartadas por não terem sido localizadas e 1 por estar protegida por senha, resultando em 101 trabalhos efetivamente analisados. O levantamento foi considerado concluído quando as buscas passaram a retornar apenas produções já catalogadas, indicando a saturação da amostra. O quadro a seguir sintetiza esse processo.

Quadro 1 – Total de registros recuperados (2008-2023)

Registros recuperados na CTD	115
Trabalhos com acesso restrito	1
Trabalhos cadastrados, mas não encontrados	13
Total de trabalhos analisados	101

Fonte: elaborada pelo autor (2025)

3. Da extração e construção das categorias

A construção das categorias analíticas foi realizada em duas etapas complementares. Na primeira, defini blocos gerais voltados à organização dos dados institucionais e contextuais das dissertações e teses. Na segunda, a partir da leitura dos resumos, elaborei agrupamentos temáticos que possibilitaram identificar os principais objetos de pesquisa, os grupos analisados e os referenciais teóricos mobilizados.

Na etapa inicial, estabeleci os seguintes quatro blocos gerais: a) dados institucionais (região, unidade federativa, instituição, área de concentração e nível da pesquisa); b) financiamento (presença ou ausência e órgão de fomento); c) conteúdo (objeto de pesquisa e grupo investigado); d) referências (autoras/res mais recorrentes).

No caso da região, adotei a divisão oficial do país em cinco macrorregiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Para as unidades federativas, foram considerados os 26 estados e o Distrito Federal. Os nomes das instituições foram mantidos exatamente como constavam nos trabalhos analisados. Em relação às áreas

de concentração, além da grande área das Ciências Sociais, foram contempladas a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política. O nível da pesquisa foi classificado em dissertação de mestrado ou tese de doutorado. Quanto ao financiamento, registrei a presença ou ausência de apoio, bem como a indicação do órgão de fomento, quando existente. Cabe destacar que, embora houvesse pesquisas desenvolvidas em instituições privadas, também nesses casos se identificou o apoio de agências públicas de fomento, como aquelas que fazem parte do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) da CAPES (Brasil, 2020).

Para esta análise, a distinção entre instituições públicas e privadas não constituiu um critério central, uma vez que, mesmo nos trabalhos desenvolvidos em instituições privadas, o suporte financeiro relevante para a produção científica provém majoritariamente de agências públicas de fomento, como no caso do PROSUP/CAPES. Nesse sentido, o foco recai sobre a existência e o tipo de apoio recebido, e não sobre a natureza administrativa da instituição. Contudo, essa escolha metodológica não elimina a necessidade de reconhecer que o caráter público ou privado das instituições produz efeitos concretos, ainda que indiretos, sobre as condições de realização das pesquisas, especialmente no que se refere ao acesso a recursos, infraestrutura e políticas de incentivo.

Na etapa seguinte, organizei os objetos de pesquisa em oito grupos: a) mobilização política, b) direitos civis/políticas públicas, c) performatividade/identidade, d) violência, e) religião, f) trabalho, g) representações sociais e h) educação. Essas categorias temáticas não foram definidas previamente, mas construídas a partir da interpretação dos resumos e palavras-chave das dissertações e teses, à medida que estes eram lidos. O objetivo desse procedimento foi refletir sobre os principais objetos de pesquisa presentes nos trabalhos analisados. Dessa forma, usei a seguinte lógica para organizar os trabalhos:

- a. **Mobilização política:** englobou pesquisas que analisaram ações coletivas, engajamento político ou ativismo social;
- b. **Direitos civis/políticas públicas:** abrangeu estudos sobre legislação, políticas de inclusão e proteção de direitos de grupos LGBTQIA+;

- c. **Performatividade/identidade:** refere-se a trabalhos que exploraram identidades de gênero, sexualidade e sua construção social;
- d. **Violência:** incluiu pesquisas sobre violência física, simbólica ou institucional;
- e. **Religião:** contemplou estudos sobre práticas religiosas, crenças e sua relação com grupos sociais;
- f. **Trabalho:** pesquisas sobre inserção no mercado, condições laborais e experiências profissionais;
- g. **Representações sociais:** agrupa estudos sobre percepções, estigmas e construção social de significados; e
- h. **Educação:** refere-se a trabalhos sobre aprendizagem, inclusão escolar e políticas educacionais.

Quanto aos grupos investigados, foram definidas cinco categorias: a) monossexuais não-héteros (gays e/ou lésbicas), b) bissexuais, c) trans/travestis e d) LGBTQIA+. Na seção de apresentação dos dados, o leitor verá que alguns trabalhos agruparam diferentes identidades, como “lésbicas e bissexuais” ou “gays, lésbicas e travestis”. Esse agrupamento não altera a classificação original, servindo apenas para refletir a forma como os dados foram apareceram nos trabalhos analisados. Nesses casos, cada trabalho foi contabilizado uma única vez, considerando o agrupamento apresentado pelas/os autoras/res, a fim de evitar que a soma dos pontos superasse o número de trabalhos analisados. Dessa forma, a análise buscou preservar a fidelidade aos dados originais sem distorcer a quantidade de estudos incluídos.

Para identificar as/os autoras/res cuja produção foi mais influente nos trabalhos analisados, realizei um levantamento a partir das referências bibliográficas das dissertações e teses. Elegi, para cada trabalho, através de uma contagem, as/os cinco autoras/res mais citadas/dos, formando assim um grupo de autoras/res por documento. A escolha de limitar a análise a cinco autoras/res por trabalho deve-se a restrições práticas: por questões de tempo e prazos acadêmicos do mestrado, não foi possível examinar listas maiores. Esse recorte metodológico, embora limitado, permitiu verificar algumas tendências sem a pretensão de abranger todas as influências possíveis.

A análise seguiu os seguintes passos:

1. **Extração de autoras/res por trabalho:** examinei as referências bibliográficas de cada dissertação e tese, identificando, através de uma contagem da frequência, as/os cinco autoras/res mais referenciadas/dos em cada trabalho (em casos de empate que resultassem em mais de cinco nomes, todos foram considerados);
2. **Normalização de nomes:** padronizei os nomes dos autores para evitar duplicações causadas por variações de grafia (ex.: “Michel Foucault”, “FOUCAULT, Michel”, “Foucault, M.”);
3. **Compilação e contagem:** a lista de cinco autoras/res de cada trabalho foi então consolidada e a frequência de cada autora/autor foi contabilizada em todos os documentos analisados, ou seja, cada vez que um/a autor/ra aparecia entre os cinco mais citados de um trabalho, isso era registrado como uma ocorrência, por exemplo, se Foucault aparecia em três trabalhos diferentes, sua frequência total era três;
4. **Exclusões:** órgãos institucionais (como “BRASIL”, “IPEA” ou “UNAIDS”) foram desconsideradas, assim como autocitações indicadas nas fontes, para concentrar a análise na influência externa dos autores; e
5. **Elaboração do ranking final:** com a contagem consolidada, criei um ranking das/os cinco autoras/res mais recorrentes, em ordem decrescente de frequência; esse ranking permitiu visualizar, de forma quantitativa, as/os autoras/res que mais aparecem nas listas de referências bibliográficas e, de forma qualitativa, compreender quais correntes teóricas ou tradições se consolidam no campo de estudo analisado.

Depois disso, as/os cinco autoras/res mais citadas/dos nos trabalhos analisados foram organizados em dois grandes conjuntos, de acordo com a orientação teórica predominante em suas abordagens: (a) **estruturalistas**, cujas análises se concentram em estruturas sociais, linguísticas ou culturais consideradas relativamente estáveis e determinantes dos fenômenos investigados; e (b) **pós-estruturalistas**, que enfatizam a instabilidade das estruturas, a multiplicidade de interpretações e a construção discursiva das identidades e relações de poder. Essa classificação permitiu evidenciar tendências teóricas recorrentes na literatura, facilitando a compreensão do enquadramento conceitual adotado nos estudos. Importante destacar, contudo, que tal classificação deve ser entendida como uma chave de leitura

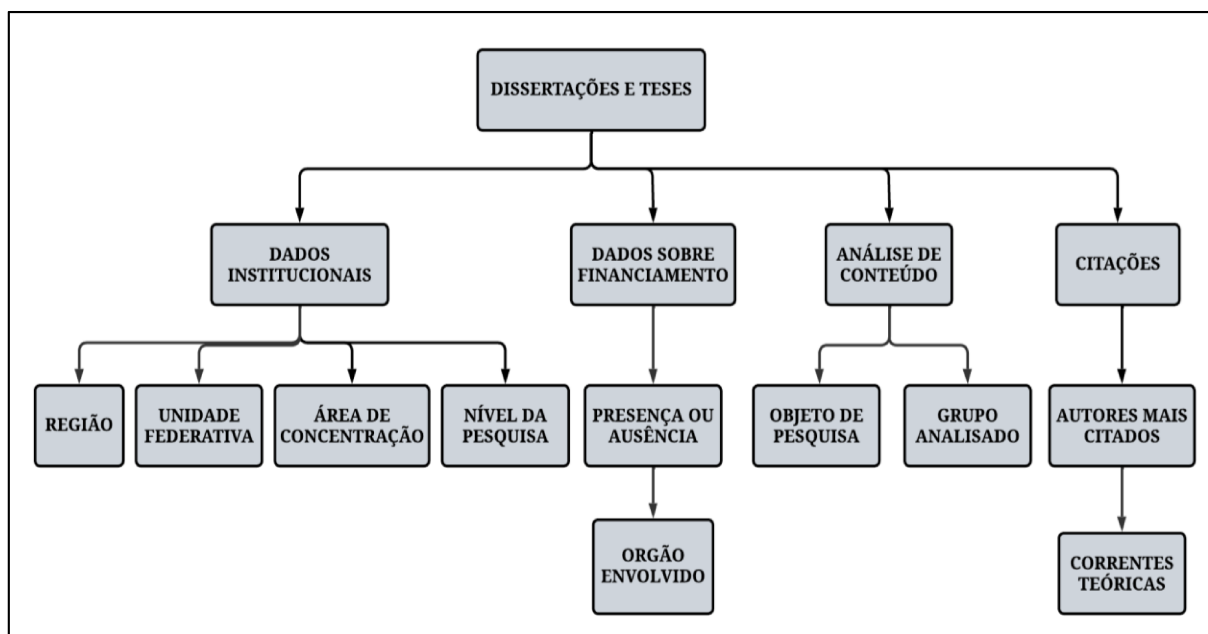
analítica adotada neste trabalho e não como um enquadramento absoluto ou exaustivo, já que diversos autores transitam entre correntes ou apresentam hibridismos conceituais.

Por fim, embora esta estratégia metodológica ofereça uma visão das/dos autoras/res mais recorrentes nas referências bibliográficas, é importante considerar algumas limitações. Ao concentrar a análise apenas nas/nos cinco autoras/res mais citadas/dos por trabalho, algumas/alguns outras/tros podem não ser identificadas/dos, o que pode reduzir a percepção da diversidade teórica presente. A contagem e padronização manuais dos nomes também podem gerar pequenos erros, especialmente em casos de grafias ou abreviações diferentes. A exclusão de citações de órgãos institucionais e autocitações, embora justificada, pode deixar de fora algumas contribuições relevantes em contextos específicos. Além disso, a análise baseia-se nas entradas nas referências bibliográficas, sem avaliar a forma ou a profundidade com que cada autora/autor é utilizada/do no corpo do texto, de modo que a presença quantitativa não reflete necessariamente a influência conceitual. Assim, os resultados devem ser interpretados como uma indicação geral das referências mais citadas, oferecendo percepções que não têm a pretensão de apresentar um levantamento absoluto das influências teóricas.

4. Da etapa teste

Realizei uma etapa de teste para o tratamento dos dados com o objetivo de verificar se as categorias criadas para análise eram adequadas. Sendo assim, escolhi aleatoriamente quatro trabalhos (duas dissertações e duas teses) e as submeti as classificações propostas. Para tal, utilizei o Excel. O diagrama a seguir ilustra os indicadores utilizados para a realização da etapa teste.

Diagrama 1 – Indicadores analisados para extração de dados (etapa teste)



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

5. Da pós etapa teste

Após a etapa teste, as categorias relacionadas ao financiamento e análise de conteúdo não precisaram ser revistas, contudo em relação aos dados institucionais notei que seria necessário acrescentar os anos de publicações das dissertações e teses para ter como perceber o quantitativo de pesquisas no decorrer dos quinze anos analisados.

CAPÍTULO I. A LEGITIMIDADE CIENTÍFICA: O QUE É CIÊNCIA, AFINAL?

O primeiro capítulo dessa dissertação organiza-se em dois tópicos: a) a natureza do campo científico (seção 1.1), que aborda fundamentos clássicos, metodologias e debates sobre objetividade e interpretação e b) as transformações do campo científico nas Ciências Sociais (seção 1.2), que examina o surgimento de modelos alternativos de ciência, especialmente a partir do pós-estruturalismo, e os desafios na compreensão de fenômenos sociais complexos. Ao longo do capítulo, mobilizei autores como Karl Popper (2008), Paul Feyerabend (1977), Pierre Bourdieu (1983), Donna Haraway (1995) e Boaventura de Sousa Santos (2008), buscando articular suas contribuições às transformações contemporâneas do campo científico e às especificidades das Ciências Sociais.

Assim, o objetivo do capítulo é apresentar um panorama da natureza do campo científico, ressaltando as particularidades das Ciências Sociais em relação a outras formas de conhecimento. Mais do que revisar tradições e debates sobre ciência e método, procurei evidenciar as disputas epistemológicas e sociais que moldam autoridade e legitimidade científica, demonstrando como diferentes concepções de ciência influenciam a produção e interpretação do conhecimento. Ao longo do percurso, busquei apresentar o posicionamento teórico-epistemológico que fundamenta esta dissertação, mostrando que a ciência é uma prática socialmente situada, marcada por contextos, interesses e disputas que configuram suas normas e resultados.

1.1 A natureza do campo científico

O método científico é enxergado como a garantia de que as constatações feitas pelos cientistas são verídicas. Sendo assim, a ciência desfruta, em algum nível, de uma confiabilidade superior à de outras formas de explicação do mundo (Chibeni, s.d.). Porém, se essa confiança não for elaborada a partir de uma visão crítica, corre-se o risco de emergir uma consciência não dialética que desconecta o conhecimento científico das relações humanas. É por isso que todo conhecimento científico é também um produto social (Bloor, 2008). Como produto social, esse conhecimento resulta de um contexto sócio-histórico e geográfico específico. E é justamente alguns desses produtos localizados que abordarei nos parágrafos a seguir.

Moldado pelas revoluções do conhecimento dos séculos XVI ao XIX (Santos, 2008), o modelo de racionalidade contemporânea promoveu uma concepção de ciência fundamentada na objetividade e nas evidências empíricas obtidas por meio da observação e experimentação (Chalmers, 1993). A preocupação em estudar o caráter da ciência culminou na fundação da filosofia da ciência; área que buscou elaborar critérios para definir o que seria o método científico (Chibeni, s.d.). Dessa forma, foram desenvolvidos procedimentos que buscavam enfatizar a confiabilidade dessa forma de explicação do mundo. Nesse contexto, é construído o indutivismo enquanto uma proposta metodológica que caracteriza a ciência como a observação direta dos fenômenos naturais (Chalmers, 1993).

Segundo essa corrente filosófica, as observações de eventos particulares em momentos específicos forneceriam elementos que permitiram a formulação de afirmações singulares. A partir dessas observações, seria possível construir afirmações universais que descreveriam regularidades ou padrões replicáveis em todos os casos de um mesmo tipo, em qualquer lugar. As leis e teorias que sustentam o conhecimento científico seriam, portanto, desenvolvidas com base nesse processo, de modo que cada observação contribuiria para validar e fundamentar a lei universal. Para isso, seria essencial realizar o maior número possível de observações singulares, variadas em diferentes condições, garantindo que nenhuma delas contradiga as regularidades identificadas (Chalmers, 1993).

Embora o indutivismo tenha sido uma abordagem dominante na filosofia da ciência, críticas posteriores, como as apresentadas por Popper (2009), destacaram as limitações do uso da indução como método científico. A simples observação dos fenômenos não seria, portanto, suficiente para caracterizar a ciência; seu princípio norteador seria, na visão de Popper, a capacidade de refutação ou teste (Popper, 2008).

Assim, o falseacionismo popperiano, portanto, realocou o foco da ciência no esforço em refutar a hipótese e não na sua comprovação. Isso demonstraria a crucial distinção entre a ciência e outras formas de conhecimento que se baseavam em métodos de confirmação distintos e que não eram, supostamente, sujeitos ao mesmo rigor de verificação empírica. Assim, o cerne do fazer científico, nesse contexto, não

seria a observação, mas o problema, ou seja, fazer ciência a partir de uma questão, de algo que não se sabe e que se busca conhecer (Popper, 1978).

Portanto, de acordo com a perspectiva positivista popperiana, a ciência avançaria na medida em que teorias mais sofisticadas, baseadas em maior conteúdo empírico e maior universalidade, substituíssem as anteriores (Dias, 2015). Já segundo Thomas Kuhn, o desenvolvimento científico não é cumulativo, mas ocorre por meio de revoluções paradigmáticas, nas quais um novo paradigma se impõe sobre o anterior e reorganiza o consenso da comunidade científica. (Neto, 2015; Kuhn, 2013).

Entretanto, essa teorização de Popper não ficou longe de críticas. Lakatos (1978), em *Falsificação e a metodologia dos programas de pesquisa científica*, aponta que:

Para colocar de forma mais incisiva: o critério de demarcação de Popper não tem nada a ver com epistemologia. Ele não diz nada sobre o valor epistemológico do jogo científico. Pode-se, é claro, independentemente da lógica da descoberta, acreditar que o mundo externo existe, que existem leis naturais e até que o jogo científico produz proposições cada vez mais próximas da Verdade; mas não há nada de racional nessas crenças metafísicas; elas são meras crenças [...] (Lakatos, 1978, p. 156, *tradução minha*).

Portanto, Lakatos (1978) sustenta que, embora Popper proponha a falsificação como critério para diferenciar ciência de não-ciência, esse critério isoladamente não atribui valor epistemológico às teorias científicas. Em outras palavras, a lógica da descoberta popperiana não é suficiente para fundamentar a confiança no progresso científico; crenças acerca da existência de leis naturais ou da aproximação da ciência à Verdade com “V” maiúsculo permaneceriam no âmbito das convicções metafísicas, sem base racional. Nesse contexto, Lakatos (1978) propõe o conceito de programas de pesquisa científica, nos quais as teorias são avaliadas não de forma isolada, mas como componentes de uma estrutura mais ampla, composta por um núcleo e por um cinturão protetor de hipóteses auxiliares.

Nessa perspectiva, o avanço da ciência ocorria de forma gradual: o núcleo central de uma teoria é preservado enquanto hipóteses auxiliares são substituídas, permitindo ampliar sua capacidade explicativa, em vez de descartar a teoria de imediato. Essa abordagem evidencia uma tensão central no debate epistemológico: a visão popperiana valoriza a falsificação como critério de cientificidade, enquanto

Lakatos (1978) concentra-se na dinâmica interna dos programas de pesquisa, concebendo a ciência como um empreendimento cumulativo, ainda que não linear. Nesse sentido, a perspectiva de Lakatos dialoga com a ideia de paradigmas de Kuhn (2013), reconhecendo consensos e mudanças paradigmáticas, mas oferecendo uma explicação mais detalhada sobre como essas mudanças se processam de maneira racional dentro de uma comunidade científica.

Até então vimos que a superioridade explicativa da ciência estaria atrelada à sua capacidade de classificar o caráter real do mundo. Essa lógica de pensamento, quando usada para identificar o que é a verdade, reduz a possibilidade de perceber que diferentes sistemas de conhecimento podem ser tão dessemelhantes que torna impossível fazer uma comparação entre eles usando um mesmo critério. Isso significa dizer que não existem parâmetros universais para oposições (Feyerabend *in* Chalmers, 1993). Assim, não é possível discutir a suposta superioridade da ciência em relação às outras formas de conhecimento; ela é apenas uma forma distinta de explicação que tem vieses de confirmações próprios, mas isso debatarei mais adiante. Por ora, é possível dizer que a ciência vai além de fatos objetivos e das conclusões extraídas deles, incluindo também ideias, interpretações variadas e problemas resultantes de divergências de entendimento ou possíveis equívocos (Feyerabend, 1977).

No livro *Vida de laboratório: a construção de fatos científicos*, resultado de um estudo etnográfico seminal realizado em um laboratório de neuroendocrinologia do The Salk Institute, na Califórnia, Latour e Woolgar (1986) defendem que os fatos científicos não são simplesmente descobertos, mas socialmente construídos. De acordo com os autores, a ciência não é forjada através de uma ordem, pelo contrário, ela é fundamentalmente caótica.

Nosso interesse na maneira pela qual a ordem científica é construída a partir do caos surge de duas considerações principais. Em primeiro lugar, do fato de que há sempre disponíveis várias características sociológicas alternativas que podem ser invocadas para explicar a ocorrência de uma determinada ação científica. Como qualquer alternativa pode, em princípio, ser contestada ou criticada, pode ser preferível mudar o foco de modo a examinar a maneira pela qual as características são invocadas para produzir ordem. Em segundo lugar, observadores externos parecem estar em uma posição essencialmente semelhante à dos cientistas, na

medida em que também se veem confrontados com a tarefa de construir um relato ordenado a partir de um conjunto desordenado de observações (Latour; Woolgar, 1986, p. 34 – 35, *tradução minha*).

Isso significa que a ciência também é interpretativa e, portanto, pode ser direcionada a interesses específicos. Dessa forma, torna-se relevante analisar como explicações produzidas por cientistas, em certas ocasiões, foram utilizados para atender a interesses de grupos particulares. O movimento que tento fazer aqui não é o de negação da ciência. O que busco traçar é o caminho para a desnaturalização dela atrelado a defesa do caráter do fazer científico enquanto produto social. Trago alguns exemplos desse aspecto. Ao longo da história da medicina, algumas categorizações foram usadas para justificar preconceitos e violências contra alguns povos. Observa-se isso no racismo científico que buscava legitimar a opressão do branco em relação aos negros com pretextos biológicos (Santos; Silva, 2018; Gomes, 2015) ou na patologização de identidades sexuais e/ou de gênero que divergiam da norma heterocisgênera (Monteiro; Mendes, 2019). Na questão das políticas públicas, por exemplo, interesses específicos como a tentativa de dificultar processos migratórios foram justificados em bases ditas científicas. Discursos que correlacionam criminalidade e imigrantes são usados como pretextos para práticas xenofóbicas (Cunha, s.d.) mesmo que saibamos, por conta de outras pesquisas, que não existem elementos que comprovam efetivamente o aumento da taxa de crimes em locais onde são recebidos indivíduos de outras nacionalidades (Guia; Pedroso, 2015).

Portanto, a concepção de que a ciência deve obedecer às regras rígidas e universais limita sua capacidade de adaptação e aumenta o risco de se tornar, de algum modo, dogmática (Feyerabend *in* Chalmers, 1993). Embora a prática científica frequentemente utilize dados e fatos como referência para avaliar teorias, Feyerabend (1977) alerta que a relação entre teoria e evidência não é linear nem determinística. Divergências entre pressupostos teóricos e resultados empíricos não devem ser encaradas apenas como ameaça à teoria, mas podem representar oportunidades de questionamento, revisão ou mesmo de avanços conceituais. Assim, a ciência não se reduz à confirmação de hipóteses; ela também se constrói a partir do fracasso, das contradições e das múltiplas abordagens metodológicas.

Dessa forma, emerge a importância de explicitar o processo, garantindo que o trabalho intelectual seja cercado de raciocínio e controle das informações obtidas

(Mills, 1982). Em termos weberianos, isso implica na necessidade de uma neutralidade axiológica, assegurando um nível de objetividade na produção científica, de modo que as respostas descobertas pelos pesquisadores sejam construídas a partir do contexto em que estão inseridos e não influenciadas por suas próprias inclinações pessoais (Weber, 2006).

Mas, afinal, o que é a ciência? Parto do princípio de que o campo científico tem como marca a luta da concorrência que emerge com o intuito de atribuir autoridade científica que é traduzida enquanto a legitimidade recebida através das habilidades técnicas e pelas normas sociais/culturais da comunidade científica. Ou seja, alguém que é reconhecido como autoridade no seu campo, ocupa esse espaço tanto pela sua habilidade técnica e conhecimento científico específico quanto pela sua reputação entre seus pares. Assim, a autoridade científica é construída também pelos aspectos simbólicos e sociais que validam e reforçam a figura de uma autoridade em determinado campo. Portanto, a base da ciência é a crença coletiva em seus fundamentos (Bourdieu, 1983).

Desse modo, a disputa no campo epistêmico se dá também no âmbito político, já que a ciência não opera de maneira isolada, mas em interação com condições sociais e materiais. Essa interdependência com contextos diversos significa que diferentes atores e instituições podem produzir interpretações distintas e até conflitantes, de modo que não há homogeneidade na ciência. Nesse sentido, a autoridade científica pode ser entendida como um tipo específico de capital, que pode ser acumulado, transmitido e, em certas condições, reconvertido (Bourdieu, 1983).

Assim, o mercado dos bens científicos segue suas próprias leis, desvinculadas da moral. As relações de forças estabelecidas pelo protagonista da luta, pelos agentes envolvidos e pelas instituições estruturam o campo científico que se altera em uma relação dialética à medida que acontece qualquer modificação em algum desses lados. Não sendo, portanto, fixa. Com isso, essa distribuição de capital é fundamentalmente o meio existente para mudanças do campo científico sejam elas com intuito de conservação ou modificação (Bourdieu, 1983).

O campo científico é, dessa forma, marcado por desigualdades, uma vez que alguns pesquisadores dispõem de mais vantagens do que outros. Entretanto,

interesses individuais podem, em determinadas circunstâncias, contribuir para o avanço coletivo do conhecimento (Bourdieu, 1983). Nesse contexto, o tempo dedicado a uma pesquisa representa apenas uma parcela de um esforço maior, cujo valor está relacionado à forma como se articula com os trabalhos de outros pesquisadores e influencia investigações futuras (Cooper, 1989).

Portanto, a ciência deve ser compreendida não apenas como a produção de conhecimento objetivo, mas como um espaço marcado por disputas e relações de poder. O conhecimento científico surge da interação entre indivíduos, instituições e contextos sócio-históricos, sendo sempre situado e sujeito a questionamentos. Nesse cenário, o suposto avanço da ciência depende da articulação entre diferentes esforços e da circulação do capital científico dentro de um campo dinâmico, desigual e em constante reorganização.

1.2 As transformações do campo científico nas Ciências Sociais: a emergência de outro modelo de ciência

A Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política formam as Ciências Sociais como uma área de conhecimento ampla e complexa, marcada pela diversidade de métodos, objetos e perspectivas. Cada uma dessas subáreas desenvolveu-se a partir de contextos históricos, culturais e epistemológicos distintos, refletindo preocupações e desafios específicos que moldaram suas abordagens e práticas investigativas. Embora não se pretenda aqui detalhar minuciosamente a trajetória histórica de cada uma, é essencial reconhecer que o desenvolvimento das Ciências Sociais não ocorreu de maneira linear ou uniforme, sendo marcado por rupturas, tensões e transformações contínuas que refletem tanto mudanças na sociedade quanto revisões teóricas e metodológicas internas ao próprio campo científico.

Dito isso, o modelo de ciência tradicional, pautado pela precisão das medições, pela classificação do mundo e pela busca de objetividade absoluta, enfrenta uma crise significativa. Essa crise decorre de um paradoxo central: o próprio conhecimento produzido por esse modelo é também aquele que o problematiza e o questiona (Santos, 2008). Ou seja, as Ciências Sociais, ao refletirem sobre si mesmas e sobre suas metodologias, revelam que suas certezas e estruturas conceituais não são definitivas, mas sujeitas a revisões contínuas. A corrente pós-estruturalista, nesse sentido, ao colocar em evidência a construção social do saber e a complexidade dos

processos de produção de conhecimento, mostra que a ciência é um campo dinâmico, em que mudanças, debates e contestação de paradigmas são partes constitutivas e inevitáveis do próprio exercício do pensar social.

Isto significa que todos os conhecimentos, inclusive os chamados científicos ou naturais, são inseparavelmente sociais, o que exige abandonar concepções dualistas que separam mundo natural e mundo cultural ou pesquisador e pesquisado. Essa perspectiva implica reconhecer que o conhecimento é simultaneamente localizado e totalizante: embora busque compreender aspectos gerais ou a totalidade de um fenômeno, permanece atento às especificidades e particularidades de cada contexto. Nesse sentido, a produção de conhecimento se organiza em torno de temas e problemas concretos, fragmentando-se e reconfigurando-se independentemente das fronteiras disciplinares tradicionais, que muitas vezes se fixam rigidamente nos objetos de estudo. É nesse cenário que emerge a corrente pós-estruturalista, propondo uma abordagem mais crítica, sensível à complexidade social e à historicidade dos saberes (Santos, 2008).

Nesse sentido, uma das características centrais desse tipo de fazer científico é a rejeição da existência de uma hierarquia fixa entre os diferentes tipos de conhecimento, desconstruindo a ideia de que a ciência seria a única via legítima para explicar a realidade. Sendo assim, a ciência não se limita a um debate sobre a verdade objetiva; ela se define, em grande medida, pelo que a comunidade científica reconhece como conhecimento válido. Enquanto o conhecimento científico tradicional buscou se distinguir e se afirmar em contraste com o senso comum, esse novo modelo propõe uma postura mais permeável, na qual o conhecimento científico pode dialogar, incorporar e até se integrar a saberes cotidianos, aspirando tornar-se, em certo sentido, acessível e legítimo para um público mais amplo (Santos, 2008).

Os conceitos de “saberes orgânicos” e “saberes sintéticos”, formulados por Nego Bispo, ajudam a entender como diferentes formas de conhecimento são valorizadas de maneira desigual. Segundo o autor, nomear os saberes é também exercer poder: enquanto o pensamento eurocêntrico define seus próprios conhecimentos como “ciência”, os saberes de povos tradicionais são frequentemente classificados como inferiores, sendo chamados de “populares” ou “empíricos” (Dorneles, 2021).

Nesse contexto, Bispo propõe uma distinção. Os saberes orgânicos estão ligados à experiência, à coletividade e à relação equilibrada com a natureza, sendo orientados pelo “ser”. Já os saberes sintéticos, associados à tradição eurocristã, são marcados pela fragmentação e pela exploração da natureza, sendo orientados pelo “ter”. Dessa forma, enquanto os saberes orgânicos se constroem a partir da vivência e do equilíbrio com o mundo, os saberes sintéticos tendem a transformar a natureza em recurso e objeto de controle. Essa diferença faz parte do que o autor chama de “guerra das denominações”, destacando a importância de reconhecer e valorizar outras formas de produzir conhecimento além da ciência moderna (Dorneles, 2021).

Isso porque, o modelo de ciência moderna se fundamenta na ideia de ordem e regularidade, orientado pela busca da previsibilidade, na medida em que o passado tende a se repetir no futuro. Nessa perspectiva, as teorias surgem como tentativas de explicar tais regularidades e de sistematizar o conhecimento de maneira objetiva e previsível. (Santos, 2008). Um exemplo encontra-se na Física, quando Newton formula a lei da inércia, segundo a qual um corpo, ao ser submetido a uma força, altera seu estado de repouso ou de movimento (Rocha, 2015). Essa formulação não apenas consolidou padrões observáveis na natureza, mas também ilustra uma lógica orientada pela identificação de leis universais capazes de explicar e prever fenômenos de modo abrangente.

No entanto, a aplicação desse modelo à realidade das Ciências Sociais revela limitações significativas. Os fenômenos sociais apresentam maior complexidade, variabilidade e influência de contextos históricos e culturais, o que torna difícil formular teorias abstratas e universais ou prever acontecimentos de forma precisa. Por essa razão, diferentemente das ciências exatas, o estudo do comportamento humano requer abordagens sensíveis às particularidades locais e às constantes transformações da sociedade (Santos, 2008).

Sendo assim, uma das diferenças fundamentais entre estruturalismo e pós-estruturalismo se encontra na busca (ou não) por leis gerais. Enquanto o primeiro se preocupa em encontrar padrões e regularidades do comportamento humano e social, o segundo deposita seus esforços no contrário. Nesse contexto, o conceito de saberes localizados de Haraway (1995) torna-se fundamental. Para a autora, a produção de

conhecimento não é um processo neutro, mas é intrinsecamente ligada à posição do observador e à sua perspectiva. Isso vai contra a visão tradicional de uma ciência objetiva. O objeto de estudo não é passivo, pelo contrário, ele tem sua própria agência, ou seja, a capacidade de agir e influenciar a pesquisa. Ele não é apenas algo a ser analisado, mas um participante ativo que molda o processo de descoberta. Essa ideia é especialmente importante para as Ciências Sociais. Os indivíduos têm suas próprias intenções, pensamentos e ações; e isso precisa ser reconhecido, do contrário, o resultado é uma análise incompleta ou distorcida da realidade.

[...] o objeto do conhecimento seja visto como um ator e agente, não como uma tela, ou um terreno, ou um recurso, e, finalmente, nunca como um escravo do senhor que encerra a dialética apenas na sua agência e em sua autoridade de conhecimento "objetivo". A observação é paradigmaticamente clara nas abordagens críticas das ciências sociais e humanas, nas quais a própria agência das pessoas estudadas transforma todo o projeto de produção de teoria social. De fato, levar em conta a agência dos "objetos" estudados é a única maneira de evitar erros grosseiros e conhecimentos equivocados de vários tipos nessas ciências (Haraway, 1995, p. 36).

Mais amplamente, a lógica dos saberes localizados se aplica a todos os campos do conhecimento: todo objeto exerce algum tipo de influência, de modo que a produção científica deve se pautar por uma relação de interação e diálogo, e não apenas por decodificação passiva.

Explicações de um mundo "real", assim, não dependem da lógica da "descoberta", mas de uma relação social de "conversa" carregada de poder. O mundo nem fala por si mesmo, nem desaparece em favor de um senhor decodificador. Os códigos do mundo não jazem inertes, apenas à espera de serem lidos. O mundo não é matéria-prima para humanização; todos os ataques ao humanismo, outro ramo do discurso sobre "a morte do sujeito", deixaram isto muito claro. De certa maneira crítica, isso é grosseiramente apontado pela categoria incerta do social ou de agência: o mundo encontrado nos projetos de conhecimento é uma entidade ativa (Haraway, 1995, p. 37).

Assim como propõe Foucault (1979), a tarefa do intelectual não é falar em nome de, mas sim falar com, criando espaços de escuta, articulação e resistência. A teoria não deve ser um modelo a ser aplicado, mas uma ferramenta que só tem valor se puder intervir nos modos de produção de saber, subjetividade e relações de poder. Assumir de onde se fala não fragiliza o conhecimento, mas o torna mais responsável. Sendo assim, todo conhecimento tem um lugar; é feito a partir de uma perspectiva e

de uma posição no mundo. E, como alerta Spivak (2010), representar o outro é sempre uma operação atravessada por assimetrias epistêmicas e políticas, o que exige uma escuta que acolha a diferença sem apagá-la.

Assim, a emergência do pós-estruturalismo nas Ciências Sociais não representa apenas uma mudança teórica, mas também implica transformações na prática científica. Pesquisadores são chamados a reconhecer que seus estudos não se situam fora de um contexto, mas estão inseridos em um, influenciando e sendo influenciados pela sociedade e pelos sujeitos que investigam. Ao adotar essa postura, as Ciências Sociais se tornam não apenas instrumentos de explicação, mas também de intervenção, capazes de propor alternativas e expandir a compreensão sobre a complexidade dos fenômenos humanos, sem pretender a objetividade absoluta ou a neutralidade epistemológica.

CAPÍTULO II. UM BREVE PANORAMA DOS ESTUDOS DE GÊNERO E DAS TEORIAS DAS IDENTIDADES NAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Este capítulo tem como objetivo apresentar um panorama das discussões em torno dos conceitos de gênero, identidades e sexualidades, evidenciando como esses referenciais foram construídos, tensionados e reformulados ao longo das últimas décadas. Iniciei a análise com o resgate das formulações clássicas sobre gênero, ressaltando tanto os aportes do feminismo hegemônico quanto as críticas que problematizaram a universalização da categoria “mulher” e a invisibilização de experiências atravessadas por raça, classe, sexualidade e localização geopolítica. Em seguida, abordei a emergência do conceito de identidades, buscando vincular a debates pós-estruturalistas e pós-coloniais, que desafiaram concepções essencialistas e abriram novas possibilidades de leitura sobre os sujeitos e suas posições sociais.

Nesse percurso, mobilizei autoras/res como Judith Butler (2018; 2019), Stuart Hall (2006), Letícia Nascimento (2021), Paul Preciado (2014; 2019) e Oyèrónké Oyěwùmí (2004; 2021). A discussão buscou enfatizar as tensões e deslocamentos entre esses referenciais, indicando de que maneira se entrecruzam e, ao mesmo tempo, se diferenciam. A estrutura do capítulo organiza-se em dois movimentos: (a) (seção 2.1) análise das principais formulações do conceito de gênero e das críticas a elas; e (b) (seção 2.2) discussão das transformações teóricas sobre identidades, em articulação com gênero, sexualidade e raça.

2.1 Teorias de gênero: surgimento, expansão e objetos de pesquisa

Entre 1930 e 1970, a produção científica no Ocidente começou a se transformar, impulsionada pelas lutas políticas em prol da igualdade de direitos (Matos, 2008; Guedes, 2022). Nesse período, o feminismo acadêmico consolidou-se nos espaços científicos, levando pesquisadoras a desenvolverem uma nova perspectiva teórica, posteriormente conhecida como estudos de gênero (Matos, 2008). Antes dessa virada, as mulheres haviam sido sistematicamente excluídas da produção científica, tanto por instituições acadêmicas quanto por tradições religiosas.

É nesse contexto que se insere o início dos estudos de gênero, marcado pela formulação do conceito de gênero como distinto do sexo biológico. Essa separação

buscava explicar as diferenças a partir de perspectivas histórico-político-sociais, rompendo com leituras essencialistas que viam os corpos como dados naturais e predeterminados. A partir daí, diversas correntes teóricas emergiram, todas centradas na tentativa de compreender a subordinação das mulheres em relação aos homens (Matos, 2008).

Embora tenham representado um avanço decisivo na compreensão das relações de poder entre homens e mulheres, esses primeiros estudos feministas também reforçaram uma visão dicotômica, em que o homem aparecia como dominante e a mulher como dominada, o que acabou por limitar as análises (Louro, 1997). Essa perspectiva foi posteriormente problematizada por autoras como a pesquisadora nigeriana Oyěwùmí (2002) que critica a tendência dos estudos de gênero ocidentais de presumirem uma categoria universal de “mulher” e vincularem essa universalidade a uma posição de subordinação generalizada. Em sociedades iorubás pré-coloniais, por exemplo, as genitálias não eram utilizadas como critério de diferenciação entre indivíduos (Oyěwùmí, 2021). Ou seja, tanto a categoria de gênero quanto a de sexo biológico devem ser compreendidas como construções localizadas e não como universais.

Revisitando as origens do conceito de gênero, é possível perceber que, em sua gênese, embora traga as marcas de cada cultura, restringiu-se, por um tempo, à experiência da mulher cis, heterossexual, branca, de classe média, magra, sem deficiências — que ocupa uma posição superior e de privilégio social, sendo o ideal performativo a ser alcançado por todas as mulheres [...] Ela configura-se historicamente como sujeita central nas análises feministas, numa perspectiva universalizante (Nascimento, 2021, p. 22).

No Brasil, esse debate ganhou contornos próprios. Ainda nos anos 1970, o Movimento de Mulheres Negras (MMN) denunciava a ausência de uma análise que articulasse gênero e raça, tanto no feminismo dominante, majoritariamente branco e de classe média, quanto no movimento negro, muitas vezes pouco atento ao sexismo. Suas raízes, entretanto, remontam às décadas de 1940, quando começaram a se consolidar formas próprias de produzir conhecimento que uniam ação política e reflexão crítica (Silva, 2019). Nesse sentido, Davis (2016) mostrou que o feminismo branco negligenciava as demandas de mulheres negras e trabalhadoras, enquanto

Gonzalez (1988) ressaltava que, para as mulheres negras, a opressão era marcada sobretudo pelo racismo.

Muito em decorrência das críticas do feminismo negro, o campo teórico mais amplo passou a ser tensionado. Surgiram as ideias pós-estruturalistas de Michel Foucault que concebia o poder como uma rede multifacetada e difusa. Esse enfoque permitiu deslocar a análise centrada no binarismo “mulher oprimida vs. homem opressor”, abrindo espaço para incluir homens e pessoas LGBTQIA+ e problematizando leituras estáticas das relações de gênero (Louro, 1997). Nesse contexto, Connell (2015) aprofundou a discussão sobre masculinidades, destacando a noção de masculinidade hegemônica: um modelo idealizado de homem, historicamente representado como branco, heterossexual, agressivo e dominador, que funciona como referência normativa e, ao mesmo tempo, subordina ou marginaliza outras formas de ser homem.

Essa perspectiva de pluralidade de experiências de gênero fez com que Nascimento (2021) apontasse que a experiência da feminilidade de mulheres negras é diferente da de mulheres brancas, mostrando que o gênero varia conforme identidade racial. Ela retoma o célebre discurso de Sojourner Truth² enquanto meio para refletir sobre a identidade de mulheres trans e travestis.

² Sojourner Truth, mulher negra do século XIX, foi uma importante ativista na luta pelos direitos das mulheres e pela abolição da escravidão nos Estados Unidos (Simões; Jones, 2017). Seu discurso: “Não sou uma mulher?”, proferido em 1851, durante a Convenção das Mulheres em Akron, Ohio, problematiza a noção universalizante de mulher, frequentemente construída a partir das experiências de mulheres brancas e cisgêneras: “Bem, crianças, onde há tanto barulho, deve haver algo fora de ordem. Eu acho que entre os negros do Sul e os mulheres no Norte, todas falando sobre direitos, os homens brancos estarão em uma correção em breve. Mas do que tudo isso está falando aqui? Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas a entrar em carruagens, e levantado sobre valas e ter o melhor lugar em todos os lugares. Ninguém nunca ajuda me em carruagens, ou sobre poças de lama, ou me dá qualquer lugar melhor! E Eu não sou uma mulher? Olhe para mim! Olhe para o meu braço! Eu lavei e plantei, e reunidos em celeiros, e nenhum homem poderia me liderar! E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem - quando eu pudesse - e suportar o chicote também! E eu não sou uma mulher? Eu dei à luz treze crianças, e vi quase todos vendidos como escravos, e quando chorei com a dor de minha mãe, ninguém além de Jesus me ouviu! E eu não sou uma mulher? Então eles falam sobre essa coisa na cabeça; como é isso que eles chamam? [membro da plateia sussurra: “intelecto”]. É isso, querida. O que é aquilo tem a ver com os direitos das mulheres ou os direitos dos negros? Se meu copo não aguentar mais uma cerveja, e a sua comporta um litro, você não seria maldoso em não me deixar comer. Minha pequena meia medida cheia? Então aquele homenzinho de preto ali, ele diz que as mulheres não podem ter tantos direitos como homens, porque Cristo não era uma mulher! De onde veio o seu Cristo? De onde veio o seu Cristo? De Deus e de uma mulher! O homem não tinha nada a ver com Ele. Se a primeira mulher que Deus fez fosse forte o suficiente para transformar o mundo de cabeça para baixo sozinhas, essas mulheres juntas devem ser capazes de virar isso de volta, e acerte o lado certo novamente! E agora eles estão pedindo para fazê-lo, é melhor os homens deixá-los. Obrigado a você por me ouvir, e agora a velha Sojourner não tem nada mais a dizer.”

Quando resgato a provocação de Sojourner, “E eu não sou uma mulher?”, quero reelaborá-la inserindo o verbo “poder” — “E não posso ser eu uma mulher?” — exatamente para enfatizar a existência de discursos que circulam socialmente, inclusive dentro do próprio feminismo, que pretendem determinar quem pode e quem não pode ser uma mulher. Discursos que insistem em considerar a “mulher” numa condição universal como única sujeita do feminismo. Discursos que, em um direcionamento cissexista, também impedem mulheres transexuais e travestis no feminismo (Nascimento, 2021, p. 17-18).

Sendo assim, no que se refere ao sujeito e à sua representação, não se pode afirmar a existência de uma naturalidade fixa ou universal. O sujeito não é algo dado, mas uma construção social e histórica que se forma a partir de práticas culturais, discursos e relações de poder presentes em cada contexto. Essa construção é, portanto, essencial para que determinadas representações de gênero possam emergir e ser reconhecidas como legítimas. Em outras palavras, para que uma sociedade defina o que significa ser mulher, é necessário que um ideal de sujeito seja elaborado, consolidado e considerado relevante dentro daquele contexto social, sendo continuamente reforçado por normas, expectativas e práticas sociais (Butler, 2018). Assim, as representações de gênero não apenas refletem a realidade, mas também participam ativamente da sua produção, criando padrões e limites sobre quem pode ser reconhecido como pertencente a determinada identidade de gênero.

Assim, ser mulher (ou assumir qualquer outra identidade de gênero) não define integralmente quem se é, uma vez que representa apenas uma dimensão da identidade do indivíduo. Além disso, o conceito de gênero não é uniforme nem constante ao longo do tempo; em diferentes épocas e culturas, a ideia do que significa ser mulher ou homem pode variar significativamente. Dessa forma, o gênero não existe isoladamente, mas se entrelaça com outras dimensões da identidade que também influenciam e moldam a experiência de gênero. As noções de gênero estão, portanto, sempre condicionadas por contextos políticos e culturais específicos, sendo moldadas e sustentadas por fatores sociais mais amplos (Butler, 2018).

Nesses processos, constroem-se relações e vinculações que estão intrinsecamente permeadas por dinâmicas de poder, o que nos leva a refletir sobre a própria natureza dessas relações. Compreender o poder nesse contexto exige, assim como propõe Louro (1997), encará-lo não como algo que se possui, mas como uma

estratégia em constante exercício, operando dentro de enfrentamentos contínuos. É justamente nesse terreno de tensões que novas leituras sobre gênero se desenvolvem, permitindo observar complexidades que escapam de simplificações já citadas como, por exemplo, “homens dominantes vs mulheres dominadas” (Louro, 1997).

Ao considerar essas complexidades, torna-se necessário incluir nas análises os diversos enfrentamentos que desafiam classificações generalizantes. Homens e mulheres que não compartilham de uma masculinidade hegemônica (Connell, 2015) ou que experienciam suas mulheridades e feminilidades de formas plurais³ (Nascimento, 2021) são frequentemente situados como “outros” dentro dessas categorias, mas isso não as/os priva de agência nem de capacidade de atuação sobre suas próprias identidades (Louro, 1997). Assim, compreender gênero implica reconhecer simultaneamente as restrições sociais e o espaço de ação individual, refletindo sobre uma dinâmica complexa de poder, resistência e negociação.

Nesse sentido, o essencialismo mostra-se inadequado para apreender as dinâmicas de gênero e sexualidade. Grupos sociais, como o lésbico, evidenciam que o determinismo biológico funciona como uma ferramenta política. A existência de mulheres que se relacionam sexual e afetivamente apenas com outras mulheres refuta a ideia de que ser mulher se fundamenta em condições naturais. Assim, torna-se necessário deslocar a análise para além de explicações biológicas, como o ato de gerar filhos, por exemplo, que historicamente funcionou como critério definidor do que significa ser mulher. Ao restringir-se a tais explicações, perde-se a complexidade do fenômeno, promovendo leituras unilaterais. É nesse contexto que surgem as

³ Optei por utilizar a expressão “mulheridades e/ou feminilidades” com base na abordagem interseccional de Leticia Nascimento (2021) que reconhece a multiplicidade e complexidade das experiências e construções identitárias tanto de mulheres quanto de pessoas dos gêneros femininos. Ao fazer isso, busco enfatizar, assim como a autora, que a identidade feminina não é homogênea, mas sim plural, atravessada por diversas relações de poder, marcadores sociais e contextos históricos distintos. Dessa forma, “mulheridade” se contrapõe à noção de “mulher” que parte de uma perspectiva universal e essencialista/biologizante, onde não existe espaço para o reconhecimento das multiplicidades e intersecções das experiências das mulheres e de suas produções de feminilidades. Além disso, a inclusão da palavra “feminilidades” foi feita para incluir pessoas que não se identificam dentro da categoria mulheres, mas que ainda sim fazem parte de identidades femininas como, por exemplo, algumas travestis.

discussões queer que buscam justamente superar os limites do essencialismo (Wittig, 2019).

Para compreender alguns elementos dessas discussões, é fundamental examinar o contexto histórico que as moldou. Certos termos e categorias, como o conceito de gênero, já estão relativamente consolidados na literatura acadêmica. Em contraste, o termo "queer" e suas implicações ainda permanecem de certa forma nebulosos. Embora a palavra exista há quatro séculos, foi apenas no último século que passou a ser associada a pessoas homossexuais. Somente após 1970 ela foi incorporada pelo movimento LGBTQIA+ como expressão de empoderamento, assumindo um papel de identidade e não apenas de contestação social. Nos Estados Unidos, por volta de 1990, a demanda dos estudantes, aliada aos interesses capitalistas, impulsionou o desenvolvimento dos estudos sobre sexualidade e masculinidades que deram origem ao que se conhece como teoria ou estudos queer. Em outros contextos, como Itália e França, esses estudos ainda permaneciam periféricos, integrados ao campo mais amplo dos estudos de gênero (Lauretis, 2019).

No mesmo horizonte histórico, é possível situar o surgimento da teoria queer dentro do caráter da ciência como uma disputa de narrativas, discutido no capítulo anterior. Segundo Lauretis (2019), a teoria queer foi concebida como um projeto crítico destinado a desafiar abordagens acadêmicas tradicionais sobre "estudos de gays e lésbicas" que tendiam a homogeneizar o grupo e simplificar o campo. Havia, portanto, uma preocupação em desenvolver conceitos que permitissem um discurso mais complexo sobre sexualidades, refletindo a diversidade de experiências e resistências. Nesse sentido, a identidade queer surge como uma proposição mais radical, politicamente, do que as identidades lésbicas ou gays, justamente por não se acomodar à lógica conservadora ou às normas estabelecidas, como evidenciado na luta pelo casamento legal, por exemplo.

Essa perspectiva se conecta diretamente às análises de Preciado (2019) que introduz o conceito de sexo-política como uma forma de ação biopolítica que opera no capitalismo contemporâneo. Ao destacar como o sexo e seus múltiplos aspectos, incluindo órgãos sexuais, identidades divergentes e códigos de gênero e masculinidade/feminilidade são integrados à lógica de poder e controle, Preciado (2019) revela que as identidades não emergem apenas como efeitos discursivos, mas

como potências políticas capazes de intervir sobre as normas estabelecidas. Essa visão dialoga com Butler (2018), para quem as pessoas não se reduzem aos seus corpos, mas ao que fazem com eles, estabelecendo uma relação simultaneamente dicotômica e produtiva entre “ser” e “fazer”. Assim, o corpo se apresenta tanto como resultado das possibilidades históricas quanto como instrumento de sua própria reprodução, integrando poder, agência e resistência.

A partir dessa compreensão do corpo e da identidade como espaços de agência e intervenção política, torna-se possível analisar práticas sociais que moldam a experiência da não-heterossexualidade. Nesse contexto, a expressão "sair do armário", frequentemente usada para descrever o ato de se assumir publicamente como pertencente a uma identidade não-hetero-cisgênera, emerge como um elemento central na vida de pessoas LGBTQIA+. O armário, nesse sentido, representa um espaço de negociação constante: mesmo indivíduos já identificados como LGBTQIA+ podem precisar reconsiderar o grau de exposição ao entrar em novos ambientes ou conviver com novas pessoas. Essa dinâmica evidencia uma relação dual e contraditória entre os limites do público e do privado, pois a não-heterossexualidade pode ser considerada um aspecto privado do indivíduo, mas raramente é reconhecida integralmente como tal, configurando o armário como um mecanismo que organiza e regula a opressão LGBTQIA+ ao longo do século XX (Sedgwick, 2007).

No entanto, experiências específicas de orientação sexual, como a bissexualidade, revelam nuances adicionais dentro dessa dinâmica de exposição e visibilidade. Frequentemente invisibilizada e marginalizada tanto em espaços sociais mais amplos quanto dentro dos próprios movimentos LGBTQIA+ (Monaco, 2020), a bissexualidade apresenta contornos particulares que variam conforme os contextos históricos, políticos e culturais. No Brasil, especialmente a partir dos anos 2010, os debates sobre atração afetivo-sexual por mais de um gênero têm enfatizado a crítica à lógica da monossexualidade que privilegia a orientação voltada a um único gênero e deslegitima experiências plurais (Saldanha, 2024; Monaco, 2020). Nesse cenário, movimentos sociais e iniciativas políticas voltados à visibilidade de pessoas bissexuais desenvolveram estratégias que combinam contestação das normas sexuais vigentes com negociações pragmáticas em relação a formas hegemônicas de reconhecimento

social. Tais estratégias, como a valorização da monogamia ou a adesão a modelos de comportamento socialmente legitimados, não devem ser interpretadas mecanicamente como diluições do caráter crítico da bissexualidade, mas sim como expressões de uma ambivalência política e pragmática, marcada pelas tensões entre resistência e acomodação.

Essas dinâmicas ganham aprofundamento quando analisadas a partir de perspectivas teóricas mais amplas sobre sexualidade, gênero e poder. Preciado (2019), apoiado em Wittig, argumenta que a heterossexualidade vai além de uma simples prática sexual, organizando-se como um regime político que regula a vida e os corpos dentro da biopolítica. Assim, identidades como "sapatas" ou "bichas" emergem como alternativas com a capacidade de resistir ao processo de normalização. Nesse contexto, surge a noção de contrassexualidade, que, ao invés de buscar construir uma nova natureza, se configura como uma recusa à explicação biológica. Trata-se de uma análise que examina as diferenças de sexo e gênero a partir dos contratos sociais heterocentrados que tratam as performances normativas como se fossem o resultado de uma autenticidade biológica. Além disso, a contrassexualidade propõe uma reflexão além dos binários de homem/mulher e hetero/homo, reconhecendo que esses conceitos são, na verdade, produtos e instrumentos sociais (Preciado, 2014).

Essa perspectiva evidencia que o sexo biológico não deve ser compreendido como um dado natural, mas como um dispositivo que opera dentro da dominação heterossexual, reduzindo e instrumentalizando os corpos. Nesse sentido, masculinidade e feminilidade são produtos gerados pelo sistema heterossexual que atribui práticas específicas a cada sexo (Preciado, 2014). Como resultado, estabelece-se a visão de que "[...] os corpos são transformados em gêneros por uma série de atos que são renovados, revisitados e consolidados ao longo do tempo" (Butler, 2018, p. 228). O gênero, assim, emerge como um conjunto de dispositivos sexo-políticos, e movimentos sociais, como o feminista, os de direitos de homossexuais e transexuais, e os pós-coloniais, articulam minorias na tentativa de questionar e subverter essa lógica de normalização (Preciado, 2019).

Em suma, os estudos de gênero e sexualidade mostram que identidades não são essencialmente naturais, mas construções sociais e políticas, produzidas e

reguladas por discursos, normas e práticas de poder. Ao longo do tempo, o campo expandiu-se para além do foco exclusivo nas mulheres cisgêneras e heterossexuais para incluir pluralidades de experiências (queer, bissexuais, trans, não-brancas, entre outras), evidenciando tanto as restrições quanto os espaços de agência e resistência. Compreender gênero e sexualidade implica, portanto, analisar suas interseções com raça, classe, corpo e contexto histórico, reconhecendo que os sujeitos atuam sobre as normas que os atravessam, negociam identidades e, por meio de suas práticas, transformam continuamente os limites do que é socialmente reconhecido como legítimo.

2.2 O que são identidades para as Ciências Sociais?

Os processos identitários são fenômenos sociais que refletem as relações de poder, não podendo, portanto, ser analisados a partir de um ponto de vista natural. Para compreendê-los, é necessário considerar múltiplos fatores. Primeiramente, é preciso observar a relação dos atores sociais com o grupo e as marcas simbólicas dos indivíduos como modos de agir, vestir e falar. Em seguida, deve-se considerar os motivos para nomeações ou resistências a elas. Além disso, é essencial analisar os elementos morais e normativos que emergem dessas relações de poder, permitindo compreender os contextos históricos e sociais moldados por normas e relações de força, evidenciando a interdependência entre contexto e identidades. Qualquer alteração em um desses aspectos pode, conseqüentemente, influenciar os demais (Ennes; Marcon, 2014).

Dessa forma, a identidade pode ser caracterizada como um processo vinculado à diferença que se fundamenta em oposições no plano simbólico (Ennes; Marcon, 2014). Em outras palavras, as identidades são "projetos inconstantes e em aberto" (Matos, 2008, p. 345), construídas pelos indivíduos e moldadas pelas relações que eles estabelecem consigo mesmos e com os outros. Hall (2006) investiga as transformações das identidades na pós-modernidade, contrastando-as com períodos históricos anteriores. O autor busca compreender em que medida as identidades contemporâneas, mais fluidas e fragmentadas, se diferenciam das identidades do passado.

Para compreender essas mudanças na concepção de sujeito, Hall (2006) propõe considerar três perspectivas históricas distintas. A primeira delas é a visão iluminista que concebia o sujeito como portador de um núcleo estável e de uma razão contínua ao longo da vida. Apesar do desenvolvimento pessoal, haveria um elemento fixo que fundamentava o eu, refletindo uma perspectiva individualista tanto sobre o sujeito quanto sobre sua própria identidade.

Em contraste, a perspectiva do sujeito sociológico introduz um novo elemento: a relação com o mundo social. Nesse modelo, o núcleo da identidade deixaria de ser puramente individualista e passaria a emergir das interações com outros agentes sociais que moldam os sentidos que atribuímos à vida. A identidade, assim, se constrói por meio de um processo de aprendizagem e influência mútua, conectando o interior e o exterior. Como ressalta Hall (2006, p. 12), a identidade funciona como um elo que "[...] estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos mais unificados e previsíveis". Embora ainda exista um núcleo, ele se mantém em constante relação com o exterior, refletindo a dinâmica social que o atravessa.

A partir disso, surge o sujeito pós-moderno que parte do princípio de que as identidades não são mais fixas. Nesse cenário, os indivíduos experimentam processos de modificação contínuos, gerando fragmentação e identidades mais fluidas que podem inclusive se manifestar de forma contraditória dependendo do contexto (Hall, 2006). Sem a coerência de um eu fixo, a construção identitária se torna contingente, influenciada pelas relações sociais e culturais em constante transformação. Giddens (2002) observa que a modernidade transformou não apenas as estruturas institucionais, mas também a vida individual e a concepção do eu, contribuindo para um contexto em que as experiências subjetivas se tornam mais reflexivas e mutáveis. Nesse mesmo horizonte, as disputas políticas identitárias contemporâneas, conforme analisam Kritsch e Ventura (2019), passam pelo crivo do reconhecimento, articulando-se em torno das demandas por visibilidade e legitimidade social.

Nesse sentido, Taylor (1998) destaca que a política contemporânea está profundamente ligada à questão do reconhecimento, entendida como o respeito e a valorização das identidades individuais e coletivas. Para o autor, a identidade pessoal não se constrói isoladamente, mas depende do reconhecimento intersubjetivo, ou

seja, da forma como os outros reconhecem e valorizam quem somos. Historicamente, essa preocupação ganhou força a partir de duas grandes transformações na sociedade ocidental: o abandono da lógica da honra, restrita a grupos privilegiados, em favor do conceito moderno de dignidade universal e o surgimento do ideal de autenticidade que valoriza a fidelidade à própria identidade individual. Dessa maneira, tanto o respeito igualitário quanto o reconhecimento das singularidades tornam-se elementos centrais para a construção das identidades e para o exercício da justiça em sociedades multiculturais contemporâneas.

A questão do reconhecimento cultural é, portanto, fundamental para compreender os conflitos nas sociedades atuais, caracterizadas por sua diversidade. Nesses contextos, a cultura dominante frequentemente controla as regras e os costumes sociais, determinando o que é considerado correto ou legítimo. Esse cenário evidencia um problema central: a dificuldade da cultura dominante em valorizar e respeitar as demais culturas, fenômeno que Taylor (2000) denomina de *política do reconhecimento*. Nesse sentido, ao criticar o liberalismo tradicional, Taylor (2000) ressalta que o Estado, embora aparente neutralidade, reflete na prática os valores da cultura dominante, frequentemente moldada por tradições específicas, como as cristãs ocidentais. Assim, tratar todas as pessoas de maneira uniforme, desconsiderando as diferenças culturais, acaba ignorando os valores e modos de vida de outras comunidades. Além disso, reconhecer formalmente todas as culturas como iguais apenas por decreto não assegura um respeito genuíno, mas produz uma aceitação superficial.

Como alternativa, o autor propõe partir do reconhecimento real da importância de cada cultura, considerando sua história e suas contribuições para formas de vida significativas. Isso não implica aceitar todas as práticas sem questionamento, pois algumas podem ser criticadas ou rejeitadas, mas exige um esforço sincero de aprendizado e abertura para transformar a própria visão cultural em um processo que ele chama de *fusão de horizontes*. Dessa forma, o respeito genuíno surge da reflexão crítica, evitando tanto a negação das diferenças quanto a simulação de uma igualdade superficial (Taylor, 2000).

Nesse sentido, o percurso teórico apresentado nesse capítulo buscou evidenciar que a compreensão de gênero, sexualidade e identidade nas Ciências Sociais é inseparável da análise das relações de poder. Tal como demonstram os estudos de gênero, identidades como “homem” ou “mulher” não são dados naturais, mas construções históricas e sociais, continuamente moldadas por normas, discursos e contextos culturais. A trajetória do feminismo acadêmico, desde a distinção entre sexo e gênero até as críticas interseccionais do feminismo negro e das teorias queer, revela a complexidade dessas construções, mostrando como raça, classe, sexualidade e outras categorias sociais atravessam o gênero, produzindo experiências plurais e identidades fluidas em tensão com modelos hegemônicos.

Essa fluidez identitária é reforçada por Siqueira e Klidzio (2020) que abordam a identidade sexual como algo dinâmico, envolvendo práticas e desejos difíceis de categorizar. Elas enfatizam que as identidades de gênero e sexuais são produtos criados e recriados na relação constante entre indivíduo e sociedade. De forma complementar, Nascimento (2021) lembra que o

[...] encontro com as normas de regulação de meu gênero, a infância foi um laboratório inventivo de outras corporalidades generificadas, isto é, outros modos de produzir corporalidades e gêneros. Compreendendo que não somos naturalmente generificados, mas que há um processo de produção de nós, de nossos gêneros, de nossos corpos (Nascimento, p. 17, 2021).

Essa perspectiva dialoga com Hall (2006) quando ele demonstra que a identidade não é um núcleo fixo, mas um campo contingente de significados em constante disputa. A política do reconhecimento, conforme discutida por Taylor (2000), torna-se central: o modo como a sociedade reconhece ou ignora determinadas identidades, de gênero, sexualidade ou étnico-raciais, reflete e reproduz relações de poder. Negar a legitimidade de sujeitos queer, mulheres negras ou outros grupos marginalizados não é apenas um erro conceitual, mas um ato que reafirma normas hegemônicas e mecanismos de dominação.

Em síntese, identidades constituem simultaneamente limitação e possibilidade. Ou seja, mesmo atravessados por normas sociais que buscam categorizar e normalizar, os sujeitos exercem agência, negociam suas identidades e, com suas práticas cotidianas, transformam continuamente os limites do que é socialmente

reconhecido. Entender as identidades implica apreender a complexidade da dinâmica social, na qual o sujeito atua simultaneamente como produto de contextos históricos e como agente que os transforma.

CAPÍTULO III. DOS DADOS BIBLIOMÉTRICOS LEVANTADOS

Para a análise dos dados levantados, utilizei como principais referências o *Documento de Área Sociologia - Área 34* (2024), por se tratar da versão mais recente disponível até o momento, e o *Relatório de Avaliação da Área de Sociologia: Quadriênio 2017-2020* (Capes, 2021), que, durante a redação desta dissertação, era o relatório avaliativo mais atualizado sobre a área das Ciências Sociais brasileira. Além disso, procurei também contextualizar os dados à luz de fatores sociais que possam explicá-los. É relevante explicar que a denominação *Área de Sociologia*, presente nos documentos, refere-se a um conjunto de programas de pós-graduação (mestrado e doutorado) que abrangem as Ciências Sociais de forma ampla, embora o nome institucionalizado da área seja Sociologia.

Dito isso, esta seção organiza a análise dos dados coletados em oito dimensões principais. A primeira delas, a distribuição das dissertações e teses por ano, examina a variação anual da produção acadêmica entre 2008 e 2023, evidenciando como crises políticas, econômicas e sanitárias impactaram diretamente os números. Em seguida, o nível das pesquisas analisadas discute a predominância de dissertações em relação a teses, explicando como essa diferença se relaciona à estrutura da pós-graduação no Brasil e às exigências institucionais de produtividade. A terceira dimensão trata da distribuição das dissertações e teses por região e unidade federativa, apresentando a concentração da produção acadêmica nas regiões Sudeste e Sul e destacando as desigualdades na distribuição da pós-graduação pelo país.

Já na quarta dimensão, a contagem das dissertações e teses por área de concentração analisa a divisão dos trabalhos entre Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Ciências Sociais, fazendo relação com os percursos históricos de institucionalização dessas disciplinas no Brasil. A quinta dimensão, referente à contagem de dissertações e teses financiadas e por quais órgãos de fomento, avalia o papel de agências como CAPES e CNPq, problematizando como o financiamento (ou sua ausência) molda as condições de produção de conhecimento.

Na sequência, a contagem dos objetos de pesquisa analisados nas dissertações e teses sistematiza os principais temas investigados (mobilização

política, direitos civis, violência, identidade, religião, trabalho, representações sociais e educação), mostrando sua relação direta com as demandas históricas do movimento LGBTQIA+ no Brasil. A sétima dimensão, a contagem dos grupos analisados nas dissertações e teses, examina quais segmentos do público LGBTQIA+ receberam maior atenção, evidenciando a predominância de estudos agregados e a consequente invisibilização de grupos específicos, como bissexuais, lésbicas e pessoas trans/travestis.

Por fim, a oitava dimensão apresenta os autores e autoras mais referenciados nas dissertações e teses, identificando os principais referenciais teóricos acionados (Michel Foucault, Regina Facchini, Judith Butler, Pierre Bourdieu e Edward MacRae) e problematizando a forte dependência de aportes estrangeiros em detrimento da valorização de produções locais e de epistemologias do Sul.

3.1 Distribuição das dissertações e teses por ano

Quadro 2 - Distribuição de dissertações e teses por ano

Ano	Número de dissertações ou teses	Número de dissertações	Número de teses
2008	1	1	0
2009	2	2	0
2010	3	3	0
2011	2	2	1
2012	6	3	3
2013	4	2	2
2014	8	6	2
2015	8	5	2
2016	10	5	5
2017	9	8	1
2018	8	5	3
2019	9	7	2
2020	10	8	2
2021	9	8	1
2022	6	3	3
2023	6	5	1
Total (2008-2023)	101	73	28

Fonte: elaborada pelo autor (2025)

Os dados sobre teses e dissertações entre 2008 e 2023 mostram oscilações que não podem ser interpretadas como simples variações naturais, mas como resultados das políticas públicas, crises econômicas e disputas em torno da universidade. O início, com apenas uma ocorrência, coincide com a crise financeira internacional (Uol, 2024), que reduziu investimentos e bolsas de estudo. No Brasil, o contexto também apresentava contradições internas: o Programa REUNI (Brasil, 2007) ampliou o acesso ao ensino superior, embora seus efeitos sobre a pós-graduação não tenham sido imediatos.

O primeiro artigo do documento do programa estabelece que:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, com o objetivo de criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais.

§ 1º O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

§ 2º O Ministério da Educação estabelecerá os parâmetros de cálculo dos indicadores que compõem a meta referida no § 1º.

O segundo, por sua vez, determina que:

Art. 2º O Programa terá as seguintes diretrizes:

I - redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno;

II - ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior;

III - revisão da estrutura acadêmica, com reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade;

IV - diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada;

V - ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil;

e

Embora o REUNI tivesse como foco principal a graduação, suas diretrizes estavam ligadas a um projeto maior de reestruturação universitária. Ao ampliar vagas, reduzir a evasão, estimular a mobilidade estudantil e aproximar graduação e pós-graduação, o programa buscava criar condições que, em tese, favoreceriam também a produção acadêmica no mestrado e doutorado. Porém, esse avanço não aconteceu de forma imediata: os números baixos no início mostram as limitações do programa e só depois houve certa expansão, marcada também por desigualdades já presentes na universidade pública.

Além disso, é importante considerar que a obrigatoriedade de publicação das dissertações no banco da CAPES passou a valer apenas a partir de 2006. Isso significa que, nos anos imediatamente seguintes, muitos programas de pós-graduação ainda estavam se adaptando a essa nova exigência. Esse processo de adaptação envolveu organizar rotinas administrativas, aprender a utilizar os sistemas de depósito e adequar os trabalhos às normas exigidas. Por isso, é possível que, nesse período inicial, nem todas as dissertações tenham sido registradas de forma completa ou imediata. Assim, números mais baixos nesses primeiros anos podem estar relacionados não à falta de produção acadêmica, mas às dificuldades práticas e ao tempo necessário para que os programas se ajustassem plenamente a essa obrigação.

O movimento de altos e baixos continuou nos anos seguintes. Entre 2009 e 2010 houve crescimento gradual, mas em 2011 os números caíram. O aumento de 2012 coincidiu com o lançamento do Ciência sem Fronteiras⁴, programa que priorizava áreas como engenharias, exatas, biotecnologia, nanotecnologia, fármacos e energias renováveis (Quero Bolsa, 2017). Como as Ciências Humanas e Sociais ficaram de fora, não é possível associar diretamente o crescimento dos dados a esse projeto.

⁴ O Programa Ciência sem Fronteiras (CsF), instituído pelo Decreto nº 7.642/2011, foi executado pela Capes e pelo CNPq, com a primeira chamada de bolsistas para o exterior em 2012. A iniciativa, voltada à educação e à ciência, tecnologia e inovação, buscava internacionalizar a formação acadêmica e atrair jovens pesquisadores estrangeiros para o Brasil.

Assim, o salto de 2012 pode até refletir o impacto de políticas de internacionalização, mas mostra também seus limites: enquanto algumas áreas foram favorecidas, outras foram marginalizadas. O aumento, portanto, não deve ser visto como efeito geral do programa, mas como resultado das diferenças de valorização entre campos do conhecimento.

Entre 2016 e 2020 a oscilação voltou a aparecer. Em 2016, o impeachment de Dilma Rousseff trouxe instabilidade política e cortes na educação. O vaivém entre 2017 e 2019 expressa a própria instabilidade institucional da época, marcada por disputas orçamentárias e mudanças nas diretrizes de fomento realizadas pelo governo golpista de Michel Temer. Já em 2020, a pandemia de Covid-19 alterou profundamente o funcionamento das universidades com defesas sendo adiadas, por exemplo. Nesse contexto, a Capes flexibilizou prazos de avaliação e de bolsas.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos II, III e IX do art. 26 do Estatuto da CAPES, aprovado pelo Decreto nº 8.977, de 30 de janeiro de 2017, considerando que a política pública de fomento deve garantir a efetividade das pesquisas realizadas na pós-graduação brasileira, bem como a necessidade de adotar medidas destinadas a mitigar a disseminação do coronavírus SARS CoV-2, causador da COVID-19, tendo em vista a suspensão excepcional dos prazos para defesa de dissertação ou tese no âmbito dos programas de concessão de bolsas da CAPES, preconizada na Portaria CAPES nº 36, de 19 de março de 2020, e o que consta dos autos do processo nº 23038.006129/2020-51, resolve:

Art. 1º Esta Portaria trata da prorrogação, em caráter excepcional, dos prazos de vigência das bolsas de estudo no país concedidas pela CAPES e da exclusão da variável tempo de titulação em indicadores relativos à avaliação dos programas no quadriênio 2017-2020, nos termos e condições que disciplina.

Art. 2º Fica autorizada, nos termos desta Portaria, a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo de mestrado e doutorado concedidas no âmbito dos programas e acordos de competência da Diretoria de Programas e Bolsas no País da CAPES quando as restrições decorrentes do isolamento social necessário ao combate à pandemia da CoViD-19 tenham afetado o regular desenvolvimento do curso de pós-graduação ou o adequado desempenho dos mestrandos e doutorandos (Brasil, 2020, p. 1)

O período entre 2018 e 2022 não pode ser compreendido sem referência ao governo de Jair Bolsonaro. Nesse contexto, consolidaram-se alguns dos maiores

cortes recentes em ciência e educação (Cafardo; Castro, 2022), acompanhados de um projeto político que tensionou diretamente o campo acadêmico. Mais do que restrições orçamentárias, houve um movimento de deslegitimação das universidades, de questionamento do trabalho docente e de fragilização das agências de fomento. A retração observada nos dados, portanto, pode ser interpretada como expressão de um ambiente institucional marcado por hostilidade à produção de conhecimento científico.

Paralelamente, especialmente durante as eleições de 2018 e o início do novo governo, intensificou-se um discurso político voltado ao enfrentamento das discussões de gênero. Esse discurso foi frequentemente estruturado por simplificações e apelos morais, como exemplifica a declaração da ministra Damares Alves de que “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. A repercussão dessa fala evidencia como questões complexas foram reduzidas a uma lógica binária, reforçando estereótipos e desconsiderando a diversidade de experiências de gênero (G1, 2019; Firpo, 2025).

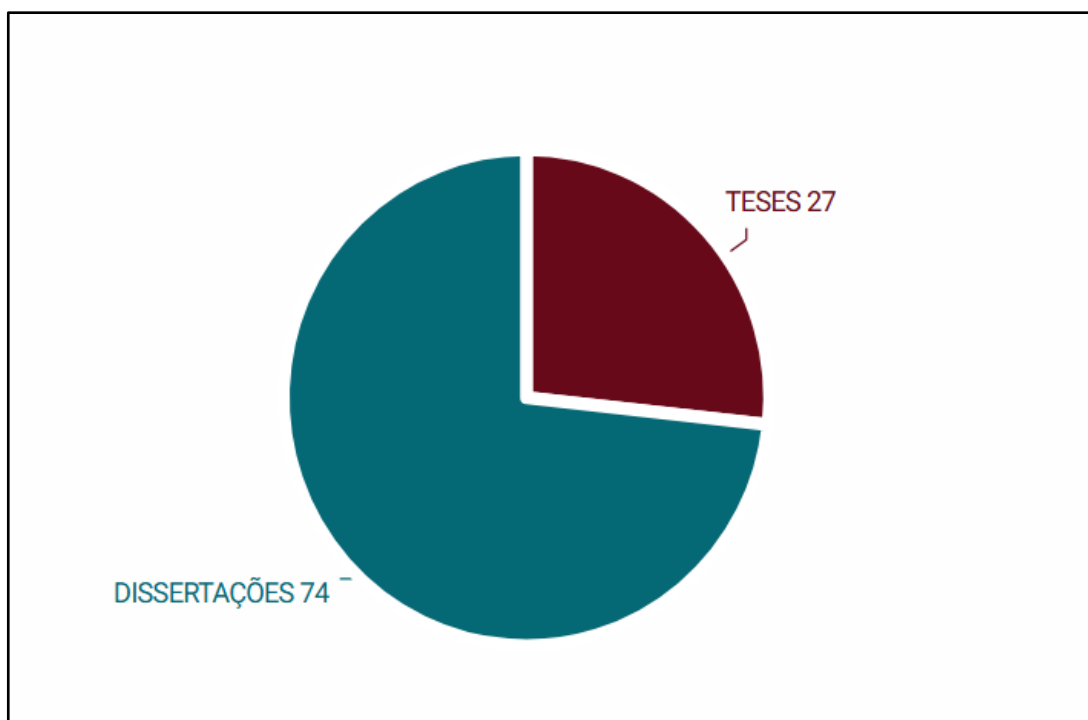
Nesse mesmo cenário, ganhou força a narrativa do chamado “kit gay”, que passou a associar políticas educacionais a supostas ameaças morais envolvendo crianças e famílias. Longe de ser um episódio isolado de desinformação, essa construção discursiva mobilizou medos já presentes em setores conservadores, contribuindo para a produção de pânico social. Assim, tanto as falas de Bolsonaro quanto as de seus aliados podem ser entendidas como parte de uma estratégia retórica mais ampla, que não apenas tensionou o debate público, mas também deslocou discussões complexas sobre gênero e sexualidade para enquadramentos simplificados, moralizantes e polarizadores (G1, 2019; Firpo, 2025).

Sendo assim, essas oscilações revelam que a produção acadêmica em Ciências Sociais não pode ser entendida como resultado apenas de iniciativas individuais ou de flutuações naturais no interesse dos estudantes. Ao contrário, ela é profundamente marcada por decisões políticas, instabilidades econômicas e mudanças nas diretrizes de financiamento. O impacto de programas como o REUNI ou o Ciência sem Fronteiras, bem como de medidas emergenciais durante a pandemia de Covid-19, mostra que o crescimento ou a retração na produção de dissertações e

teses está sempre mediado por políticas públicas, prioridades governamentais e condições institucionais.

3.2 Nível das pesquisas analisadas

Gráfico 1 – Nível das pesquisas



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

A maior presença de dissertações no corpus analisado reflete a própria organização da pós-graduação em Ciências Sociais no Brasil. De acordo com o Documento de Área (Capes, 2024), os programas de mestrado acadêmico em Ciências Sociais sempre foram mais numerosos que os de doutorado, o que também se observa nos dados de matrícula e titulação: entre 1998 e 2022, o número de estudantes matriculados e titulados no mestrado superou de forma constante o registrado no doutorado. Em 2024, por exemplo, havia 52 programas de mestrado acadêmico contra 42 de doutorado (Capes, 2024).

Esse quadro ajuda a explicar o perfil da produção científica identificada. Dissertações, por se vincularem a uma etapa intermediária da formação acadêmica, geralmente apresentam recortes empíricos mais delimitados, caráter exploratório e, em muitos casos, menor densidade teórico-metodológica. A limitação temporal de dois

anos, em média, restringe a execução de investigações mais complexas, seja em termos conceituais, seja em levantamentos empíricos mais amplos. Assim, não se trata de escolhas apenas individuais, mas de um efeito direto das condições institucionais que moldam o mestrado. Essas condições, por sua vez, não podem ser entendidas isoladamente, mas precisam ser situadas na história da pós-graduação no Brasil, marcada por decisões estatais que definiram os rumos da pesquisa e da formação acadêmica.

Durham (1986) mostra que a política de pós-graduação no Brasil não surgiu de forma espontânea, mas de uma ação planejada do Estado, consolidada pelo Parecer 977/1965 e pela reforma universitária de 1968, dentro de um projeto de modernização e controle do ensino superior. Inspirado no modelo norte-americano, o sistema tinha como objetivos formar professores para a expansão universitária, estimular a pesquisa e qualificar técnicos, colocando a investigação científica no centro da vida acadêmica. Porém, ao ser adaptado ao contexto brasileiro, trouxe problemas: a graduação, já voltada ao mercado de trabalho, foi enfraquecida; a pesquisa ficou restrita à pós-graduação, que criou mestrados e doutorados sem antes consolidar programas de investigação; e o mestrado passou a assumir funções excessivas, enquanto a especialização perdeu espaço. O Primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação, em 1975, reforçou esse modelo centralizador, priorizando a formação de recursos humanos e responsabilizando as universidades por problemas estruturais que também eram resultado das políticas estatais.

O Parecer 977/1965 especificava, entre outros pontos, as características da pós-graduação *stricto sensu*:

[...] a pós-graduação *sensu stricto* apresenta as seguintes características fundamentais: é de natureza acadêmica e de pesquisa e mesmo atuando em setores profissionais tem objetivo essencialmente científico, enquanto a especialização, via de regra, tem sentido eminentemente prático-profissional; confere grau acadêmico e a especialização concede certificado; finalmente a pós-graduação possui uma sistemática formando estrato essencial e superior na hierarquia dos cursos que constituem o complexo universitário. Isto nos permite apresentar o seguinte conceito de pós-graduação *sensu stricto*: o ciclo de cursos regulares em segmento à graduação, sistematicamente organizados, visando desenvolver e aprofundar a formação adquirida no âmbito da graduação e conduzindo à obtenção de grau acadêmico (Ministério da Educação e Cultura, 1965, p. 4).

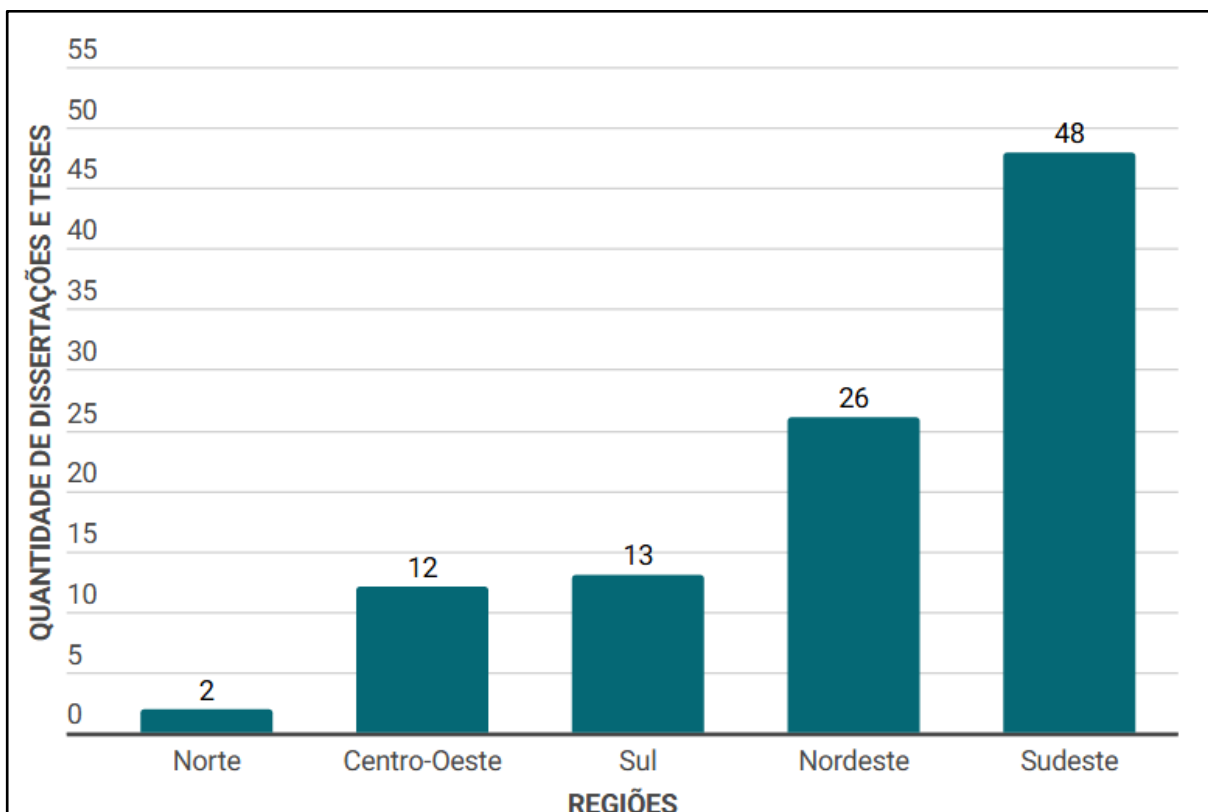
Além disso, Durham (1986) mostra que os programas de pós-graduação em Ciências Sociais seguiram caminhos diferentes. Alguns, como os do IUPERJ e do Museu Nacional, funcionavam com mais flexibilidade, conseguiam captar financiamentos externos e tinham maior autonomia em relação às universidades. Já os ligados às universidades federais, com poucos recursos e professores sobrecarregados pela graduação, enfrentavam dificuldades para se consolidar. Havia ainda situações intermediárias, como na Unicamp e na UnB, e o caso particular da USP, que, com dedicação em tempo integral e apoio da Fapesp, conseguiu desenvolver uma produção intelectual mais ampla. A autora conclui que o sucesso da pós-graduação esteve ligado, de forma paradoxal, à sua capacidade de resistir à burocracia e à rigidez das próprias universidades, revelando problemas na organização administrativa e na influência política local.

Essa trajetória histórica ajuda a compreender o contexto do produtivismo acadêmico contemporâneo. Universidades e programas de pós-graduação enfrentam crescente pressão para atender às métricas de avaliação que, por exemplo, valorizam indicadores quantitativos como número de defesas, publicações, internacionalizações e impacto de periódicos. A Avaliação Quadrienal da CAPES (Brasil, 2025), realizada a cada quatro anos, mede a qualidade e o desempenho dos Programas de Pós-Graduação (PPG), podendo levar à renovação ou à desativação do programa. O processo avalia a estrutura do programa, a formação dos pesquisadores e a produção acadêmica, considerando também impacto e inovação, combinando análises qualitativas e quantitativas.

Em síntese, essa lógica de avaliação institucional acaba por reforçar a centralidade da produtividade e da rapidez, impondo obstáculos à maturação de pesquisas mais densas ou com objetos complexos. A predominância de dissertações, somada à dinâmica de métricas quantitativas, consolida um padrão de produção acadêmica que privilegia resultados de curto prazo, refletindo diretamente nos indicadores utilizados para avaliação e classificação dos programas. Assim, indicadores como número de defesas, publicações, participação em eventos e produção em periódicos de alto impacto passam a orientar não apenas decisões institucionais, mas também escolhas individuais de pesquisadores que precisam ajustar seus projetos e cronogramas à lógica da mensuração constante.

3.3 Distribuição das dissertações e teses por região e unidade federativa

Gráfico 2 – Distribuição das dissertações e teses por região



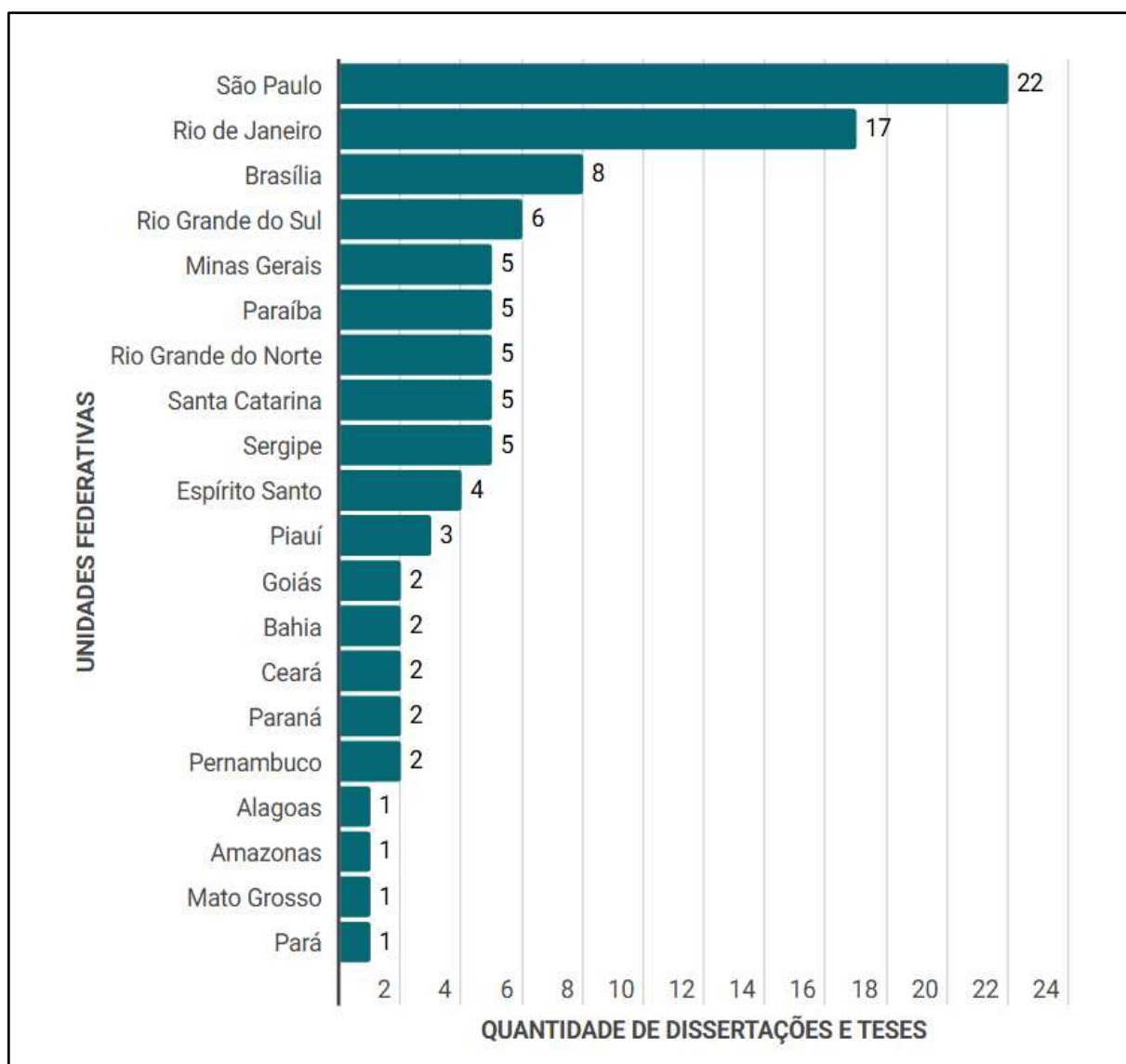
Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Os dados desta pesquisa confirmam o que já vem sendo amplamente apontado por relatórios oficiais: a região Sudeste concentra o maior volume de produção acadêmica em teses e dissertações, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro. Essa centralidade histórica está ligada não apenas à presença de universidades consolidadas, como USP, Unicamp e UFRJ, mas também ao maior aporte de financiamento, infraestrutura e capital simbólico acumulado ao longo do tempo. O Relatório de Avaliação Quadrienal 2017–2020 (Capes, 2021) reforça esse quadro, indicando que o Sudeste abriga o maior número de programas de pós-graduação em Ciências Sociais em todas as faixas de notas, incluindo oito avaliados com conceitos 6 e 7. De forma semelhante, o Documento de Área (Capes, 2024) registra que 23 programas de Ciências Sociais estão concentrados nessa região.

Apesar dos esforços de interiorização como o REUNI e a criação de novas universidades federais terem ampliado a presença da pós-graduação em regiões

como Nordeste e Centro-Oeste, a desigualdade regional permanece evidente. No Sul, estados como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná mantêm programas consolidados; no Nordeste e no Norte, a expansão segue desigual: enquanto Bahia, Sergipe, Paraíba, Piauí, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte apresentam alguma inserção, Maranhão, Tocantins e outros estados continuam sub-representados. No Centro-Oeste, Brasília concentra a maior parte da produção acadêmica, com Goiás e Mato Grosso aparecendo de forma pontual; já no Norte, apenas Pará e Amazonas têm presença significativa.

Gráfico 3 – Contagem das dissertações e teses por unidade federativa

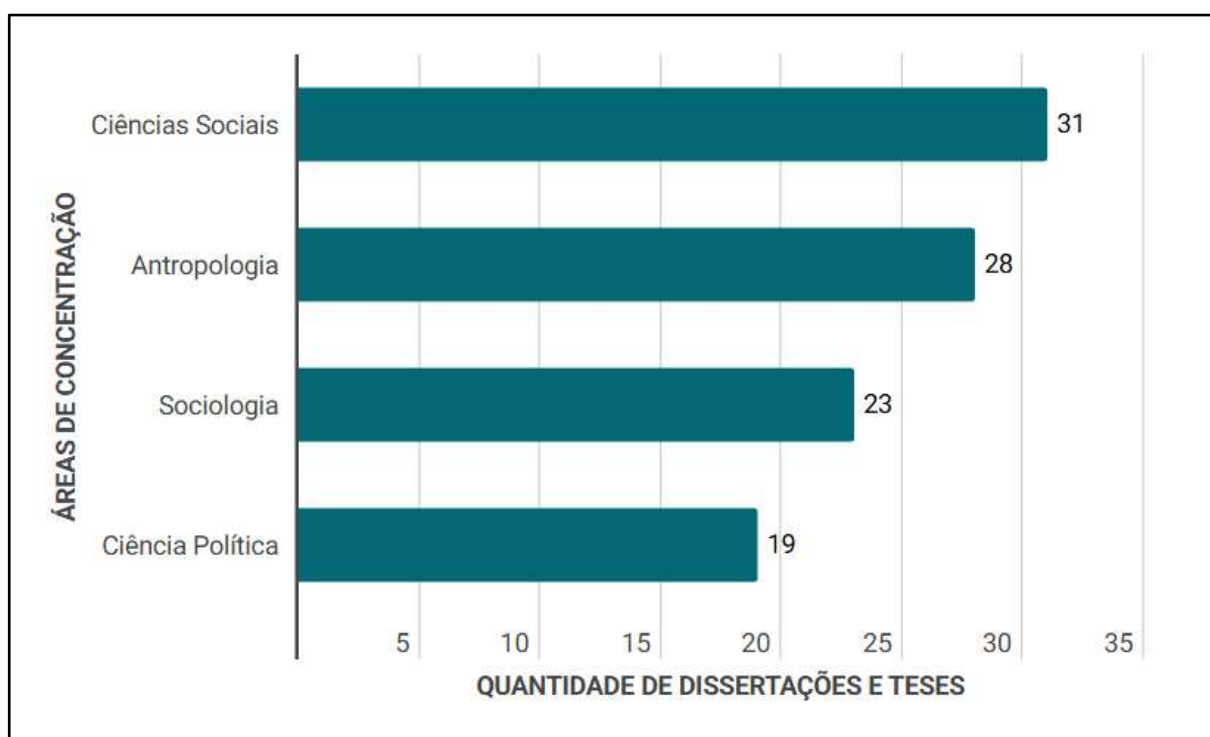


Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Esse panorama mostra que a produção científica no país reflete desigualdades estruturais, marcadas pela concentração de capital econômico, social e simbólico em determinadas regiões. Ainda que os documentos oficiais analisados enfatizem a necessidade de reduzir as assimetrias regionais, os dados indicam que tais desequilíbrios permanecem profundamente enraizados.

3.4 Contagem das dissertações e teses por área de concentração

Gráfico 4 – Contagem das dissertações e teses por área de concentração



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

A trajetória das Ciências Sociais no Brasil se reflete na atual distribuição de dissertações e teses: 31 em Ciências Sociais, 28 em Antropologia, 23 em Sociologia e 19 em Ciência Política. Esse padrão está ligado à história do campo científico, que vai dos estudos autônomos de pensadores do século XIX sobre povos indígenas e culturas afro-brasileiras, conduzidos por autodatas e instituições como o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Rio de Janeiro, até a institucionalização formal nas décadas de 1920 e 1930, com a criação de instituições como a Faculdade de

Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro, a Escola Livre de Sociologia e Política e o Curso de Ciências Sociais da USP, inspiradas pela tradição francesa e pela valorização da pesquisa empírica (Queiroz, 2011).

Na Europa, as Ciências Sociais surgiram a partir de investigações sobre a "humanidade", isto é, as características básicas do "ser homem", por um lado, e por outro de indagações a respeito da origem e da natureza das coletividades humanas; a busca das essências foi-lhes fundamental e orientou-as, desde seu início, para as abstrações. Noutras palavras, os estudos partiam de teorias sobre o homem e a sociedade, buscando em seguida na realidade existente as provas do que se afirmava. Nos Estados Unidos, a preocupação maior voltou-se para as técnicas de coleta de dados; o resultado foi a ampliação e o refinamento das mesmas. Os problemas fundamentais continuaram sendo aqueles que os cientistas sociais europeus já haviam definido ou estavam definindo. Os investigadores brasileiros se abeberaram nestas duas fontes para construir seus problemas e aplicar as técnicas para resolvê-los. Foi justamente na proposição dos problemas que o país se diferenciou destes dois focos de preocupações com o saber. A curiosidade, aqui, não se orientou - e não se orienta ainda - para eles. Desde o início dos trabalhos, a perspectiva em que se colocaram os pesquisadores foi a de compreender o que era o Brasil. Mesmo nos primeiros tempos, em meados do séc. XIX, permanecem eles perplexos diante da esfinge constituída pela sua própria sociedade como um lodo, e pelos habitantes tão variados que nela se encontram, tentando decifrar como seus aspectos dispares e incongruentes compõem uma totalidade que se mantém intacta há quase 500 anos. Ao encarar os cientistas sociais estrangeiros que aqui desenvolveram seus trabalhos, verifica-se que a mesma preocupação deles se apoderou e dominou-lhes os esforços para a compreensão dos fenômenos sociais; também nas Ciências Sociais aqui a "antropofagia" brasileira [...] (Queiroz, 2011, 405 – 406)

Por outro lado, a Antropologia no Brasil se desenvolveu em várias etapas. Entre 1950 e 1960, a área começou a se organizar, definindo o que era a disciplina, como formar pesquisadores e criando os primeiros cursos de pós-graduação. O ensino nas universidades e o trabalho de campo foram cruciais. Do final dos anos 1960 aos anos 1970, a criação de novos programas de pós-graduação e o fortalecimento das instituições acadêmicas expandiram os temas de pesquisa, incluindo povos indígenas, camponeses e a vida urbana. Nos anos 1980, a disciplina aprimorou seus métodos e fortaleceu a conexão entre a teoria e a pesquisa, ganhando mais espaço nas universidades. Nos anos 1990, a antropologia se consolidou como uma área importante no pensamento social brasileiro. Ela diversificou seus temas e manteve o

foco em crescer academicamente, com rigor teórico e adaptada à realidade do país (Queiroz, 2011).

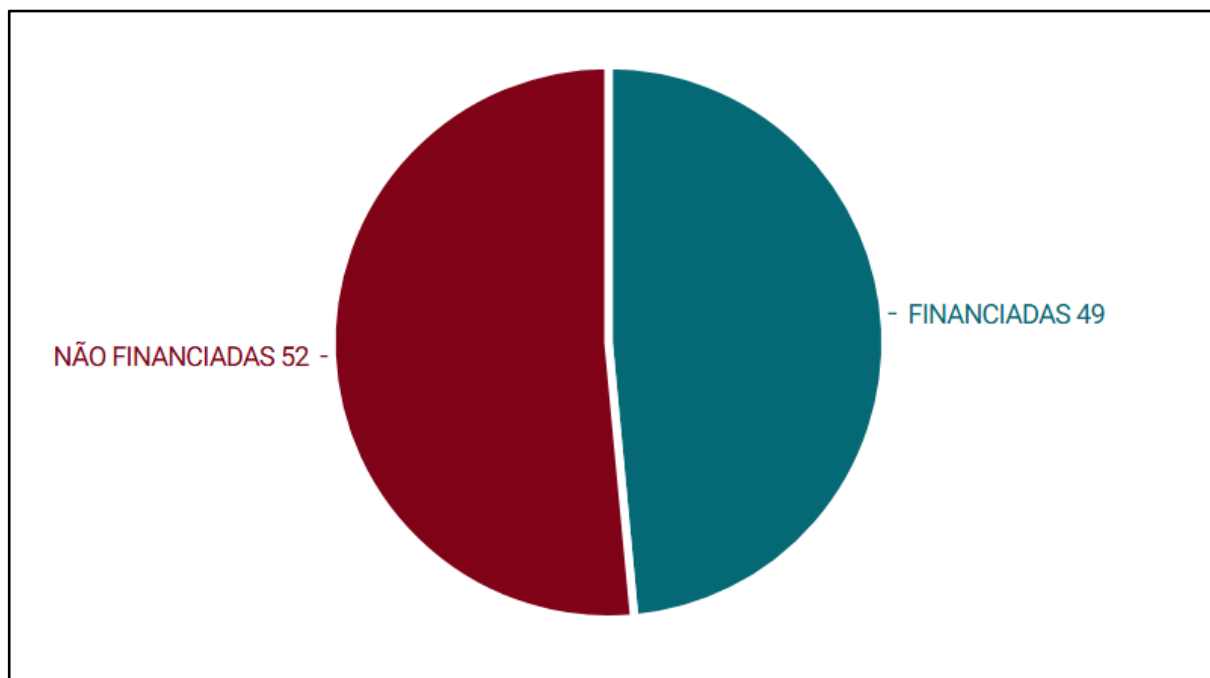
A Ciência Política no Brasil surgiu mais tarde, após o golpe de 1964. Seu desenvolvimento buscava compreender o autoritarismo e apoiar a redemocratização, ao mesmo tempo em que se firmava como ciência, adotando métodos quantitativos e critérios de rigor (Silva, 2010). A área cresceu unindo pesquisa e prática, estudando temas como o Estado, a representação política e a história nacional, até se tornar autônoma e profissionalizada.

Ressalte-se, por fim, que o processo de construção da ciência política como disciplina autônoma está situado em um contexto mais abrangente ligado a transformações que alteraram o perfil organizacional da prática acadêmica no Brasil. O estilo de trabalho introduzido pelos cientistas políticos relacionava-se com as iniciativas de difusão de um novo ideal de profissionalismo que foi moldado a partir da confluência entre dois fatores: os influxos da Fundação Ford e a criação de um sistema nacional de pós-graduação, previsto pela reforma universitária, de 1968, como parte do projeto concebido pelo regime militar de “modernização” do sistema universitário e científico. Escoradas numa espécie de elogio à profissionalização, as “novas disciplinas” – a ciência política e a antropologia – fincariam sua presença no sistema acadêmico brasileiro, equilibrando o jogo de forças que até então era amplamente favorável à sociologia. Trata-se de um momento de transição geracional intrínseco à estrutura dos processos de desenvolvimento das ciências sociais, em que as clivagens entre gerações respondem a desacordos que apontam para sentidos conflitantes acerca do grau de especialização e de engajamento público do intelectual (Silva, 2010, p. 95).

A trajetória histórica das Ciências Sociais no Brasil explica diretamente a atual distribuição de dissertações e teses: enquanto Sociologia e Antropologia acumulam tradição empírica e institucional desde o século XIX e meados do século XX, a Ciência Política se consolidou apenas após 1964, sob a influência de reformas universitárias e financiamentos externos. Esse descompasso histórico resulta em maior produção acadêmica nas áreas de Sociologia e Antropologia, refletindo não apenas a antiguidade de seus programas e métodos, mas também a centralidade que tiveram na formação de pesquisadores e na construção do conhecimento sobre a realidade brasileira. Assim, a distribuição desigual de trabalhos não é aleatória, mas produto de trajetórias institucionais, metodológicas e políticas distintas que moldam o campo das Ciências Sociais no país.

3.5 Contagem de dissertações e teses financiadas e por quais órgãos de fomento

Gráfico 5 – Contagem das pesquisas analisadas que foram financiadas



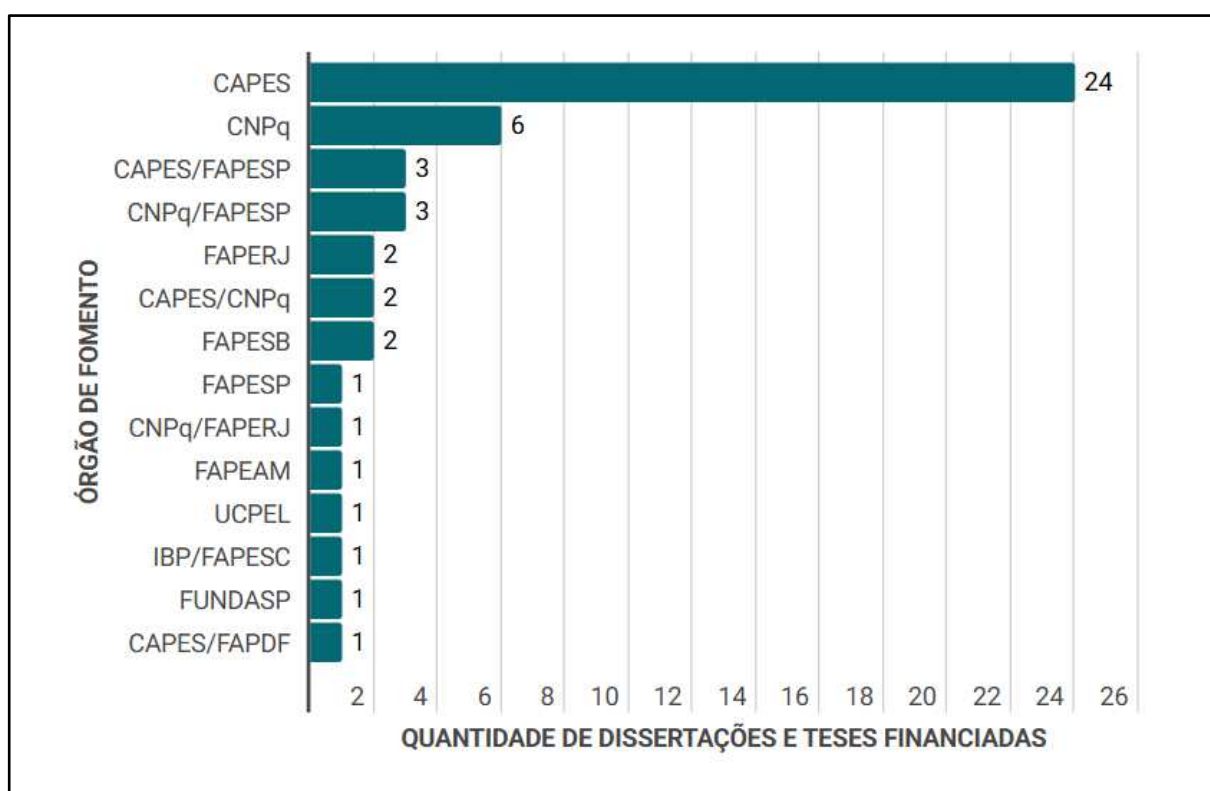
Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Mais da metade dos trabalhos analisados não contou com apoio financeiro formal, o que evidencia não apenas desafios práticos da pesquisa acadêmica, mas também desigualdades no acesso à produção científica. A falta de financiamento implica limitações metodológicas, menor abrangência de campo e restrições de tempo, além de revelar que apenas pesquisadores com recursos próprios ou acesso a redes privilegiadas conseguem realizar estudos mais complexos. Isso influencia a profundidade, a consistência e a representatividade das investigações, definindo quem pode produzir conhecimento e quem permanece marginalizado.

A concentração do financiamento em poucas agências públicas, especialmente a CAPES, evidencia seu papel central no fomento à pós-graduação e na produção de conhecimento sobre a comunidade LGBTQIA+. Ao mesmo tempo, essa dependência revela uma fragilidade: qualquer alteração na política de repasse de recursos ou nos critérios de financiamento pode impactar significativamente a continuidade e a diversidade das pesquisas. Alguns trabalhos recebem financiamentos mistos, combinando diferentes fontes, muitas vezes porque bolsas têm duração limitada e outra agência precisa garantir a continuidade do projeto. Esse modelo evidencia a

instabilidade do financiamento no país e a necessidade de “costurar” recursos para manter pesquisas ativas, em vez de contar com apoio contínuo e previsível.

Gráfico 6 – Contagem dos órgãos de financiamento nas pesquisas em que houve bolsa de estudos



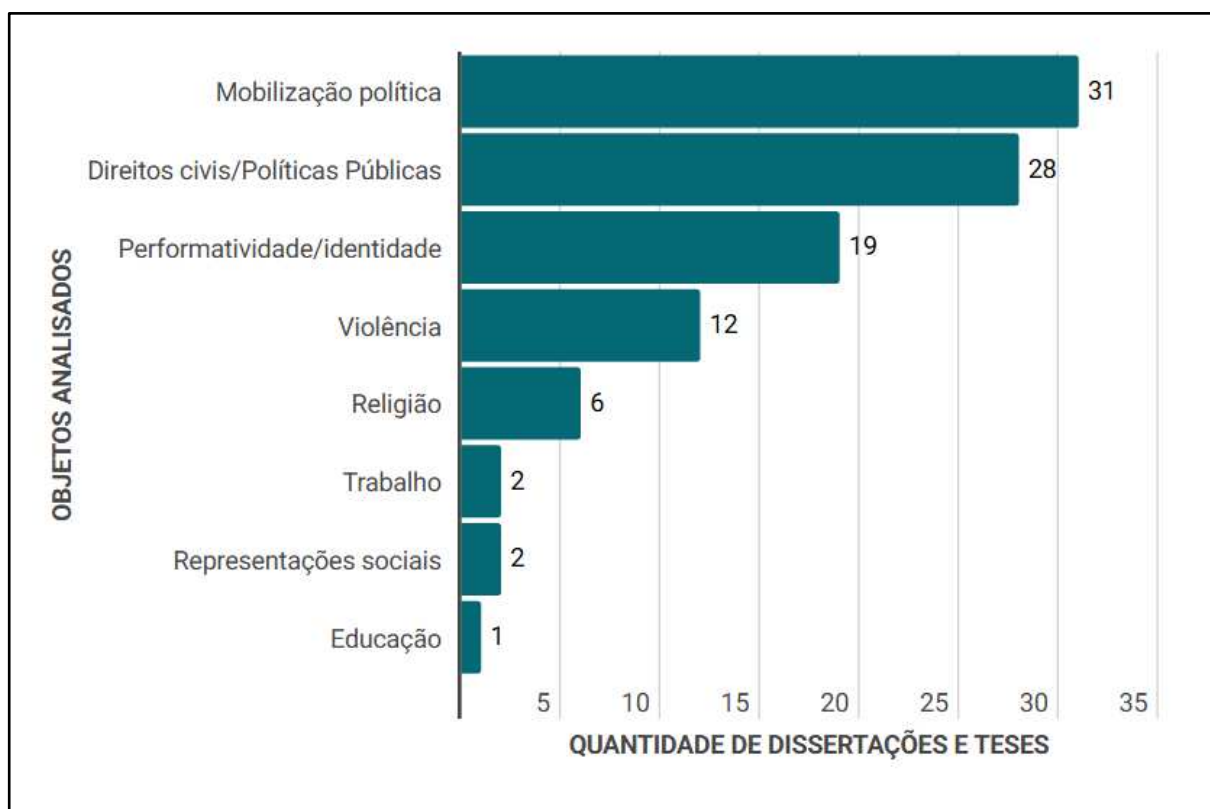
Fonte: elaborado pelo autor (2025)

O financiamento acadêmico não é neutro: vincula-se a agendas institucionais e políticas, influenciando temas, metodologias e formatos de produção do conhecimento. Como observa Bourdieu (1983), o campo acadêmico reproduz hierarquias de poder, determinando quais pesquisas são incentivadas e quais permanecem marginalizadas, valorizando certos paradigmas em detrimento de abordagens críticas ou periféricas. No caso das pesquisas sobre a comunidade LGBTQIA+, a escassez de apoio formal limita o escopo e a profundidade dos estudos, reforçando a marginalização de pesquisadores sem acesso a recursos privilegiados, enquanto a concentração do financiamento em poucas agências públicas, como a CAPES, evidencia sua importância, mas também a vulnerabilidade do sistema frente

a mudanças políticas e orçamentárias. Mais do que um recurso técnico, o financiamento atua como mecanismo que molda agendas, legitima determinados saberes e define quem pode produzir conhecimento e quais pesquisas são reconhecidas.

3.6 Contagem dos objetos de pesquisa analisados nas dissertações e teses

Gráfico 7 – Contagem dos objetos de pesquisa analisados nas dissertações e teses



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

É relevante enfatizar que as pesquisas são impulsionadas por demandas sociais. Isso significa que a produção científica não ocorre de maneira isolada, mas em diálogo contínuo com o contexto sócio-histórico e político em que se insere. Assim, os estudos se configuram como respostas às necessidades e desafios da sociedade em que estão sendo produzidos, considerando as tensões que norteiam as experiências individuais e coletivas.

Dito isso, vale destacar que organização do movimento LGBTQIA+ no Brasil é relativamente recente, com pouco mais de 40 anos (Ferreira; Sacramento, 2019). Sendo assim, não surpreende que a produção acadêmica em gêneros e sexualidades divergentes e/ou dissidentes no país esteja fortemente voltada para as dimensões coletivas, institucionais e estratégicas das lutas LGBTQIA+. Essa ênfase aparece nas análises sobre formas de organização social, nas disputas por reconhecimento e na investigação das políticas públicas enquanto instrumentos de transformação sociopolítica.

Nesse contexto, a concentração de investigações em mobilização política (31 trabalhos) e em direitos civis/políticas públicas (28 trabalhos) torna-se compreensível, uma vez que o movimento LGBTQIA+ brasileiro ainda enfrenta a luta por direitos básicos, o que coloca tais temas como necessidades mais imediatas da comunidade.

O desabrochar de um movimento homossexual no Brasil se deu no final da década de 1970, com o surgimento de grupos voltados explicitamente à militância política, formados por pessoas que se identificavam como homossexuais (usando diferentes termos para tanto) e buscavam promover e difundir novas formas de representação da homossexualidade, contrapostas às conotações de sem-vergonhice, pecado, doença e degeneração. Considerando tais características – de aglutinar pessoas dispostas a declarar sua homossexualidade em público e que se apresentavam como parte de uma minoria oprimida em busca de alianças políticas para reverter essa situação de preconceito e discriminação –, podemos dizer que o movimento político em defesa da homossexualidade no Brasil já completou trinta anos. O marco consagrado nessa historiografia particular é a formação do grupo Somos, em São Paulo, em 1978, na mesma época em que era lançado o *Lampião*, jornal em formato tablóide que se voltava para um enfoque acentuadamente social e político da homossexualidade, assim como de outros temas políticos afins e até então considerados “minoritários”, como o feminismo e o movimento negro (Simões; Facchini, 2009, p. 13).

A luta concentrou-se sobretudo no reconhecimento e na garantia de direitos básicos. Para isso, militantes e ativistas buscaram sensibilizar a elite política brasileira quanto à necessidade de leis de proteção, processo fortalecido pela visibilidade pública trazida pelas Paradas do Orgulho (Santos, 2016). Mesmo com limitações do Legislativo em atender às demandas, partidos têm se mostrado mais receptivos graças à atuação de militantes internos (Santos, 2016). Com isso, a comunidade LGBTQIA+ conquistou avanços importantes, como o casamento civil desde 2013 e o direito ao uso do nome social por pessoas trans (Gimenez, 2015).

Os esforços empreendidos para que a população LGBT goze de direitos plenos conquistou, nas últimas décadas, resultados positivos como a possibilidade da realização do casamento entre pessoas do mesmo sexo, a adoção de crianças por casais homossexuais e a retirada da homossexualidade da lista de doenças do então Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps), como podemos ver no artigo de Carlos Alberto Carvalho e José Henrique Pires Azevêdo, 'Do AZT à PrEP e à PEP: aids, HIV, movimento LGBTI e jornalismo', em que os autores relembrem a vitória da expansão do termo 'grupo de risco' na literatura médica para o combate e prevenção do HIV/aids ao longo da história, ainda que percebam manutenções de preconceitos históricos na cobertura jornalística sobre o tratamento e a prevenção da aids (Ferreira; Sacramento, 2019, p. 237)

Com isso, a forte presença de pesquisas no eixo de mobilização política e direitos civis/políticas públicas revela interesse acadêmico em compreender mecanismos de engajamento coletivo, participação social e organização desse movimento. A produção científica nesta área demonstra preocupação com os modos pelos quais estratégias coletivas e formas de ação política configuram visibilidades e direitos, situando os sujeitos LGBTQIA+ no âmbito das dinâmicas de contestação e negociação social. Além disso, os estudos nesse campo evidenciam como políticas de inclusão, legislação antidiscriminatória e programas sociais interagem com processos de marginalização, oferecendo instrumentos para examinar a relação entre Estado, direitos e condições de vida de populações LGBTQIA+. Alguns exemplos das dissertações e teses que se voltaram para esses objetos são: *Da espetacularização à agenda política: uma leitura política do Movimento LGBT* (Silva, 2018); *De sujeitos sociais a sujeitos de direitos: o programa 'Brasil sem homofobia' e a construção da cidadania homossexual* (Canela, 2010) e *As quatro estações da primavera: ativismos de gênero e sexualidade no movimento de ocupações secundaristas em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná* (Alegria, 2023).

Por outro lado, os eixos de performatividade/identidade (19 investigações) e violência (12 pesquisas) indicam um interesse acadêmico crescente em compreender os processos de construção social das identidades de gênero e sexualidade de pessoas LGBTQIA+. No caso da performatividade e identidade, os estudos se concentram em analisar como normas sociais e culturais moldam comportamentos, expectativas e experiências individuais, revelando as tensões entre a autodeterminação dos sujeitos e os regimes normativos de gênero e sexualidade. Tais pesquisas exploram, por exemplo, a negociação de papéis de gênero, a expressão

corporal, a sexualidade em espaços públicos e privados, bem como os discursos que legitimam ou contestam identidades não-normativas. Exemplos de trabalhos nesse eixo incluem: *Femininos de montar - uma etnografia sobre experiências de gênero entre drag queens* (Santos, 2012); *Perfomance, porrada e purpurina: história e memórias LGBTQ+ em recentes documentários brasileiros* (Neves, 2019) e *Os (des) fazeres do brejo: notas sobre lesbianidade em Natal/RN* (Pereira, 2021).

Já o eixo violência concentra pesquisas que abordam tanto as manifestações físicas quanto simbólicas e institucionais da agressão, bem como discursos discriminatórios que reforçam estigmas e exclusões. A produção científica nesta área busca compreender os mecanismos de perpetuação da violência e os impactos sobre a saúde, a segurança e a cidadania de pessoas LGBTQIA+. Entre os estudos estão: *Desejo, preconceito e morte: assassinatos de LGBT em Sergipe - 1980 a 2010* (Oliveira, 2012); *Violência contra LGBTs em Manaus e agências da resistência e do enfrentamento: estudo de uma disputa territorial assimétrica dos campos da moral e do direito* (Pereira, 2016) e *As experiências de pessoas dissidentes na periferia: um olhar sobre a política de (in)segurança que atravessa a população LGBTI* (Almada, 2023). Esses dois eixos (performatividade/identidade e violência) revelam que a produção acadêmica não se limita a examinar o movimento coletivo ou as conquistas legais, mas também se aprofunda nas experiências vividas pelos sujeitos LGBTQIA+, incluindo as relações de poder, as desigualdades sociais e os processos de estigmatização que atravessam diferentes contextos.

Os eixos de religião (6 investigações), trabalho (2 pesquisas), representações sociais (2 pesquisas) e educação (1 estudo) apresentam menor incidência entre os objetos de pesquisa, o que indica uma distribuição desigual na produção acadêmica. Essa diferença levanta questões sobre a configuração do campo: algumas áreas concentram maior número de estudos, enquanto outras permanecem menos exploradas.

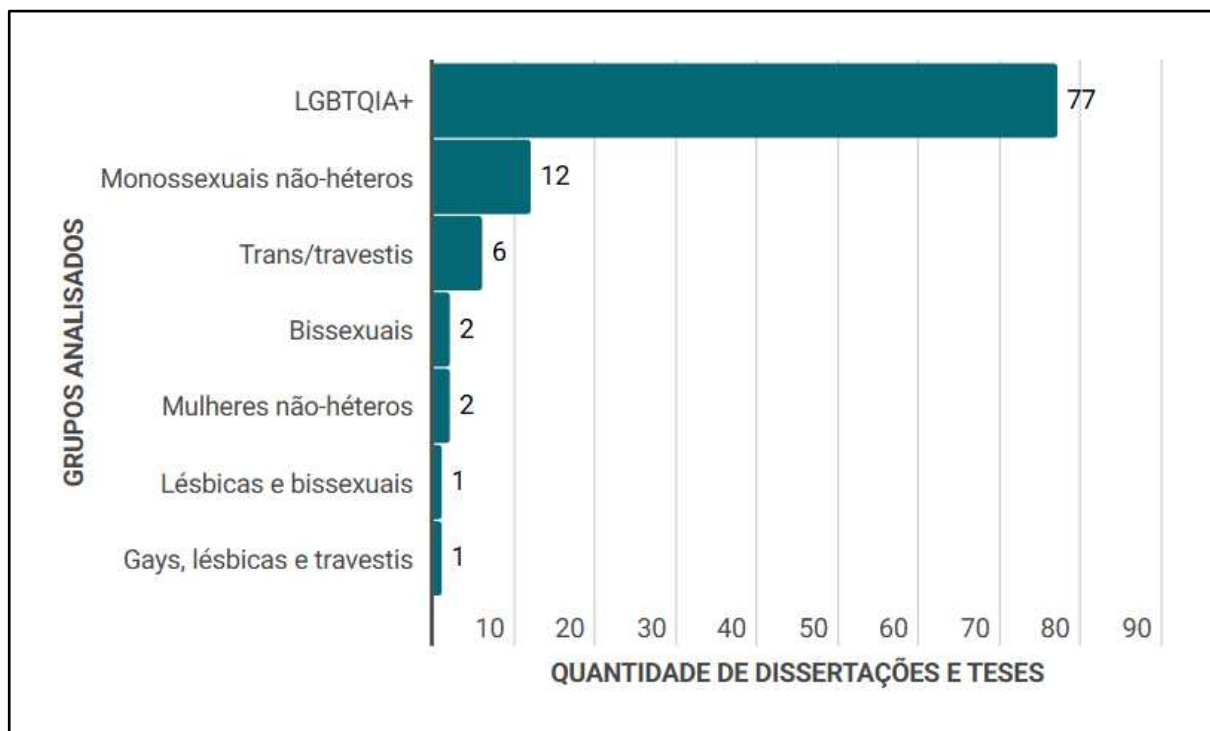
Ao mesmo tempo, a escassez de estudos nesses eixos pode refletir barreiras institucionais e metodológicas, como dificuldades de acesso a instituições religiosas, ambientes de trabalho e sistemas educacionais, além de restrições de financiamento e apoio acadêmico. Essa distribuição também aponta para lacunas na compreensão

das experiências LGBTQIA+ em algumas dimensões sociais, deixando em aberto questões sobre como esses eixos poderiam se articular com os outros temas e quais efeitos a menor incidência pode ter sobre a amplitude e a complexidade do conhecimento produzido.

Em síntese, a distribuição das pesquisas evidencia que a produção acadêmica em gêneros e sexualidades no Brasil reflete diretamente as demandas históricas e sociais do movimento LGBTQIA+, com forte concentração em mobilização política e direitos civis/políticas públicas como resposta às lutas por reconhecimento e sobrevivência. Ao mesmo tempo, essa ênfase revela uma assimetria no campo já que temas como religião, trabalho, educação e representações sociais permanecem pouco explorados. O cenário, portanto, aponta para um campo em constante tensão entre atender às urgências da conquista de direitos e avançar em análises mais amplas sobre experiências cotidianas, identidades e intersecções sociais.

3.7 Contagem dos grupos analisados nas dissertações e teses

Gráfico 8 – Contagem dos grupos analisados nas dissertações e teses



Fonte: elaborado pelo autor (2025)

A análise sugere que uma parte expressiva dos estudos (77%) tende a adotar uma perspectiva ampla sobre o grupo LGBTQIA+, abordando gênero e sexualidade

de forma coletiva, sem distinções detalhadas entre identidades específicas. Essa abordagem, ao privilegiar uma compreensão do campo em sua totalidade, pode apresentar implicações que merecem atenção: ao reduzir a visibilidade das diferenças internas, existe a possibilidade de que experiências de sujeitos que não se enquadram na lógica predominante das pesquisas sejam menos reconhecidas.

Nesse contexto, a menor frequência de estudos dedicados a bissexuais, lésbicas e pessoas trans/travestis pode indicar lacunas no conhecimento acadêmico e levantar questões sobre quais identidades e vivências tendem a ser reconhecidas como objeto de investigação. Vale considerar que essa assimetria não se restringe apenas ao aspecto quantitativo, podendo refletir hierarquias sociais e estruturais presentes no campo científico, nas quais determinados grupos parecem ter menor visibilidade tanto social quanto na produção de saberes.

Por exemplo, dados recentes mostram que a violência contra pessoas LGBTQIA+ continua alarmante. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, agressões motivadas por orientação sexual ou identidade de gênero permanecem altas, evidenciando que a invisibilização institucional e social coincide com riscos concretos à vida dessas pessoas (BRASIL, 2024). Entre os mais afetados estão pessoas trans e travestis, com o Brasil registrando o assassinato de uma pessoa trans/travesti a cada três dias, mantendo-se no topo do ranking mundial há 17 anos consecutivos (CEARÁ, 2025). Esses números mostram que a invisibilização acadêmica não é apenas teórica: ela se manifesta em políticas públicas insuficientes e na negligência institucional diante de uma violência sistêmica.

A situação de lésbicas também ilustra essa invisibilidade: audiência pública promovida pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais destacou que a violência contra mulheres lésbicas muitas vezes não é registrada ou reconhecida, evidenciando a falta de dados e a marginalização desses subgrupos dentro da própria comunidade LGBTQIA+ (MINAS GERAIS, 2025). Assim, ao tratar a comunidade LGBTQIA+ como um bloco homogêneo, a produção acadêmica e as políticas públicas reproduzem hierarquias internas, mantendo experiências cisgêneras e lógicas monossexuais como centrais e marginalizando subgrupos historicamente vulneráveis. Os dados sociais e de violência reforçam a urgência de repensar essa abordagem: a

invisibilização não é apenas uma lacuna temática, mas um reflexo das relações de poder que atravessam tanto o conhecimento científico quanto a sociedade, afetando concretamente a vida de pessoas trans, travestis, lésbicas e bissexuais.

3.8 Autoras/res mais referenciados nas dissertações e teses

Quadro 3 – Autoras/res mais referenciados nas dissertações e teses analisadas

Posição	Autor/a	Conjunto de trabalhos em que essa/esse autora/autor é uma/um das/dos que mais aparecem nas referências bibliográficas
1º	Michel Foucault	35
2º	Regina Facchini	18
3º	Judith Butler	17
4º	Pierre Bourdieu	15
5º	Edward MacRae	10

Michel Foucault é o autor mais citado nas referências analisadas. Entre suas principais obras estão *As palavras e as coisas* (1966), que examina a constituição das ciências humanas e das epistemes históricas; *A arqueologia do saber* (1969), que sistematiza sua metodologia de análise discursiva; *História da sexualidade* (1976, em múltiplos volumes), em que problematiza a relação entre sexualidade, poder e saber; e *Microfísica do poder* (1978), que evidencia a difusão do poder nas práticas sociais cotidianas. Inserido na tradição pós-estruturalista, Foucault discute a instabilidade das estruturas, a multiplicidade de interpretações e a construção discursiva de identidades e do poder. Dessa forma, sua presença nos trabalhos analisados indica que muitos desses estudos se concentram em compreender como o poder circula, molda subjetividades e regula práticas sociais, distinguindo-se de abordagens deterministas ou estritamente estruturais.

Em seguida, aparece Regina Facchini, evidenciando a presença da produção acadêmica nacional nos estudos sobre gêneros e sexualidades divergentes e/ou

dissidentes. Sua obra dialoga com perspectivas pós-estruturalistas e analisa a dinâmica entre relações sociais, práticas culturais e construção social das identidades. Entre seus trabalhos estão *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90* (2005), que aborda a formação de identidades coletivas do movimento homossexual; *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT* (2009), que investiga a evolução do movimento LGBT no Brasil; e *Direitos em disputa: LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo* (2020), que discute tensões em torno de direitos e diferenças no contexto brasileiro. A presença de sua obra nos dados analisados indica que, apesar da predominância de autores estrangeiros, há espaço para estudos brasileiros que dialogam com realidades locais e latino-americanas, como também será exemplificado em breve com a menção ao antropólogo brasileiro Edward MacRae.

O terceiro lugar é ocupado por Judith Butler, cuja obra é frequentemente referenciada nas discussões sobre normas de gênero e sexualidade. Em *Problemas de gênero* (2018), a autora analisa a performatividade de gênero e questiona a naturalização das categorias identitárias, inserindo-se na tradição pós-estruturalista. A presença da autora entre os mais citados sugere que, em diálogo com Michel Foucault, muitos estudos abordam a análise das normas sociais e os processos de construção, negociação e subversão das identidades de gênero e sexualidade.

Pierre Bourdieu ocupa o quarto lugar e é frequentemente citado em estudos sobre relações sociais, reprodução das desigualdades e poder simbólico. Entre suas obras estão *A distinção: crítica social do julgamento* (1979), que analisa como gosto e cultura se relacionam com diferenças de classe; *O poder simbólico* (1989), que trata da influência do poder simbólico nas práticas sociais; e *Razões práticas: sobre a teoria da ação* (1994), que desenvolve os conceitos de habitus, campo e formas de capital (cultural, social e econômico). Pierre Bourdieu concentra-se na agência dos indivíduos e na forma como práticas cotidianas se articulam com estruturas sociais, configurando uma abordagem que não se enquadra nem no estruturalismo clássico nem no pós-estruturalismo. A frequência de suas citações indica que suas ideias são recorrentes na análise das desigualdades e das práticas sociais.

Em quinto lugar está o antropólogo brasileiro Edward MacRae. Entre suas publicações, destaca-se *A Construção da Igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”* (1990), na qual analisa o surgimento e a trajetória do movimento homossexual no Brasil, questionando a naturalização das categorias identitárias e investigando as dinâmicas de comunidade, militância e resistência. MacRae aborda a construção social das identidades, argumentando que categorias como “homossexual” são produtos sócio-históricos e não universais ou biológicos. Seu trabalho trata da historicidade das identidades e examina como poder, normas e movimentos sociais influenciam a formação de subjetividades.

Michel Foucault e Judith Butler constituem referências centrais da tradição pós-estruturalista, cujas perspectivas são fundamentais para compreender relações de gênero e sexualidade. Essa tradição desloca o foco do sujeito como essência fixa para práticas discursivas e relações de poder, entendendo identidade, gênero e sexualidade como instáveis, performativos e historicamente situados. Para Foucault (1979), o poder não é apenas repressivo, mas produtivo, regulando corpos, desejos e subjetividades. Butler (2018, originalmente publicado em inglês, em 1990), ao discutir a performatividade de gênero, evidencia que as categorias “masculino” e “feminino” resultam da repetição de normas sociais, não sendo, portanto, naturais nem fixas. A autora também demonstra que as noções de sexo biológico são, elas próprias, socialmente produzidas. Pressupostos comuns entre eles incluem a centralidade dos discursos, a rejeição a essências fixas, a historicidade das categorias de análise e a atenção a como o conhecimento se vincula a práticas de poder.

O estudo também mostra que há uma presença importante de autores brasileiros, como Regina Facchini e Edward MacRae, mas isso revela um desafio: até que ponto a pesquisa nacional realmente cria conceitos próprios ou apenas adapta ideias vindas da Europa e dos Estados Unidos? Isso acontece porque existe um conjunto de referências que a academia considera legítimas, o que faz com que nomes como Michel Foucault, Judith Butler e Pierre Bourdieu apareçam com frequência. Essa escolha pode refletir tanto o reconhecimento internacional desses autores quanto a força das tradições teóricas dominantes, evidenciando que o campo não é neutro, pois define quais vozes e perspectivas são valorizadas na discussão sobre gênero e sexualidade no Brasil.

Observa-se, assim, uma certa dependência de teorias e referências pós-estruturalistas estrangeiras que predominam nos trabalhos analisados, o que talvez dificulte a compreensão das realidades locais, já que conceitos criados em outros contextos nem sempre se adequam plenamente nas experiências latino-americanas. Nesse contexto, os estudos brasileiros sobre o movimento LGBT desenvolvidos por Regina Facchini e Edward MacRae revelam um esforço contínuo de construção de perspectivas teóricas situadas, que, embora dialoguem criticamente com as produções do Norte Global, buscam compreender as especificidades do contexto nacional, reinterpretando paradigmas e contribuindo para o fortalecimento de uma produção de conhecimento mais localizada e sensível às nossas experiências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo entender como a produção acadêmica brasileira em Ciências Sociais trata gêneros e sexualidades divergentes e/ou dissidentes entre 2008 e 2023. A partir de uma análise quantitativa, usando bibliometria e análise de conteúdo, o estudo identificou as principais correntes teóricas, autores mais referenciados, temas pesquisados, regiões de concentração, grupos estudados e fontes de financiamento. Mais do que descrever os dados, a pesquisa buscou mostrar o campo científico como um espaço de disputas sobre quais conhecimentos são valorizados e reconhecidos como legítimos.

O levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações (CTD) da CAPES resultou na análise de 101 trabalhos distribuídos ao longo de 15 anos. Esse conjunto de dados permitiu identificar movimentos importantes na configuração desse campo de investigação: a expansão significativa da produção a partir de 2010, o pico de publicações em 2016 e 2020, e a retração posterior, especialmente entre 2021 e 2023, em consonância com o contexto de cortes orçamentários, desmonte de políticas públicas e hostilidade à ciência durante o governo Bolsonaro. A oscilação temporal, portanto, não é meramente estatística; ela expressa as condições políticas e institucionais que sustentam (ou inviabilizam) a pesquisa acadêmica no Brasil, reiterando que a produção de conhecimento está imbricada em relações de poder, financiamento e legitimidade social.

Outro dado fundamental refere-se à concentração regional. O Sudeste aparece como o principal polo de produção, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro. Essa distribuição evidencia desigualdades históricas na estrutura universitária brasileira, nas políticas de fomento e na consolidação de programas de pós-graduação. Além disso, a análise mostra o papel do Estado na sustentação da pesquisa científica, ao mesmo tempo em que revela a vulnerabilidade do campo diante de políticas de austeridade. O dado de que cerca de 52% dos trabalhos analisados não receberam qualquer tipo de financiamento indica um fato: nossa ciência é feita, em grande medida, à custa do esforço individual dos pesquisadores e de redes de solidariedade acadêmica, o que impacta diretamente na diversidade de temas, sujeitos e abordagens.

Do ponto de vista temático, as categorias mais recorrentes foram “mobilização política” e “direitos civis/políticas públicas”, seguidas por “performatividade/identidade” e “violência”. Essa concentração sinaliza a permanência de um eixo analítico fortemente político, voltado a compreender as dinâmicas de reconhecimento, cidadania e resistência de grupos LGBTQIA+. As temáticas de “trabalho” e “religião” aparecem em menor escala, enquanto os temas “educação” e “representações sociais” são ainda mais escassos, o que sugere lacunas relevantes a serem exploradas. Essa distribuição reflete, por um lado, a centralidade das disputas por direitos na história recente do movimento LGBTQIA+ e, por outro, uma limitação na diversificação dos objetos de pesquisa, ainda fortemente ancorados em agendas de visibilidade e políticas públicas.

Em relação aos grupos investigados, observa-se que a maioria das pesquisas (77%) aborda a comunidade LGBTQIA+ de forma ampla, sem distinções entre identidades específicas, enquanto pessoas trans/travestis e bissexuais são significativamente menos representadas. Essa assimetria demonstra desigualdades e mostram que certas identidades e experiências tornam-se mais legitimadas que outras. No caso das bissexualidades, a baixa incidência de pesquisas confirma o lugar de marginalidade epistêmica que essa identidade ocupa. O mesmo ocorre com as experiências trans e travestis, cuja presença crescente no debate público nos últimos anos ainda não se traduz em um volume expressivo de investigações. Esses dados apontam para a urgência de uma ampliação do olhar científico sobre as múltiplas formas de viver gênero e sexualidade no Brasil, para além das categorias mais consolidadas.

Nos trabalhos analisados, Michel Foucault emerge como o autor mais citado, seguido por Regina Facchini, Judith Butler, Pierre Bourdieu e Edward MacRae, revelando tanto a centralidade do pós-estruturalismo quanto a presença da produção acadêmica brasileira. Foucault e Butler fundamentam discussões sobre poder, identidade e performatividade, deslocando o foco de essências fixas para práticas discursivas e históricas, enquanto Bourdieu contribui para a compreensão das desigualdades sociais e do poder simbólico. Regina Facchini e Edward MacRae evidenciam a relevância de estudos nacionais sobre gênero e sexualidade, articulando perspectivas pós-estruturais com contextos locais e latino-americanos. A

predominância de referências estrangeiras, entretanto, sinaliza uma dependência de teorias importadas, levantando o desafio de desenvolver conceitos próprios, situados na realidade brasileira e que dialoguem criticamente com tradições internacionais e reforcem uma produção de conhecimento sensível às especificidades locais.

A partir dessas constatações, torna-se possível afirmar que a produção brasileira em Ciências Sociais sobre gêneros e sexualidades divergentes e/ou dissidentes vive uma tensão permanente entre consolidação e marginalidade. De um lado, a presença crescente dessa temática indica o reconhecimento de sua relevância científica e política; de outro, as desigualdades regionais e o déficit de financiamento apontam para os limites dessa consolidação. As Ciências Sociais, ao incorporarem tais objetos, não apenas os descrevem, mas também produzem regimes de visibilidade, estabelecem fronteiras discursivas e moldam os modos de compreensibilidade das identidades divergentes e/ou dissidentes. O fazer científico, portanto, não é neutro: ele participa ativamente da construção das realidades que pretende compreender.

Apesar disso, é necessário, contudo, reconhecer as limitações desta pesquisa. O corpus foi restrito às dissertações e teses cadastradas no CTD da CAPES, o que significa que produções não disponibilizadas nesse repositório ficaram de fora. A escolha metodológica de analisar apenas as/os cinco autoras/res mais citados por trabalho também implica uma simplificação das redes de referência, não captando a totalidade das influências teóricas presentes. Além disso, a natureza quantitativa da análise, ainda que essencial para o mapeamento do campo, não permite apreender em profundidade as nuances qualitativas e discursivas de cada trabalho. Tais limites, contudo, não diminuem o valor descritivo e analítico da pesquisa; pelo contrário, apontam direções para possíveis aprofundamentos futuros.

Entre os desdobramentos possíveis, destacam-se: (a) a necessidade de estudos comparativos entre programas e regiões, para compreender as especificidades locais da produção; (b) o desenvolvimento de análises qualitativas que explorem as formas de apropriação teórica e política das categorias de gênero e sexualidade e (c) investigações voltadas à trajetória de pesquisadoras/res LGBTQIA+

na pós-graduação, para compreender como a presença desses sujeitos modifica as dinâmicas de produção de conhecimento.

Por fim, cabe retomar o que foi dito no início desta dissertação: a ciência não é um campo de neutralidade, mas um território de disputas simbólicas, epistemológicas e políticas. Analisar a produção acadêmica brasileira sobre gêneros e sexualidades é também refletir sobre o próprio lugar do pesquisador e sobre os modos de enunciação que legitimamos. O mapeamento aqui apresentado não encerra o debate, mas pretende contribuir para o fortalecimento de uma ciência social comprometida com a pluralidade e com a justiça. Em um contexto político e acadêmico ainda marcado por desigualdades e retrocessos, reafirmar o direito de existir e produzir conhecimento a partir das margens é, também, um gesto de resistência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUER, Martin. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2007.

BLOOR, David. **Conhecimento e imaginário social**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

BORTOLETTO, Guilherme Elgeman. **LGBTQIA+**: identidade e alteridade na comunidade. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em [Comunicação/Curso]) – Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://celacc.org/tccs/lgbtqia-identidade-e-alteridade-na-comunidade>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BOUILLAUD, Jean Philippe. Recepção e Sociologia. **Revista Cronos**, [s. l.], 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/14201>. Acesso em: 14 mai. 2024.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. *In*: ORTIZ, Renato (org.). **Coleção Grandes Cientistas Sociais**. São Paulo: Ática, 1983.

BRASIL. [Ministério da Educação]. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Portaria nº 13, de 15 de fevereiro de 2006**. Institui a divulgação digital das teses e dissertações produzidas pelos programas de doutorado e mestrado reconhecidos. Brasília, DF: Diário Oficial da União: seção 1, 16 fev. 2006. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=822>. Acesso em: 15 jun. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília, DF: Diário Oficial da União, seção 1, p. 1, 25 abr. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP)**. Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-no-pais/programa-de-suporte-a-pos-graduacao-de-instituicoes-de-ensino-particulares-prosup>. Acesso em: 28 mar. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Portaria nº 109, de 4 de maio de 2025**. Disciplina o processo de Avaliação de

Permanência dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu no país. Brasília, DF: CAPES, 2025. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=17995>. Acesso em: 2 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Documento de Área – Sociologia**. Brasília, DF: Diretoria de Avaliação, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/sociologia-pdf>. Acesso em: 14 mar. 2025.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). **Portaria nº 55, de 29 de abril de 2020**. Dispõe sobre a prorrogação excepcional dos prazos de vigência de bolsas de mestrado e doutorado [...]. Brasília, DF: CAPES, 2020. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=3762>. Acesso em: 3 set. 2025.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **LGBTQIA+fobia: a violência motivada pela orientação sexual ou identidade de gênero das pessoas LGBTQIA+**. Brasília, DF, 4 out. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/lgbtqia-fobia-a-violencia-motivada-pela-orientacao-sexual-ou-identidade-de-genero-das-pessoas-lgbtqia>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BUTLER, Judith. Atos performativos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CAFARDO, Renata; CASTRO, Giovanna. **Governo atual é o que mais cortou em recursos de Educação e Ciência**. São Paulo: UOL Notícias, 9 dez. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/12/09/governo-atual-e-o-que-mais-cortou-em-recursos-de-educacao-e-ciencia.htm>. Acesso em: 2 set. 2025.

CANCIAN, Renato. Augusto Comte revisitado: Positivismo, sociologia e intervenção social. **Revista Sem Aspas**, Araraquara, v. 10, 2021. DOI: 10.29373/sas.v10i00.15744. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/15744>. Acesso em: 2 mai. 2024.

CAPES. Área de Avaliação Sociologia (34). **Documento de Área Sociologia Área 34: 2025-2028**. Brasília, DF: CAPES, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e>

[programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/colégio-de-humanidades/ciencias-humanas/SOCIOLOGIA DOCAREA 2025 2028.pdf](#). Acesso em: 20 ago. 2025.

CAPES. **Catálogo de Atos Administrativos**. Brasília, DF: CAPES, 2024. Disponível em: <https://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=822>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CAPES. Diretoria de Avaliação. **Relatório de Avaliação da Área de Sociologia: Quadriênio 2017-2020 (Avaliação 2021)**. Brasília, DF: CAPES, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/documentos/avaliacao/19122022_RELATORIO_AVALIACAO_QUADRIENAL_comnotaSociologia.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

CAPPELLE, Mônica Carvalho; MELO, Marlene Catarina; GONÇALVES, Carlos Alberto. Análise de conteúdo e análise de discurso nas ciências sociais. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 5, n. 1, 2003.

CEARÁ. Defensoria Pública do Estado. **Brasil mata uma pessoa trans/travesti a cada três dias e lidera ranking mundial de assassinatos pelo 17º ano consecutivo**. Fortaleza, 6 fev. 2025. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/noticia/brasil-mata-uma-pessoa-trans-travesti-a-cada-tres-dias-e-lidera-ranking-mundial-de-assassinatos-pelo-17o-ano-consecutivo/>. Acesso em: 3 nov. 2025.

CHALMERS, Alan F. **O que é ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHIBENI, Silvio Seno. **O que é Ciência?** [Campinas: Unicamp], [20--?]. Disponível em: <https://www.unicamp.br/~chibeni/textos/o-que-e-ciencia.html>. Acesso em: 14 jun. 2024.

CHUEKE, Gabriel; AMATUCCI, Marcos. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Internext**, São Paulo, v. 10, n. 2, 2015. Disponível em: <https://internext.espm.br/internext/article/view/330>. Acesso em: 14 mai. 2024.

COLLINS, Randall. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CONNELL, Raewyn. **Masculinidades**. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, PUEG, 2015.

COOPER, Harris. **Integrating research: a guide for literature reviews**. Newbury Park: Sage, 1989.

CTD. **Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES**. Brasília, DF: CAPES, [2024?]. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CUNHA, Carolina. **Imigração nos EUA**: a política de tolerância zero e o drama das crianças na fronteira. São Paulo: UOL Educação, [2024?]. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2024/06/02/imigracao-nos-eua-a-politica-de-tolerancia-zero-e-o-drama-das-criancas-na-fronteira.htm>. Acesso em: 2 jun. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Elizabeth de Assis. Progresso científico e verdade em Popper. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 38, n. 2, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-31732015000200009>. Acesso em: 5 mai. 2024.

DORNELES, Dandara Rodrigues. Palavras germinantes: entrevista com Nego Bispo. **Identidade!**, São Leopoldo, v. 26, n. 1/2, p. 14–26, 2021. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/Identidade/article/view/1186>. Acesso em: 25 mar. 2026.

DOWNE-WAMBOLDT, Barbara. Content analysis: method, applications, and issues. **Health Care for Women International**, [s. l.], v. 13, n. 3, 1992.

DURHAM, Eunice. A política de pós-graduação e as ciências sociais. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 41–55, 1986. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/72>. Acesso em: 2 set. 2025.

ENNES, Marcelo Alario; MARCON, Frank. Das identidades aos processos identitários: repensando conexões entre cultura e poder. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 35, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222014000100010>. Acesso em: 10 mai. 2024.

FERREIRA, Vinícius; SACRAMENTO, Igor. Movimento LGBT no Brasil: violências, memórias e lutas. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.reciis.iciict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1826>. Acesso em: 27 ago. 2025.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**: esboço de uma teoria anárquica da teoria do conhecimento. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

FIRPO, Mafê. “O kit gay responde a uma sociedade conservadora”, diz pesquisador. [S. l.]: Veja, 12 abr. 2025. Disponível em: [Link da matéria]. Acesso em: 25 mar. 2026.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GIMENEZ, Mariana Quadros. Movimento LGBT, a memória de um espaço-tempo-humano. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 346–367, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/5632>. Acesso em: 17 ago. 2025.

GOMES, Luiz Flávio. **Racismo “científico”** (origens das teses racistas na modernidade). [S. l.]: JusBrasil, 2015. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/racismo-cientifico-origens-das-teses-racistas-na-modernidade/254945905>. Acesso em: 31 jul. 2024.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

GUEDES, Raquel da Silva. **As mulheres na ciência e tecnologia**: uma história a ser escrita. Campina Grande: Editora Amplla, 2022. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/MulheresnaCienciaeTecnologia.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2024.

GUIA, Maria João; PEDROSO, João. Imigração e crime violento: um olhar a partir de reclusos condenados. **Configurações**, [s. l.], n. 16, p. 25–40, 18 dez. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/configuracoes.2833>. Acesso em: 27 jul. 2024.

G1. **Em vídeo, Damares Alves diz que “nova era” começou no Brasil**: “meninos vestem azul e meninas vestem rosa”. Brasília, DF, 3 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/03/em-video-damares-alves-diz-que-nova-era-comecou-no-brasil-meninos-vestem-azul-e-meninas-vestem-rosa.ghtml>. Acesso em: 25 mar. 2026.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: https://www.copene2018.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/1524482904_ARQ_UIVO_DonnaHarawaysaberessituados.pdf. Acesso em: 6 set. 2025.

IEG (Instituto de Estudos de Gênero). **História do “Fazendo Gênero”**. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero, [2024?]. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/historico-do-fazendo-genero/>. Acesso em: 4 jul. 2024.

KRITSCH, Raquel; VENTURA, Raissa Wihby. Reconhecimento, identidade(s) e conflito social: debates a partir da teoria política e social. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.2.29915>. Acesso em: 15 jul. 2024.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LAKATOS, Imre. **The methodology of scientific research programmes: philosophical papers**. Volume I. Edited by John Worrall and Gregory Currie. Cambridge: Cambridge University Press, 1978.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. **Laboratory Life: the construction of scientific facts**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1986.

LAURETIS, Teresa de. Teoria Queer - 20 anos depois: identidade, sexualidade e política. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200003>. Acesso em: 10 jul. 2024.

MAYBURY-LEWIS, David. A antropologia numa era de confusão. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 50, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092002000300002>. Acesso em: 30 abr. 2024.

MEDEIROS, José Mauro; VITORIANO, Maria Albeti. A evolução da bibliometria e sua interdisciplinaridade na produção científica brasileira. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 13, n. 3, 2015. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8635791>. Acesso em: 15 jul. 2024.

MELO, Manuel Palácios da Cunha e. **Quem explica o Brasil**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 1999.

MILLS, Charles Wright. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Lesbofobia será tema de audiência nesta quinta-feira (16)**. Belo Horizonte, 15 maio 2024. Disponível em: https://www.almg.gov.br/comunicacao/noticias/index.html?tagConteudo=236&reload&page=27&sort=instancedate_dt+desc. Acesso em: 3 nov. 2025.

MONACO, Helena Motta. **“A gente existe!”: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente**. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216098>. Acesso em: 22 maio 2025.

MONTEIRO, Alice Brandão; MENDES, Ana Karla Nunes. A despatologização da homossexualidade. **Encontros de Iniciação Científica UNI7**, Fortaleza, v. 8, n. 1,

2019. Disponível em:
<https://www.uni7.edu.br/encontros/v8n1/edumendes,+Gerente+da+revista,+784-Texto+do+artigo-1882-1-6-20180521.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2024.

MONTERO, Paula. Globalização, identidade e diferença. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 49, p. 47–64, 1997. Disponível em:
<https://repositorio.usp.br/item/000966810>. Acesso em: 1 mai. 2024.

MUSSE, Ricardo. **Apontamentos sobre o nascimento da sociologia**. [S. l.]: Blog da Boitempo, 2012. Disponível em:
<https://blogdaboitempo.com.br/2012/11/23/apontamentos-sobre-o-nascimento-da-sociologia/>. Acesso em: 2 mai. 2024.

NANTES, Flávio Adriano. Diálogos TRANSversais: a travesti quer um beijo. **Revista Rascunhos Culturais**, Coxim, MS, v. 12, n. 24, p. 11-38, jul./dez. 2021.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NETO, Jaime Barreiros. Breve considerações sobre a possibilidade de aplicação do pensamento de Thomaz Kuhn às Ciências Sociais. *In*: ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; NETO, Jaime Barreiros (org.). **Metodologia e epistemologia nas Ciências Sociais**: um panorama dos clássicos ao pós-colonial. Salvador: [Editora], 2015.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualising gender: eurocentric foundations of feminist concepts and the challenge of African epistemologies. **CODESRIA Gender Series**, Dakar, n. 1, 2002.

PARECER nº 977/65. Definição dos cursos de pós-graduação. Relator: Newton Lins Buarque Sucupira. Brasília: Conselho Federal de Educação, 1965. Disponível em:
<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-1965-pdf>. Acesso em: 2 set. 2025.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Cultrix, 2009.

POPPER, Karl R. Ciência: conjecturas e refutações. *In*: POPPER, Karl R. **Conjecturas e refutações**: o progresso do conhecimento científico. Brasília: Editora UnB, 2008.

POPPER, Karl R. **Lógica das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil: nascimento e expansão. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 20, n. 2, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/513>. Acesso em: 31 ago. 2025.

QUERO BOLSA. **Entenda melhor o programa Ciência sem Fronteiras**. [S. l.]: Revista Quero Bolsa, 12 maio 2017. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/revista/entenda-melhor-o-programa-ciencia-sem-fronteiras>. Acesso em: 3 set. 2025.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2013. p. 73-116.

ROCHA, José Miranda da. **A descoberta da Teoria da Gravitação Universal**: uma análise desde Aristóteles aos Principia. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Física) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/2910/1/Jos+@%20Miranda%20da%20Rocha%20out15.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2024.

RUBIM, Christina de Rezende. Um pedaço de nossa história: historiografia da Antropologia Brasileira. **BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 44, p. 31–72, 1997. Disponível em: <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/193>. Acesso em: 31 ago. 2025.

SALDANHA, Inácio. A monossexualidade em debate: classificações e genealogias possíveis. **Temáticas**, Campinas, v. 32, n. 64, p. 17–54, 2024. DOI: 10.20396/tematicas.v32i64.18636. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/18636>. Acesso em: 22 maio 2025.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília, DF: ENAP, 2021. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2013. p. 23-72.

SANTOS, Eder Fernando dos. **Formação das Ciências Sociais e seus caminhos pelo Brasil**. [Botucatu: Unesp], 2022. Disponível em: <https://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/2022425214748.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2025.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, São Carlos, v. 6, n. 1, p. 179–212, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/393>. Acesso em: 17 ago. 2025.

SANTOS, Raquel Amorim dos; SILVA, Rosângela Maria de Nazaré e. Racismo científico no Brasil: um retrato racial do Brasil pós-escravatura. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 68, p. 253–268, abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.53577>. Acesso em: 31 jul. 2024.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19-54, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>. Acesso em: 15 jul. 2024.

SILVA, Silvana. **Feminismo negro no Brasil**: história, pautas e conquistas. [S. l.]: Politize!, 27 nov. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/feminismo-negro-no-brasil/>. Acesso em: 8 ago. 2025.

SIMÕES, Hanna Karolyne; FONSECA, Lucas Jones da. Análise semiótica dos discursos de Sojourner Truth. **Anais do Congresso Nacional Universidade, EAD e Software Livre**, Belo Horizonte, v. 2, n. 8, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueadsl/article/view/12897>. Acesso em: 20 mai. 2025.

SIMÕES, Júlio Assis; CARRARA, Sérgio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 42, p. 75-98, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400420075>. Acesso em: 4 jul. 2024.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIQUEIRA, Monalisa Dias de; KLIDZIO, Danieli. Bissexualidade e pansexualidade: identidades monodissidentes no contexto interiorano do Rio Grande do Sul. **Revista**

Debates Insubmissos, Caruaru, v. 3, n. 9, p. 186–217, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.32359/debin2020.v3.n9.p186-217>. Acesso em: 31 jul. 2024.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. *In*: TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. Tradução de Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 2000.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalismo**: examinando a política de reconhecimento. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

UOL ECONOMIA. **O ano em que o mundo quebrou**: entenda a crise financeira de 2008. São Paulo, 4 jul. 2024. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/07/04/o-ano-em-que-o-mundo-quebrou-entenda-a-crise-financeira-de-2008.htm>. Acesso em: 17 ago. 2025.

VEIGA, Lucas. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. **Tabuleiro de Letras**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 104-118, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/tabuleirodeletras/article/view/5176>. Acesso em: 15 jul. 2024.

WEBER, Max. **A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais**. São Paulo: Ática, 2006.

WITTIG, Monique. Não se nasce mulher. *In*: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

APÊNDICE

1. Dissertações e teses analisadas

AIDAR, Adriana Marques. **O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção de Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT): entraves e possibilidades de participação na elaboração e implementação de políticas públicas.** 279 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

ALEGRIA, Paula. **As quatro estações da primavera: ativismos de gênero e sexualidade no movimento de ocupações secundaristas em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná.** 125 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

ALMADA, Hugo Rosa Alves. **As experiências de pessoas dissidentes na periferia: um olhar sobre a política de (in)segurança que atravessa a população LGBTI.** 213 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

ALVES, Douglas Santos. **Movimento LGBT, participação política e hegemonia.** 251 f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2016.

ALVES, Laura de Almeida. **Ficção da diversidade: representações LGBTs nas telenovelas da Globo.** 114 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

AVELAR, Bruno de Rezende. **Políticas públicas de segurança no Brasil: para pensar os direitos humanos de LGBT.** 204 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2014.

BARRETO, Thiago Camargo. **“Na contramão na política”: etnografia do Estado, direitos LGBT e controvérsias públicas na prefeitura de Belo Horizonte.** 218 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2020.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Nomes e diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual.** 130 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BATALHA, Erika Oliveira Maia. **O dispositivo do afeto: Uma análise do discurso jurídico brasileiro de reconhecimento do casamento lésbico-gay.** 131 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2017.

BERTOLI, Elberth de Oliveira. **O consumo de entretenimento LGBTI+ na Grande Vitória: eventos e espaços para expressões das identidades gays.** 230 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2019.

BULGARELLI, Lucas. **Alerta textão! Estratégias de engajamento do movimento LGBT de São Paulo em espaços de interações online e offline (2015 – 2016)**. 199 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

BRAGA, José Ricardo Marques. **"É uma educação diferente": sentidos e significados de experiências educacionais a partir de um curso pré-vestibular LGBT**. 260 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2022.

BRITO, Helena Godoy. **Seguridade social, família e direitos LGBT**. 190 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

CAMAROTTI, Renata. **A trajetória do Movimento LGBT: a luta por reconhecimento e cidadania no contexto brasileiro e baiano**. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2009.

CANDIDO, Hernani Passos. **Controvérsias da ala das “bichas”: análise sobre a representação simbólica da ala para os detentos LGBT e servidores públicos que atuam no sistema prisional de Minas Gerais**. 193 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2021.

CANELA, Marco Antônio Ramos. **De sujeitos sociais a sujeitos de direitos: o programa “Brasil Sem Homofobia” e a construção da cidadania homossexual**. 155 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

CARLOS, Karolyna Pessoa Teixeira. **Representações sociais da velhice LGBT: estudo comparativo entre universitários**. 143 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2017.

CRUZ, João Filipe Araújo. **A temática LGBT em partidos políticos: o caso do PSDB paulista**. 279 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

DUQUE, Tiago. **Montagens e desmontagens: vergonha, estigma e desejo na construção das travestilidades na adolescência**. 167 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2009.

EUZÉBIO, Felipe Aurélio. **Pedagogia dos prazeres: aprendendo formas de compreender e modos de estar em PREP no Brasil**. 123 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2023.

FALCÃO, Luiza Assis. **Mídia e Movimento LGBT: um estudo do campo jornalístico a partir da cobertura da Parada da Diversidade de Pernambuco**. 163 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2016.

FALCÃO, Thiago Henrique de Oliveira. **Memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook**. 190 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. 2017.

FERNANDES, Hérika Raniery Rocha. **Estudo sociológico sobre a criação de alas exclusivas para apenados do grupo de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**. 175 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2016.

FERREIRA, Glauco. **Arco-íris em disputa: a “Parada da Diversidade” de Florianópolis entre políticas, sujeitos e cidadanias**. 306 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2012.

COITINHO FILHO, Ricardo Andrade. **Que ousadia é essa? A adoção “homoafetiva” e seus múltiplos sentidos**. 180 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

FONSECA, Nathália Antonucci. **Entrecruzamentos entre migração, gênero e sexualidade: experiências de vida de mulheres não-cisheterossexuais venezuelanas e solicitantes de refúgio**. 150 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2020.

FONTOURA, Márjori Heitich. **“Aqui é uma casa masculina!”: juventude “trans” e socioeducação**. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2019.

FRANÇA, Alexandre Nabor Mathias. **Movimentos sociais e o programa “Rio sem homofobia”: uma trajetória de luta por políticas públicas e o reconhecimento da cidadania LGBT no Rio de Janeiro**. 169 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

FREIRE, André Luiz Rosa. **Representações homoeróticas na política de segurança pública da Guarda Municipal de Fortaleza: reflexo profissionais e institucionais**. 117 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Ceará, 2014.

FREIRE, Suzi Mayara da Costa. **O movimento LGBT em Mato Grosso: trajetória, agenda e estratégias na luta por direitos**. 2014. 180 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 2014.

GAMA, Maria Clara Brito da. **Criminalização da homofobia e despatologização da homossexualidade no Congresso Nacional, da redemocratização à atualidade**. 2017. 266 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

GONZÁLEZ, Rodrigo Andrés Azócar. **Los alternativos del barrio Puerto. Una mirada etnográfica sobre mercado y visibilidad gay en Valparaíso, Chile**. 2014, 117 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2014.

JESUS, Fátima Weiss de. **Unindo a cruz e o arco-íris: vivência religiosa, homossexualidades e trânsitos de gênero na Igreja da Comunidade Metropolitana de São Paulo**. 302 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2012.

JUNIOR, Marco Antônio Gatti. **Saúde mental da população LGBT no SUS: problematização a partir da experiência do Centro de Referência em Saúde Mental (CERSAM) – Pampulha, Belo Horizonte, Minas Gerais**. 122 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2022.

LARRATEA, Luís Felipe Gomes. **Vicissitudes identitárias: considerações sobre o Movimento LGBT e a criação do Movimento de Bissexuais da Paraíba**. 90 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2017.

LIMA, Anderson de Sousa. **“Sociedade não tão secreta das bichas”: a boate Eros como espaço livre**. 91 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade de Vila Velha, Espírito Santo, 2021.

LINHARES, João Wallace. **O efeminado e os outros: diferenças e discriminações em espaços de sociabilidade LGBT de Teresina**. 161 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2015.

LUZ, Fernanda Ferreira Canfield da. **Diversidade afetiva: uma leitura sobre os movimentos sociais LGBT de Porto Alegre**. 146 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul, 2011.

MANNARO, Patrícia da Silva Rosa. **Os caminhos da formulação de políticas públicas da *Scotland's LGBT Inclusive Education***. 205 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021.

MARTINS, Alexandre Nogueira. **Caminhos da criminalização da LGBTfobia: racionalidade criminalizante, neoliberalismo e democratização**. 269 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MAZETTO, Walkiria Glanert. **Do estado de “armário” para “problema público”: análise sobre o processo de aquisição de visibilidade estatística da população LGBT no Sistema Único de Assistência Social de Belo Horizonte/MG – SUAS – BH**. 158 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2023.

MELO, Marcos Ribeiro de. **Itinerários e “lutas”: o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012)**. 226 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2013.

MELO, Mariana Soares Pires. **Corpo, violência e estado: percepções de operadores do sistema de justiça criminal acerca do homicídio de pessoas LGBTQI+**. 199 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2020.

MELO, Marília Loschi de. **Sentir na sentença: direitos humanos, emoções e decisões judiciais**. 153 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MENEGHELLO, Javier Ignacio Celedón. **Católicos Arco-Íris: entre a subversão e a sobrevivência. Estudo socio-antropológico de um grupo LGBT na Igreja**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MIGUEL, Francisco Paolo Vieira. **“Levam má bô”: (homo)sexualidades entre os sampadjudus da Ilha de São Vicente de Cabo Verde**. 211 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MONACO, Helena Motta. **“A gente existe!”: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente**. 152 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2020.

MUGABE, Nelson André. **A graça da desgraça: socialidades e processos de engajamento no universo LGBT em duas experiências etnográficas no sul global (Rio de Janeiro e cidade de Maputo)**. 261 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

MUGABE, Nelson André. **Marcadores de diferença e jocosidade entre sujeitos LGBT na cidade de Maputo**. 176 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

NARDELLI, Rachel D’Amico. **Sobre o direito de ser normal: identidades normalizadas e a construção das políticas públicas de saúde para gays e**

lésbicas na cidade de São Paulo. 152 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2013.

NAZARÉ, Marcela Peregrino Bastos de. **Ação “pela” e “na” internet: impactos dos usos das Novas Tecnologias de Comunicação e Informação nas ações políticas do movimento LGBT brasileiro.** 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2013.

NEVES, Marcelo Saldanha das. **Performance, porrada e purpurina: histórias e memórias LGBT+ em recentes documentários brasileiros.** 111 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Maringá, Paraná, 2019.

NINA, Alan Michel Santiago. **A produção legislativa voltada ao público LGBT na Câmara dos Deputados do Brasil (1989-2013).** 102 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Pará, Pará, 2014.

NUNES, Plácido Adriano de Moraes. **Como se computa a violência homofóbica no Brasil? Dados, reconhecimento e visibilidade do movimento LGBT em Maceió - AL.** 198 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas, Alagoas, 2018.

OLIVEIRA, Francisca de Paula de. **O reconhecimento político do movimento LGBT no Brasil: uma análise do processo e das representações de ativistas acerca dos seus efeitos.** 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2013.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. **Desejo, preconceito e morte: assassinatos de LGBT em Sergipe 1980 a 2010.** 251 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2012.

OLIVEIRA, Luiz Gustavo Silva de. **O senhor é meu pastor e ele sabe que eu sou gay: etnografando duas igrejas inclusivas na cidade de São Paulo.** 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, Mariana Edi Rocha Gonçalves de. **Diversidade sexual e mundo do trabalho: uma análise a partir da experiência de trabalhadores gays e lésbicas do setor de telefonia/telecomunicações do Rio de Janeiro.** 98 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

OLIVEIRA, Pisci Bruja Garcia de. **“HIV não é crime”: processos de subjetivação de pessoas vivendo com HIV/AIDS, disputas políticas, contemporâneas e estratégicas de sobrevivência.** 249 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

OLIVEIRA, Thales Silva de. **Ativismos LGBTI em El Salvador: limites e possibilidades da promoção da diversidade sexual e de gênero nos governos**

da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN). 175 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2023.

PAIXÃO, Andréa de Freitas. **Encarceramento e afetividades entre mulheres no presídio Talavera Bruce.** 77 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PASSOS, Alécia Dutra Balona. **As políticas para mulheres e LGBT na prefeitura de Belo Horizonte: um estudo comparativo.** 291 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Minas Gerais, 2010.

PASSOS, Gladston Oliveira dos. **Orgulho, luta e resistência: uma análise antropológica da parada LGBT de Sergipe.** 121 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2022.

PEIXOTO, Valdenízia Bento. **Violência contra LGBTs no Brasil: a construção sócio-histórica do corpo abjeto com base em quatro homicídios.** 235 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. **Movimento LGBTI+ e partidos políticos: a institucionalização partidária da diversidade sexual e de gênero no Brasil.** 417 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

PEREIRA, Denis da Silva. **Violência contra LGBT'S em Manaus e agências da resistência e do enfrentamento: estudo de uma disputa territorial assimétrica dos campos da moral e do direito.** 277 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Amazonas, 2016.

PEREIRA, Esdras Daniel dos Santos. **Participação social e a construção da equidade em saúde: o Conselho Nacional de Saúde e Direitos da População - LGBT.** 90 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Um confronto político no presidencialismo de coalizão: os resultados do confronto entre o movimento LGBT e o movimento cristão pró-vida e pró-família (2003-2014).** 304 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2018.

PEREIRA, Suzanne Freire. **Os (des) fazeres do brejo: notas sobre lesbianidades em Natal/RN.** Orientador: Paulo Victor Leite Lopes. 111f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2021.

POLATO, Murilo Bernardino. **Legislação em disputa: o caso da lei paulista de combate à discriminação por orientação sexual.** 98 f; Dissertação (Mestrado em Ciências Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2020.

RESENDE, Lianna Mara. **Sangue interdito: a negação aos homens homossexuais de serem doadores no Brasil.** 136 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

RIBEIRO, Bruno Nzinga. **Afronta, vai, se movimenta! Uma etnografia da cena preta LGBT da cidade de São Paulo.** 165 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2021.

ROCHA, Karoline Almeida. **O papel da ONU no processo de reconhecimento do movimento LGBT.** 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2015.

RODRIGUES, Gessica Raquel Clemente. **Homoparentalidade e adoção: a vivência de homoafetivos.** 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2019.

RODRIGUES, Silvia Aguião. **Faz-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo.** 340 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014.

SAGGESE, Gustavo Santa Roza. **Entre perdas e ganhos: homossexualidade masculina, geração e transformação social na cidade de São Paulo.** 185 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SALGUEIRO, Flávio Soares Correia. **Políticas públicas voltadas à população em situação de rua na cidade de São Paulo: uma análise sobre o segmento LGBTT que vive na a rua.** 104 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

SANTOS, Émerson Silva. **A bandeira do arco-íris no coração do nordeste brasileiro: repertórios de interação socioestatais do movimento LGBT em Pernambuco entre 1980 e 2020.** 234 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, 2022.

SANTOS, Joseylson Fagner dos. **Femininos de montar - Uma etnografia sobre experiências de gênero entre drag queens.** 240 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2012.

SANTOS, Lucas do Nascimento. **Noites no La Luna: movimentos e experimentações em uma praça por LGBTQI+.** 192 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2023.

SÉRGIO, Sérgio Lima dos. **Processos de emergência e de definição da homofobia como um problema público no Brasil.** 247 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2018.

SILVA, Jeferson Batista da. **“Um lugar à mesa”: estudo sobre a produção pastoral do ativismo católico LGBT brasileiro.** 176 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2019.

SILVA, Lucas Guerra da. **Empoderamento de lideranças e ativistas LGBT para controle social no SUS.** 147 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais) – Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Santa Catarina, 2017.

SILVA, Nathanael Araujo da. **As pessoas dos livros e os livros das pessoas: uma etnografia sobre a produção e circulação de obras LGBTs.** 142 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Paula Cristina de Almeida. **“Mas, entre mulheres? Como assim!?”: uma análise antropológica sobre conflitos e violências em narrativas sobre conjugalidades lésbicas em Goiânia.** 119 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2020.

SILVA, Vera Lúcia Marques da. **Da espetacularização à agenda política: uma leitura política do movimento LGBT.** 126 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SILVEIRA, Bianca Alves. **“Sob o céu azul de nuvens doidas do capital do meu país, nós legislamos!” – a ADI 4277 e o conceito de família da Câmara dos Deputados.** 197 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2016.

SOARES, Ricardo Pereira. **A concepção de família da política de assistência social: desafios à atenção à famílias homoparentais.** 119 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SOUSA, Bruno Alves de. **“É diferente? Isola”: jovens LGBTQIA+ no Sistema Socioeducativo.** 219 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2021.

SOUZA, Bruno Quintão de Souza. **Interações entre o movimento LGBTI e o governo estadual do Espírito Santo.** 120 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2018.

TAQUES, Fernando José. **Movimento LGBT de Portugal e Espanha: um estudo comparativo.** 147 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2012.

TEIXEIRA, Jullyane Alves. **Rompendo armários: a experiência profissional de trabalhadores administrativos LGBT+ em ambientes universitários.** 187 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2021.

TOITIO, Rafael Dias. **Cores e contradições: a luta pela diversidade sexual e de gênero sob o neoliberalismo brasileiro**. 330 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2016.

TOSTA, André Luiz Zanão. **O jeitinho das capixabas: o movimento social LGBT e militantes trans do Espírito Santo**. 121 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2015.

TREVISAN, Janine Bendorovicz. **A atuação política pentecostal em confronto com o movimento LGBT no Brasil redemocratizado**. 251 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2015.

VERGILI, Guilherme Efraim. **Institucionalização de políticas LGBTs: um estudo sobre a criação do tripé da cidadania LGBT no município de São Carlos entre os anos de 2009 e 2012**. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2016.

VICENZI, Pietro Dutra. **Sujeitos, cores e entraves: uma etnografia virtual e pandêmica do Conselho Municipal de Direitos da Cidadania LGBT de Pelotas**. 107 f. Dissertação (Mestrado em Política Social e Direitos Humanos) – Universidade Católica de Pelotas, Rio Grande do Sul, 2021.

VITTO, Victor Augusto Nunes de. **Narrativas de bloqueio à criminalização da violência contra LGBTIs no Brasil: um estudo de caso sobre uma omissão legislativa**. 165 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2018.

ZAMBONI, Marcio Bressiani. **A população LGBT privada de liberdade: sujeitos, direitos e políticas em disputa**. 520 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

ZANOLI, Vinícius Pedro Correia. **Fronteiras da política: relações e disputas no campo do movimento LGBT em Campinas (1995 – 2013)**. 184 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2015.

ZANOLI, Vinícius Pedro Correia. **“Bradando contra todas as opressões!”: uma etnografia sobre teias e trocas entre ativismos LGBT, negros, populares e periféricos (Campinas, 1998-2018)**. 238 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2019.

2. Dissertações e teses descartadas

2.1 Dissertações e teses cadastradas nos bancos de dados, mas sem o arquivo anexado

ALVES, Antônia Gabriela de Araújo. **Narrativas da prisão: travestilidade e trajetória de vida em uma prisão LGBT**. 131 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2019.

ARAÚJO, Charles Vieira de. **Os retrocessos promovidos pela atuação da “Bancada BBB” aos direitos da população LGBT no Brasil**. 125 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

FILHO, Milton Ribeiro da Silva. **Na Rua, na Praça, na Boate: uma etnografia da sociabilidade LGBT no circuito GLS de Belém - PA**. Dissertação. Sem dados de quantidade de folhas, de Universidade nem área de concentração. 2012.

GROVE, Justin Robert. **Identidade judaica, sexualidade e gênero: uma abordagem das experiências das pessoas que lidam com essas questões na cidade de São Paulo (Brasil)**. 119 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2018.

MENEZES, Lucas Lira de. **As transformações das narrativas LGBTI+ e a atuação do sistema interamericano de proteção aos direitos humanos**. 105 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2023.

MESQUITA, Viviana Bezerra de. **Discursos sobre a regulamentação da união civil homoafetiva: efeitos de sentido e constituição do sujeito LGBT**. 125 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2014.

MIRANDA, SABRINA AGUIAR. **“A trilha do arco-íris”: Uma etnografia das sociabilidades políticas do Grupo Rainbow em Resende - RJ**. Sem dados de quantidade de folhas. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

MORAES, Morgana Naiara Barbosa. **Mulheres trans travestis por um olhar sociológico: minorias negligenciadas dentro da saúde coletiva – uma revisão integrativa da literatura**. 135 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 2023.

PEREIRA, Joao Rodolfo Lopes. **Fazendo Tayf: a construção discursiva de um espaço LGBT no Líbano**. 122 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2020.

PINHEIRO, Maisa Sampietro. **O sistema interamericano de direitos humanos e a proteção das famílias LGBTI+: uma análise decolonial frente à sistemas de**

dominação. 127 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

RAMOS, Douglas Oliveira. **Arduoso jogo por reconhecimento e as memórias e experiência no Centro de Cidadania LGBT da Capital do Rio de Janeiro.** 105 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Direitos Humanos) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

RANCO, Jose Luiz de Moraes. **Cores e Dores do Movimento LGBT de Belém do Pará: trajetória, participação e luta.** 157 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Pará, 2018.

SANTOS, Anastácia Cristina Silva dos. **Performances discursivas do conflito político sobre a questão LGBT+ na Câmara dos Deputados.** 158 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

2.2 Dissertações e teses com acesso restrito

URANY, Alírio Melo. **Collective action and the LGBT movement in Goiania.** Sem dados de quantidade de folhas. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.